

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES:
A PARTICIPAÇÃO JUVENIL PARA O ACESSO AO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL**

Denise Maria Reis

**SÃO CARLOS
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES:
A PARTICIPAÇÃO JUVENIL PARA O ACESSO AO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL**

Denise Maria Reis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Roseli Esquerdo Lopes.

**SÃO CARLOS
2016**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375p Reis, Denise Maria
Políticas públicas e juventudes : a participação
juvenil para o acesso ao fundo público no Brasil /
Denise Maria Reis. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
156 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2016.

1. Juventudes. 2. Conselho nacional de juventude.
3. Fundo público. 4. Participação juvenil. 5.
Políticas públicas de juventude. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Denise Maria Reis, realizada em 30/04/2016:

Prof. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
UFSCar

Prof. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
UFSCar

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento
UFSCar

Prof. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba
Unifesp

Prof. Dr. Vitor Sérgio Coelho Ferreira
ULisboa

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai (in memoriam) e à minha mãe,
exemplos de valentia.
Com eles aprendi a lutar corajosamente
por sonhos.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Roseli Esquerdo Lopes, pelos aprendizados e respeito à minha autonomia. Pessoa de incrível generosidade intelectual e atitude humanista, sempre apostou na minha capacidade acadêmica e na conclusão desse doutoramento, equilibrando paciência e rigorosidade.

Aos meus pais que nunca deixaram de apoiar os meus objetivos e de sentir orgulho da pessoa que sou e quero ser.

Ao meu coorientador de doutorado, Professor Vitor Sergio Ferreira, que me acolheu em terras lusas e supervisionou com competência meu estágio de pesquisa no OPJ/ICS/ULISBOA.

Aos meus irmãos e à minha irmã, sócios em nossa empresa familiar Comercial Barriga Verde Ltda., que sempre forneceram o suporte necessário ao prosseguimento dos meus estudos.

Ao Grupo de Pesquisa METUIA, em especial à Professora Ana Paula Serrata Malfitano, pelas contribuições e incentivos frequentes.

Ao meu companheiro João por me acompanhar na jornada desafiadora do doutorado sanduíche em Lisboa e em momentos de coletas de dados em campo. Por inúmeras situações de apoio, estímulo e compreensão.

Aos membros da banca do exame de qualificação, Professora Roseli Esquerdo Lopes, Professor Manoel Nelito Nascimento e Professora Ana Paula Serrata Malfitano, que acreditaram na possibilidade do desabrochar da tese do outro lado do Atlântico. Agradeço as contribuições e o voto de confiança.

Aos membros da banca do exame de defesa cujas arguições auxiliaram significativamente o texto final da tese.

Aos participantes da pesquisa e a seus coletivos, aos conselheiros(as) e assessores(as) do Conjuve, pelo acolhimento, disposição em colaborar e contribuições.

À Salete Biagioni que me aconselhou emocional e intelectualmente durante os quatro anos de doutoramento e foi uma grande incentivadora do estágio de pesquisa no exterior.

À Simone Frangella por sua generosidade em me alocar numa aconchegante moradia em Lisboa. Pessoa querida que me apresentou a Lapa e o inesquecível Jardim da Estrela.

Aos meus amigos e amigas do Brasil e àqueles(as) que fiz em Lisboa. Aos colegas do grupo de doutorandos(as) e pesquisadores(as) visitantes do OPJ/ICS/ULISBOA. Agradeço os auxílios e encorajamentos realizados direta ou indiretamente.

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.

(Antonio Gramsci)

RESUMO

Neste estudo, discute-se quais caminhos são tomados pelas organizações e movimentos juvenis, dentre os que passaram a ser reconhecidos institucionalmente, na construção do acesso ao fundo público em prol da efetivação de políticas públicas de juventude, em um contexto histórico de programas e ações focalizados destinados à juventude. Também se discute as movimentações de atores políticos do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em torno do fundo público, suas contradições e tensionamentos. O ponto de partida foi o Conjuve, com o enfoque da participação de três coletivos eleitos para a sua composição da gestão 2012-2013 – Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) – e dois da gestão 2014-2015 – Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) e União Marista do Brasil (UMBrasil) –, além de terem sido ouvidos outros atores políticos do Conselho. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, participação e observação de atividades e eventos, exame de documentos, e tratados por meio da análise de conteúdo numa perspectiva compreensiva e crítica. Os resultados indicaram que a defesa de acesso ao fundo público encontra-se no plano discursivo dos atores políticos e que há ambiguidades a respeito das funções do Conjuve e mesmo a ausência de competências regimentais que lhe permitam realizar proposições efetivas, inclusive de matérias orçamentárias. Observou-se a coexistência, na realidade da juventude brasileira, de demandas por redistribuição de renda e de demandas por reconhecimento de suas identidades e existências, bem como a forte presença dos partidos políticos e do movimento estudantil na liderança de ações e debates políticos, embora o discurso esteja orientado para a participação de diversas juventudes. Ressalta-se a importância da realização de uma reforma política institucional e da necessária revitalização de uma cultura política democrática como possibilidade de transformar o discurso pelo acesso ao fundo público e pela existência de políticas públicas de juventude no Brasil em realidade efetiva.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Juventude; Participação Juvenil; Fundo Público; Conselho Nacional de Juventude; Juventudes

ABSTRACT

In this study, we discuss the ways are taken by organizations and youth movements, among those who have been recognized institutionally, in construction of the access to public funds for the sake of youth policies realization, in a historical context of programs and actions targeted for youth. It also discusses the changes of political actors of the National Youth Council (Conjuve) around the public fund, its contradictions and tensions. The starting point was the Conjuve, with the focus on the participation of three elected collective for the composition of the management 2012-2013 – Studies Center and Youth Memory (CEMJ), National Black Youth Forum (FONAJUNE), Brazilian Union of Secondary Students (UBES) – and two collective of the management 2014-2015 – National Organization of Blind Brazil (ONCB) and Marist Union of Brazil (UMBRASIL) –, besides having been heard other political actors of the Council. Data were collected through interviews, participation and observation of activities and events, examination of documents, and treated by content analysis in a comprehensive and critical perspective. The results indicated that the defense of access to public funds is in the discursive level of political actors and that there are inaccuracies about the Conjuve functions and even the absence of procedural powers to carry out effective proposals, including budgetary matters. There is coexistence, in the reality of Brazilian youth, of demands for redistribution of income and demands for recognition of their identity and existence, as well as the strong presence of political parties and the student movement in the leadership of political actions and debates, although the speech is directed to the participation of several youths. The accomplishment of institutional political reform it's important and the revitalization of democratic political culture is required as a possibility to make the existence of the speech for access to public funds and youth policies in Brazil.

Key words: Youth Public Policy; Youth Participation; Public Fund; National Youth Council; Youth

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: GESTÃO 2012-2013 DO CONJUVE	26
QUADRO 2: GESTÃO 2014-2015 DO CONJUVE	33
QUADRO 3: CONJUNTO DE DADOS – ENTREVISTAS, ATIVIDADES E ATAS DE REUNIÕES	39
QUADRO 4: CONJUNTO DE DADOS – OUTROS DOCUMENTOS	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
Coijuv	Comitê Interministerial da Política de Juventude
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
CEMJ	Centro de Estudos e Memória da Juventude
FONAJUNE	Fórum Nacional de Juventude Negra
UJS	União da Juventude Socialista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
ONCB	Organização Nacional dos Cegos do Brasil
UMBrasil	União Marista do Brasil
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ULISBOA	Universidade de Lisboa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
O CAMINHO METODOLÓGICO	19
1. ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE ...	43
1.1. Estado brasileiro desde a redemocratização: considerações sobre as políticas públicas, fundo público e cultura política	43
1.2. A institucionalização da Política Nacional de Juventude no Brasil	49
2. JUVENTUDES E SUJEITOS JOVENS	59
2.1. Juventude como construção cultural e sua problematização sociológica	59
2.2. A juventude e os(a) jovens no Brasil	65
2.2.1 Dimensões da participação juvenil	69
3. MOVIMENTAÇÕES DE ATORES POLÍTICOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE EM TORNO DO FUNDO PÚBLICO	74
3.1. O fundo público como discurso	74
3.2. A participação das organizações, movimentos e atores políticos no Conjuve	84
3.3. Políticas Públicas de Juventude no Brasil	89
3.4. Discursos pela diversidade, práticas de representatividade: o papel dos partidos políticos	92
3.5. Formas de financiamento das organizações participantes da pesquisa 97	
3.6. Cultura política democrática e institucionalidade	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	119
ANEXOS	155

APRESENTAÇÃO

O tema da participação juvenil nos acompanha desde a adolescência porque exercemos o voluntariado jovem em uma Organização Não Governamental (ONG) no município de Campinas/SP e depois, na função de educadora, atuamos na formação política de adolescentes e jovens. Acompanhamos e orientamos suas ações socioeducativas. Estivemos junto com eles(as) em espaços de construção de políticas públicas. O tema relaciona-se também com a nossa história de vida, com as nossas lutas diárias no núcleo familiar, com a constituição da nossa identidade. Essas experiências tornaram-se fundamentais para a escolha da graduação em Pedagogia (2000-2003) e da pós-graduação *lato sensu* em Educação Social (2004-2005), cujas monografias teceram reflexões sobre a temática.

Entre os anos de 2007 e 2009 cursamos o Mestrado em Educação no qual desenvolvemos a pesquisa *A Participação Social na Perspectiva dos(as) Jovens Protagonistas da ONG SOS adolescente* com os(as) adolescentes e jovens do grupo com que atuávamos como educadora.

Passados alguns anos da conclusão do mestrado e do nosso desligamento da ONG¹, algumas questões ainda permaneciam, tais como, a formação política de adolescentes e jovens inseridos(as) em programas e serviços vinculados à assistência social e a articulação e organização de ações coletivas em redes sociais digitais por estes(as) adolescentes e jovens. Mas, o ingresso no Doutorado em Educação em 2012 propiciou novos questionamentos, discussões e leituras, (re)inserindo o tema das políticas públicas de juventude como eixo de estudo e investigação.

Para o levantamento inicial da literatura, foram consultados os bancos de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações³, realizando-se as buscas através de palavras-chave, também combinadas entre si, tais como *políticas públicas de juventude, participação, participação juvenil, movimentos, organizações, ONGs, jovens,*

¹ Naquele momento compreendia que o chamado terceiro setor cumpria muito mais a função reestruturadora do capital do que transformadora do *status quo*.

² <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

³ <http://bdtd.ibict.br/>

juventude, juvenis. Os resultados compreenderam quatro dissertações de mestrado e três teses de doutorado nas áreas de educação, ciências sociais/sociologia e saúde pública que indicaram uma relação mais clara e direta com a questão do financiamento de ações para jovens e, apesar das buscas terem sido feitas sem restrição de recorte temporal, o trabalho mais antigo pertencia ao ano de 2006. De modo geral, os trabalhos envolviam estudos sobre ações coletivas por demandas juvenis do movimento estudantil (BOTELHO, 2006; ALBUQUERQUE, 2011), de coletivos culturais (ALMEIDA, 2009), de ONGs (SOUZA, 2009; BATISTA, 2009) e de redes sociais de bairro e/ou agentes e gestores de políticas locais (MOLIN, 2007; LICO, 2009).

O levantamento não pôde ser aprofundado por conta de problemas técnicos em relação à consistência da informação no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o qual vem passando por importante revisão, especialmente no que tange a trabalhos mais antigos⁴. Ainda assim, a plataforma permitiu a consulta de trabalhos defendidos nos anos de 2011 e 2012. Inserindo os descritores *políticas públicas de juventude, política nacional de juventude e participação juvenil/de jovens na/s política/s* nos campos *título e resumo*, agora sem adotar o critério de vinculação direta a financiamentos de ações para jovens, se obteve um número significativo de trabalhos: trinta dissertações de mestrado e oito teses de doutorado pertencentes às áreas de educação, ciências sociais/sociologia/ciências políticas, psicologia, serviço social, ciência da informação, geografia, saúde pública, entre outras. Pela proximidade ao tema de pesquisa, destaco os trabalhos que tratam da participação juvenil e cultura política (CUNHA, 2011; CANDOTTI, 2011; GOMES, 2012), da política nacional de juventude (MACHADO, 2011; SANTOS, 2011; BARRETO, 2012; PISTORI, 2012; SEVERO 2012, ROCHA, 2012; HOMMA, 2012), e de políticas públicas locais ou com recortes temáticos (WINKI, 2011; SILVA, 2011; SOARES, 2012; MELO, 2012). A maioria menciona a questão do fundo público para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude, mas não pareceu fazê-lo de modo crítico e aprofundado.

Outra questão, já apontada por Sposito em 2007, refere-se à necessidade de maior exame sobre organismos públicos tais como coordenadorias, secretarias, assessorias, conselhos de juventude.

[...] as trajetórias desses organismos, apesar da sua tendência ao crescimento, não é linear e muito menos progressiva. Coordenadorias mais antigas, pioneiras na

⁴ Conforme informação disponível em <http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/1>. Acesso em: 25 fev. 2014.

proposta de ações, atravessam crises com a mudança de mandatos, correndo o risco de serem extintas, mesmo no interior de um mesmo partido ou de coalizões que alcançam a reeleição. Indefinições em torno de seu efetivo poder, de sua capacidade de produzir transversalidade no interior da máquina pública em torno das ações destinadas aos jovens são comuns. A natureza do próprio desenho institucional, o perfil dos gestores, os recursos materiais, a legitimidade e visibilidade na cidade, ao lado das estratégias de ação, indicam diferenças expressivas que merecem ser analisadas (SPOSITO, 2007, p. 31).

Sob o título *Políticas Públicas e Juventudes: a participação juvenil para o acesso ao fundo público*, o projeto de pesquisa teve como objetivo geral compreender como os movimentos e organizações juvenis operavam e de quais estratégias de formação e atuação políticas lançavam mão na busca de acesso ao fundo público para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude no Brasil. A escolha dos sujeitos da pesquisa considerou três coletivos/movimentos juvenis de níveis organizacionais presentes na sociedade civil brasileira e que integraram a direção do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), gestão 2012-2013. Posteriormente, outros dois coletivos pertencentes à gestão 2014-2015 foram integrados ao estudo, bem como outros atores políticos do Conselho.

Tendo a juventude como foco, buscou-se contextualizar o processo de redemocratização do país e a concretização das lutas por direitos de cidadania.

Nesse sentido, após a vivência de duas décadas de regime militar no Brasil, forças e movimentos progressistas da chamada sociedade civil celebraram a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, e o retorno da eleição direta para a presidência da república em 1989. Conquistou-se no espaço da lei a ideia de seguridade social⁵.

As categorias infância e juventude ganharam relevância nesse cenário com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, mas, ainda assim, os(as) jovens permaneceram sem um lugar claro e definido no novo modelo de proteção social⁶ que se queria mais universalista.

Na área social, o Brasil tem a tradição de voltar as suas políticas para basicamente dois públicos-alvo – os pagantes e os não-pagantes –, segmentados em grandes grupos: crianças, gestantes, portadores de deficiência física ou necessitados de cuidados especiais e, num período bem mais recente, pessoas idosas. Os jovens, tidos em geral como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor, não cabem nesse desenho. [...] situam-se numa categoria transitória – da infância para a

⁵ “Conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, conforme artigo 194 da Constituição Federal de 1988.

⁶ Apesar das variações dos sistemas de proteção social entre diversos países, o tripé saúde-previdência-assistência da seguridade social constitui seu núcleo duro (BOSCHETTI, 2012).

maturidade –, a eles cabendo a garantia do acesso à educação e à saúde, vale dizer, aos instrumentos necessários para a qualificação de sua força de trabalho quando na idade “adulta (COHN, 2004, p. 160-161).

No decorrer dos anos 1990, verificou-se a execução de programas e ações governamentais destinados às populações juvenis cujo foco foi a violência e a situação de risco e vulnerabilidades sociais. Nos anos 2000, avançaram as iniciativas de sistematização e institucionalização das ações, com a criação de organismos públicos específicos como assessorias, coordenadorias, secretarias de juventude (SPOSITO, 2007). Essa perspectiva institucional acompanhou a tendência observada nos próprios movimentos sociais que passaram a ser substituídos pela atuação de organizações não governamentais em políticas de parceria com o Estado (GOHN, 2003). A participação juvenil também foi atingida por essa tendência, direcionando reivindicações e ações para âmbitos mais locais e focalizados (MÜXEL, 1997; MISCHE, 1997; SOUSA, 1999; NOVAES 2000; KEIL, 2004, CASTRO, 2008), em contraposição a uma perspectiva universalista.

Neste estudo, discute-se quais caminhos são tomados pelas organizações e movimentos juvenis, dentre os que passaram a ser reconhecidos institucionalmente, na construção do acesso ao fundo público em prol da efetivação de políticas públicas de juventude, em um contexto histórico de programas e ações focalizados destinados à juventude. Também se discute as movimentações de atores políticos do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em torno do fundo público, suas contradições, interesses e tensionamentos.

Para tanto, participaram do estudo três coletivos eleitos para a composição da gestão 2012-2013 do Conjuve – Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) – e outros dois da gestão 2014-2015 – Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) e União Marista do Brasil (UMBrasil), além de outros atores políticos do Conselho. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, participação e observação de atividades e eventos e análise de documentos.

Entende-se que a participação social e política é conquista processual (DEMO, 1996) e que para os(as) jovens exercê-la é preciso que se considere também a participação que têm no usufruto de um conjunto ampliado de direitos públicos de cidadania para uma vida digna relacionados ao acesso à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer, entre outros (CARRANO, 2006).

As políticas públicas que busquem estimular a participação da juventude não podem ser indiferentes aos entraves que jovens, especialmente rapazes e moças mais pobres, enfrentam para subsistir e construir seus projetos de vida. É preciso, então, considerar o quadro de escassez de oportunidades de formação, participação e integração social que enfrentam. Políticas públicas democráticas necessitam partir de diagnósticos realistas sobre as condições objetivas sobre as quais os(as) jovens podem se elevar para se constituírem como atores sociais participativos da vida pública. [...] Políticas emancipatórias de estímulo à participação devem contribuir para remover aqueles obstáculos que impedem a elaboração de projetos pessoais e coletivos e bloqueiam canais de participação, espaços e tempos de relacionamentos que se fazem por cooperação ou conflito na vida pública (CARRANO, 2006, p. 4).

A relevância do trabalho ganha força num contexto de efervescência política no cenário nacional no qual se encontram investigações de casos de corrupção, desvio de recursos públicos, projetos de lei (neo)conservadores e reacionários como a redução da maioria penal, apenas para citar um exemplo, representantes políticos com atuações autoritárias movidas por interesses econômicos. Desde as manifestações de junho de 2013, a sociedade brasileira vem demonstrando descontentamento com o sistema político eleitoral e com a baixa representatividade dos partidos políticos, gestores e parlamentares, reivindicando mudanças nesse cenário. No caso do estado de São Paulo, vivenciamos no final do ano de 2015 e início de 2016 manifestações e ocupações de dezenas de escolas por estudantes dos ensinos fundamental e médio contra a chamada “reorganização escolar” anunciada pelo governo estadual, que atingiria mais de 300 mil alunos com as suas transferências para outras unidades escolares. De forma indireta, a luta contra o fechamento ou “reorganização” das escolas é a luta pela qualidade do ensino público. É a luta contra o sucateamento da educação e o corte de investimentos.

A finalização escrita da tese favoreceu-se do estágio de pesquisa no exterior, desenvolvido entre agosto e dezembro de 2015, no Observatório Permanente da Juventude (OPJ) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Professor Vítor Sérgio Ferreira. Financiado pela CAPES, fundação do Ministério da Educação do Brasil, esse estágio produziu oportunidades de conhecer mais detidamente as experiências de pesquisa no campo de problemáticas no qual se inseriu meus estudos de doutorado, aprofundando teórica e metodologicamente o referencial para a análise da participação juvenil no âmbito político e contribuindo para o adensamento das análises dos dados da pesquisa que compõe esta tese de doutorado.

Paralelamente, o estágio ofereceu a oportunidade de vivenciar a dinâmica cotidiana do OPJ/ICS, fornecendo, objetiva e subjetivamente, elementos para o conhecimento de sua estrutura e funcionamento, e possibilitando o seu compartilhamento no Brasil,

especificamente, com a equipe do Laboratório METUIA⁷, à qual integrei durante o doutoramento, para a implantação do Observatório da(s) Juventude(s)⁸ na UFSCar.

Alguns destaques de adensamento teórico-metodológico incidiram no debate acerca de culturas juvenis de resistência e de existência abordado pelo Professor Vitor Sergio Ferreira (2010) em seus estudos, bem como em torno das políticas de redistribuição e reconhecimento, segundo Nancy Fraser (2006)⁹. A reflexão com base nos dados coletados em campo demonstrou peculiaridades dos discursos e práticas brasileiros sobre políticas públicas de juventude, participação juvenil e fundo público.

Vale apontar que a perspectiva de José Machado Pais (2003) – também pesquisador do OPJ/ICS –, quando do estudo das culturas juvenis, no que se refere à categoria *cotidiano* como importante instância reguladora do social, nos auxiliou no reconhecimento das categorias presentes nos dados empíricos. Sendo assim, a orientação metodológica daquilo que denomina de *sociologia do cotidiano* contribuiu com o processo de análise dos materiais coletados.

Outro destaque reside na proposição feita pelo supervisor de estágio de uma ferramenta para o processo de análise de conteúdo, o software MAXQDA¹⁰. Tornou-se um aprendizado totalmente novo para a organização e sistematização dos dados empíricos e, ao mesmo tempo, um esforço de repensar os pressupostos metodológicos ao lidar com os materiais recolhidos em campo – um exercício contínuo de autovigilância metodológica.

A fim de responder aos questionamentos que integram esta tese, em torno dos caminhos tomados pelas organizações e movimentos juvenis, dentre os que passaram a ser reconhecidos institucionalmente, para a construção do acesso ao fundo público em prol da efetivação de políticas públicas de juventude, bem como das estratégias de formação e de atuação políticas das quais lançam mão, discutindo o processo de formulação e de financiamento das ações do Estado, nesse âmbito, o texto segue estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo e seções, trata-se das políticas públicas no interior do Estado capitalista que, apoiando-se no aparato institucional, se constituem e se materializam em meio a uma arena conflitiva de interesses na disputa pelo fundo público proveniente das contribuições do capital e do trabalho. Esse é o prisma central de abordagem da temática das Políticas Públicas de Juventude e da Política Nacional de Juventude brasileira.

⁷ Disponível em: <http://www.dto.ufscar.br/laboratorios-1/laboratorio-metuiua>

⁸ Observatório da(s) Juventude(s) da Universidade Federal de São Carlos (MALFITANO et al., 2013; 2014)

⁹ Foi o segundo contato com o texto da autora, agora com uma (re)leitura mais crítica e contextualizada aos propósitos da pesquisa.

¹⁰ Disponível em: <http://www.maxqda.com/>

No segundo capítulo, considera-se as noções e construções históricas acerca de juventude(s) e jovens, trazendo ao debate sua problematização sociológica, e dimensões da participação juvenil, com destaque para o cenário nacional desde a década de 1990.

No terceiro capítulo, realiza-se a discussão dos dados empíricos recolocando o tema da participação juvenil no âmbito das movimentações, tensões e contradições de atores políticos do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em torno do fundo público.

Verifica-se que a defesa de acesso ao fundo público encontra-se no plano discursivo dos atores políticos e que há imprecisões a respeito das funções do Conjuve e mesmo a ausência de competências regimentais que lhe permitam realizar proposições efetivas, inclusive de matérias orçamentárias.

Observa-se a coexistência, na realidade da juventude brasileira, de demandas por redistribuição de renda e de demandas por reconhecimento de suas identidades e existências, bem como a forte presença dos partidos políticos e do movimento estudantil na liderança dos debates e ações políticos, embora o discurso esteja orientado para a participação de diversas juventudes.

Nas considerações finais, trata-se da importância da realização de uma reforma política institucional e da necessária revitalização de uma cultura política democrática como possibilidade de transformar o discurso pelo acesso ao fundo público e pela existência de políticas públicas de juventude no Brasil em realidade efetiva.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Uma das aprendizagens mais marcantes no decorrer do nosso processo de doutoramento é, sem dúvida, a dualidade dos fenômenos sociais e da forma pela qual com eles nos relacionamos. Sobretudo, porque conhecer juventudes e jovens, suas formas de socialização, sociabilidade, culturas, participação social e política na contemporaneidade, por meio de um processo acadêmico-científico, nos impulsiona a assumir posturas epistemológicas e metodológicas cujas chaves de análise concentram-se mais no “e” do que no “ou”. Tais posturas requerem um olhar analítico que considere “isto e aquilo”, suas tensões, contradições, potencialidades.

Nesse sentido, o caminho metodológico que se buscou percorrer e a relação que estabelecemos com o objeto de estudo tenderam a considerar dimensões objetivas e subjetivas, quantitativas e qualitativas, explicativas e compreensivas. Propôs-se que categorias extraídas dos dados coletados em campo dialogassem com categorias teóricas estudadas, considerando todas tanto ponto de partida quanto mediadoras do processo analítico.

Para Gamboa (2013, p. 105), um dos processos de elaboração da síntese que supera a dicotomia entre técnicas, métodos e abordagens epistemológicas

é interpretado como um consenso intersubjetivo e como a possibilidade de construir [...] diversas sínteses dentro de um *continuum* entre os pólos apontados, sendo a proposta feita pelos defensores do diálogo entre os paradigmas, que buscam equilíbrio entre as polarizações sujeito-objeto, quantidade-qualidade, explicação-compreensão, registro controlado dos dados-interpretação etc. (grifo do autor).

Procedimentos metodológicos de pesquisa

O estudo buscou descrever os processos do fenômeno social a ser compreendido, apreendendo o ambiente natural como fonte direta para a coleta de dados e o investigador como ferramenta primordial (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O *estudo de caso* “cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133; grifo do autor) integrou a escolha metodológica do trabalho. Mais especificamente, visto que participou da investigação mais de um coletivo juvenil, foram adotados *Estudos multicasos* onde há a “possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos, organizações etc.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 136), sem precisar atingir objetivos de caráter comparativo.

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa, isto é, das organizações e movimentos juvenis lançamos mão das contribuições de Ilse Scherer-Warren (2009) sobre movimentos sociais e os níveis organizacionais frequentemente presentes na sociedade civil: 1) as organizações de base ou associativismo localizado, tais como ONGs e associações civis/comunitárias; 2) as organizações de articulação e mediação política, tais como “fóruns de representantes das organizações de base e cidadãos engajados, associações nacionais de ONGs e terceiro setor, redes interorganizacionais de interesse público e as redes das redes” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 17); 3) e as mobilizações na esfera pública que se referem “às marchas ou manifestações no espaço público local, regional ou nacional (...) de defesa da cidadania ou em prol de direitos humanos ameaçados ou a serem conquistados” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 18).

Para a autora, movimentos sociais são

redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social (SCHERER-WARREN, 2009, p. 14).

Ressaltamos que a escolha por movimentos e organizações compostos e dirigidos por jovens visou a tentativa de escapar à institucionalização diretamente adulta sobre sua formação e organização política. Ainda que se reconheça a condição juvenil como categoria da modernidade, na qual o mundo adulto espera que os sujeitos jovens se apropriem da experiência acumulada e se preparem para nele ingressar futuramente, é preciso igualmente reconhecer as possibilidades de experimentação do tempo presente e da criação do novo (GROPPO, 2000; 2008).

O ponto de partida foi o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) que possui,

entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. [...] a parcela da sociedade civil [...] reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os integrantes do Conselho vão desde membros do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas; de jovens trabalhadores rurais e urbanos a negros, indígenas e quilombolas; de jovens mulheres a jovens empreendedores; de representantes do hip hop a integrantes de organizações religiosas, entre outros. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil.¹¹

As Resoluções Nº 02/2012¹² de 23 de janeiro de 2012 e Nº 02/2014¹³ de 15 de abril de 2014 que dispõem sobre os editais de convocação da assembleia de eleição de representantes da sociedade civil no Conjuve mencionam em seu artigo 5º que poderão candidatar-se a representante da sociedade as seguintes categorias: I. Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional; II. Fóruns e Redes da Juventude; e, III. Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude, cada qual com requisitos específicos para habilitação no processo de eleição.

Da composição da sociedade civil, referente à gestão 2012-2013¹⁴, selecionamos para o estudo multicaso o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), associação sem fins lucrativos com sede no município de São Paulo “organizada por jovens”, tem atuado principalmente “no registro da participação da juventude brasileira e na produção de estudos, buscando subsidiar tanto os movimentos juvenis quanto os gestores públicos em nível executivo e legislativo”¹⁵, o Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), cujas raízes se encontram no I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) realizado na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia, reunindo 620 jovens de 17 estados brasileiros durante os dias 27, 28 e 29/07/2007 e que tem como objetivo “cumprir uma demanda referendada pela

¹¹ Segundo informações do site oficial do Conjuve na internet. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre>. Acesso em: 20 set. 2013.

¹² Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012>. Acesso em: 20 set. 2013.

¹³ Disponível em: <http://juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve#edita>. Acesso em: 30 de jul. 2014.

¹⁴ Disponível em: http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre/conselheiros/copy_of_gestao-2010-2011-2/sociedade-civil. Acesso em: 20 set. 2013.

¹⁵ Segundo informações do site oficial da organização na internet. Disponível em: <http://www.cemj.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2013.

plenária final do ENJUNE, procurando articular e promover uma maior participação política e social do(as) jovens negros(as) de todo o país”¹⁶, e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), entidade que, “em defesa do ensino público e gratuito, [...] está à frente de grandes mobilizações em defesa de um ensino médio que atenda às necessidades dos estudantes. [...] pelo acesso à universidade pública, a ampliação e qualidade do ensino técnico, além do direito à meia-entrada em atividades culturais, participação política, voto aos 16 anos, esportivas e sociais”¹⁷. Acessamos os sítios na rede mundial de computadores dessas organizações e obtivemos números de telefones e endereços eletrônicos de correspondência. Os primeiros contatos com o FONAJUNE e com a UBES foram feitos com as coordenações regionais do estado de São Paulo. Já com o CEMJ, o contato foi realizado desde o início com o próprio presidente da organização.

Além de respeitadas as categorias de representantes da sociedade civil adotadas pelo Conjuve, bem como os critérios da pesquisadora sobre os níveis organizacionais presentes na sociedade civil com maior frequência e sobre a composição e direção dos coletivos por sujeitos jovens, adotou-se como critério de escolha dos participantes da pesquisa a busca da diversidade, sendo então convidados a colaborar uma ONG de estudos e pesquisas (campo acadêmico), um Fórum de marcador étnico-racial (campo de afirmação de identidade) e uma entidade inserida num movimento social mais amplo, o estudantil, cujo recorte etário compreende também os jovens mais novos, de 15 a 17 anos, e não só os universitários¹⁸.

Com estes três coletivos, realizamos entrevistas, observação em atividades e eventos por eles organizados e para os quais fomos convidados a participar, recolhimento de documentos a respeito de suas organizações. Esses procedimentos serão detalhados mais à frente. Por ora, é relevante esclarecer que iniciamos a pesquisa com o objetivo de

¹⁶ Informações disponíveis em: <http://br.groups.yahoo.com/group/fonajune/> e <http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2013.

¹⁷ Segundo informações do site oficial da entidade na internet. Disponível em: <http://www.ubes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 set. 2013.

¹⁸ Dentre os representantes da sociedade civil eleitos para a gestão 2012-2013 encontram-se Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de Atuação Nacional classificados nas categorias artísticas e culturais, do campo, estudantis, hip hop, jovens empresários e empreendedores, jovens feministas, jovens negros e negras, juventude LGBT, religioso, juventude de religião de matriz africana, trabalhadores urbanos, político-partidário, movimento comunitário e de moradia, juventude indígena e meio ambiente. Encontram-se ainda Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude classificadas nas categorias cultura, educação, esporte, lazer e tempo livre, instituição de pesquisa, jovens com deficiência, mídia, comunicação e tecnologia da informação, participação juvenil, raça/etnia, saúde, gênero e direitos sexuais e reprodutivos, segurança pública/direitos humanos, povos e comunidades tradicionais, trabalho e renda (conforme categorias apresentadas na Resolução 05/2012 de 02 de abril de 2012 que publica a relação final das instituições candidatas habilitadas - quadro de vagas por categoria e a relação de instituições não habilitadas para a Assembleia de Eleição da Representação da Sociedade Civil). As cadeiras ocupadas estão disponíveis no site http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre/conselheiros/copy_of_gestao-2010-2011-2, cujo acesso foi realizado em 20 de setembro de 2013.

compreender como as organizações e movimentos de juventude se articulam e como operam para buscar acessar o fundo público em prol do desenvolvimento de políticas públicas de juventude, convidando, então, os três coletivos mencionados a colaborar com o estudo multicaso. Entretanto, com base nos primeiros achados da pesquisa, no próprio processo de busca de aproximação com os sujeitos colaboradores e nas proposições feitas pelos membros da banca na ocasião do exame de qualificação de doutorado, em abril de 2015, novas hipóteses e questões de investigação foram levantadas. Isso nos levou a tomar a decisão de redirecionar o nosso olhar para o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), para o processo de construção de suas pautas e de movimentação de seus atores políticos em torno do fundo público, imputando-lhe maior centralidade no estudo. Tal decisão resultou na ampliação dos sujeitos participantes da pesquisa e do conjunto de dados coletados.

A percepção da existência de um recorte partidário – a União da Juventude Socialista (UJS) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – em dois dos três colaboradores convidados foi um fator importante para a ampliação da busca de coletivos, com o objetivo de alcançar maior pluralidade do Conjuve, assim, no ano de 2015, optamos por convidar outros colaboradores a participar da pesquisa. Foram convidados outros oito representantes da sociedade civil eleitos na gestão 2014-2015¹⁹.

Para essa gestão, além de respeitadas as categorias de representantes da sociedade civil adotadas pelo Conjuve, bem como os critérios da pesquisadora sobre os níveis organizacionais presentes na sociedade civil com maior frequência, novamente adotou-se como critério de escolha dos participantes da pesquisa a busca da diversidade, sendo então convidados a colaborar coletivos que não estavam vinculados a partidos políticos, incluindo também organizações financiadas por grandes empresas ou fundações, nacionais ou internacionais. Todavia, apenas dois aceitaram colaborar: a Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) que “trabalha articulando suas Entidades afiliadas por todo o território nacional, com o objetivo de dar-lhes estrutura e representatividade política, além de apoio

¹⁹ Dentre os representantes da sociedade civil eleitos para a gestão 2014-2015 encontram-se Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de Atuação Nacional classificados nas categorias artísticas e culturais, do campo, estudentes, feministas, negros e negras, LGBT, hip hop, religioso, religião de matriz africana, trabalhadores urbanos, político-partidário, movimento comunitário e de moradia, povos e comunidades tradicionais e meio ambiente. Encontram-se ainda Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude classificadas nas categorias cultura, educação, esporte, lazer e tempo livre, jovens com deficiência, mídia, comunicação e tecnologia da informação, participação juvenil, raça/etnia, saúde, gênero e direitos sexuais e reprodutivos, segurança pública/direitos humanos, trabalho e renda (conforme categorias apresentadas na relação final das entidades habilitadas – disponível em: <http://juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve#>; acesso em: 30 de jul. 2014). As cadeiras ocupadas estão disponíveis no site <http://juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve#>, cujo acesso foi realizado em 03 de dezembro de 2014.

técnico, social e pedagógico”²⁰, e a União Marista do Brasil (UMBrasil), cujo objetivo principal “é criar sinergias e articular projetos e processos entre suas associadas” e “inspira-se em valores e princípios cristãos para potencializar e articular a presença e a ação marista no Brasil”²¹. Ambas são organizações não governamentais sem fins lucrativos e sediadas em Brasília/DF.

Ingressaram também para o rol de entrevistados(as) a secretária-executiva e a presidenta do Conjuve, assim como atas de reuniões, publicações e outros documentos do colegiado, atividades e eventos integraram o processo de ampliação dos dados da pesquisa.

Considerou-se o diálogo entre paradigmas compreensivos e críticos de pesquisa na abordagem do objeto de estudo, envolvendo dimensões indutivas e explicativas na escolha e desenvolvimento metodológicos (GAMBOA, 2013). A coleta e análise de dados ancoraram-se em perspectiva que buscou integrar objetividade e subjetividade, comunicando-se por meios de tensões e possibilidades. Em outras palavras, o estudo contou com o uso de categorias teóricas, categorias extraídas dos dados empíricos e com a comunicação intersubjetiva entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos para a coleta de dados compreenderam a observação participante que envolveu, entre outros aspectos, introspecção, observação direta de situações em campo, interação com os sujeitos da pesquisa e interesse por suas perspectivas (FLICK, 2004) e o registro de notas em diário de campo (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Abrangeram também a análise de documentos (ALVES-MAZZOTTI, 2004) pertencentes e/ou fornecidos pelos colaboradores da pesquisa e entrevistas com roteiro prévio, porém flexível (Anexo A) próximas do tipo semiestruturado (ALVES-MAZZOTTI, 2004). Todos os(as) entrevistados(as) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B).

O diário de campo, as entrevistas e os documentos foram lidos e relidos (com relação aos dois últimos, fizemos também uso do software MAXQDA, voltado à análise da frequência de conteúdos) para que pudessem ser encontrados e destacados eixos e categorias para a análise, à luz do diálogo de paradigmas e referencial teórico adotado.

²⁰ Disponível em: <http://www.oncb.org.br/node/7/>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

²¹ Disponível em: <http://www.umbrasil.org.br/institucional/conheca-a-umbrasil/>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

Colaboradores

Conjuve: um cenário em movimento

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foram instituídos pela Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005²². Conforme organograma da Presidência da República²³, o Conjuve está diretamente vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República. Abaixo dessa Secretaria encontra-se a Secretaria Executiva que abrange outras quatro, dentre elas, a Secretaria Nacional de Juventude. Essa configuração foi alterada em 2015, com a reforma administrativa anunciada pela Presidenta da República Dilma Rousseff por meio da Medida Provisória Nº 696, de 02 de outubro de 2015²⁴. A Medida Provisória foi convertida na Lei Nº 13.266, de 05 de abril de 2016²⁵, que transformou a Secretaria-Geral da Presidência da República em Secretaria de Governo da Presidência da República e criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. O Conjuve e a Secretaria Nacional de Juventude passaram a integrar esse novo Ministério. Contudo, uma nova alteração foi realizada em 2016 pelo Presidente da República em Exercício Michel Temer, por meio da Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016²⁶, sendo que o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi extinto e os órgãos e entidades supervisionadas foram incorporados ao Ministério da Justiça, que foi transformado em Ministério da Justiça e Cidadania.

Compuseram o conjunto de participantes da pesquisa, como dito anteriormente, três coletivos da gestão 2012-2013 do Conjuve – Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), União Brasileira de Estudantes

²² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em 30 de mai. 2016.

²³ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/presidencia/estrutura-organizacional/organograma.jpg>. Acesso em 30 de mai. 2016.

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm. Acesso em 30 de mai. 2016.

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm. Acesso em 30 de mai. 2016.

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm. Acesso em 30 de mai. 2016.

Secundaristas (UBES) – e dois coletivos da gestão 2014-2015 – Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), União Marista do Brasil (UMBrasil).

Para tratar dos processos de aproximação com os coletivos convidados e que aceitaram participar da pesquisa, cabe apresentar o quadro geral de composição do Conjuve nessas duas gestões.

Os representantes da sociedade civil eleitos para a gestão 2012-2013 do Conjuve compunham um total de 66 coletivos, distribuídos entre as 40 cadeiras de titulares e suplentes, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: GESTÃO 2012-2013 DO CONJUVE

	CADEIRA	ORGANIZAÇÃO / ENTIDADE	STATUS
MOVIMENTOS, ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA JUVENTUDE DE ATUAÇÃO NACIONAL			
1	ARTÍSTICAS E CULTURAIS	CUCA DA UNE - INSTITUTO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA	TITULAR
		CUCA DA UNE - INSTITUTO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA	SUPLENTE
2	DO CAMPO	CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	TITULAR
		PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	SUPLENTE
3	DO CAMPO	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL – FETRAF	TITULAR
		FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL – FETRAF	SUPLENTE
4	ESTUDANTIS	UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE	TITULAR
		UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE	SUPLENTE
5	ESTUDANTIS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS – ANPG	TITULAR
		ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS – ANPG	SUPLENTE
6	ESTUDANTIS	UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES	TITULAR
		UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES	SUPLENTE
7	HIP-HOP	NAÇÃO HIP HOP BRASIL	TITULAR
		NAÇÃO HIP HOP BRASIL	SUPLENTE

8	JOVENS EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES	UNICAFES	TITULAR
		UNICAFES	SUPLENTE
9	JOVENS FEMINISTAS	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	TITULAR
		UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	SUPLENTE
10	JOVENS FEMINISTAS	CMB - CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	TITULAR
		CMB - CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	SUPLENTE
11	JOVENS NEGROS E NEGRAS	COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE ENEGRECER	TITULAR
		COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS – CONEN	SUPLENTE
12	JOVENS NEGROS E NEGRAS	UNEGRO	TITULAR
		CONGRESSO NACIONAL AFRO-BRASILEIRO	SUPLENTE
13	JUVENTUDE LGBT	ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	TITULAR
		ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	SUPLENTE
14	RELIGIOSOS	PASTORAL DA JUVENTUDE – PJ	TITULAR
		FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CRISTÃS DE MOÇOS	SUPLENTE
15	RELIGIOSOS	JUNTA DE MOCIDADE DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA – JUMOC	TITULAR
		ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL	SUPLENTE
16	JUVENTUDE DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA	MONABANTU	TITULAR
		ACBANTU - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BANTU	SUPLENTE
17	TRABALHADORES URBANOS	CTB - CENTRAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL	TITULAR
		CGTB - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL	SUPLENTE
18	TRABALHADORES URBANOS	CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	TITULAR
		CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	SUPLENTE
19	TRABALHADORES URBANOS	UGT - UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES	TITULAR
		FORÇA SINDICAL	SUPLENTE

20	POLÍTICO-PARTIDÁRIO	JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	TITULAR
		JUVENTUDE PMDB NACIONAL	SUPLENTE
21	POLÍTICO-PARTIDÁRIO	UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA	TITULAR
		JUVENTUDE PÁTRIA LIVRE	SUPLENTE
22	MOVIMENTO COMUNITÁRIO MORADIA DE	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES -CONAM	TITULAR
		CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES – CMP	SUPLENTE
23	JUVENTUDE INDÍGENA	COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDIGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	TITULAR
		APOINME - ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDIGENAS DO NE, MG, E ES	SUPLENTE
24	MEIO AMBIENTE	REDE DE JUVENTUDE PELO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – REJUMA	TITULAR
		UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL	SUPLENTE
FORUNS E REDES DA JUVENTUDE			
25		REDE FALE	TITULAR
		REDE NACIONAL DE JOVENS COMUNICADORES	SUPLENTE
26	FORÚNS E REDES	ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS - ABL	TITULAR
		FÓRUM NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA – FONAJUNE	SUPLENTE
27	FORÚNS E REDES	REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS (RNAJVHA)	TITULAR
		FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (FBOMS)	SUPLENTE
28	FORÚNS E REDES	REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE	TITULAR
		REDE DE JOVENS DO NORDESTE	SUPLENTE
ENTIDADES DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE			
29	CULTURA	CENTRO DE CULTURA 8 DE MARÇO	TITULAR
		INSTITUTO IMAGEM E CIDADANIA	SUPLENTE
30	EDUCAÇÃO	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE	TITULAR

		FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCACIONAL – FASE	SUPLENTE
31	ESPORTE, LAZER E TEMPO LIVRE	CEMJ - CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE	TITULAR
		CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO - CBDU	SUPLENTE
32	INSTITUIÇÃO DE PESQUISA	ISER	TITULAR
		POLIS INSTITUTO DE ESTUDOS FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS	SUPLENTE
33	JOVENS COM DEFICIÊNCIA	ESCOLA DE GENTE - COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO	TITULAR
		ESCOLA DE GENTE - COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO	SUPLENTE
34	MÍDIA, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	TITULAR
		VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO	SUPLENTE
35	PARTICIPAÇÃO JUVENIL	UNIVERSIDADE DA JUVENTUDE	TITULAR
		INSTITUTO DE JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA	SUPLENTE
36	RAÇA/ETNIA	GELEDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA	TITULAR
		GELEDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA	SUPLENTE
37	SAÚDE, GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	APV - ASSOCIAÇÃO DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS	TITULAR
		CEDAPS - CENTRO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	SUPLENTE
38	SEGURANÇA PÚBLICA/DIREITOS HUMANOS	CONSELHO NACIONAL DA OAB	TITULAR
		ÁGERE - COOPERAÇÃO EM ADVOCACY	SUPLENTE
39	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	ASSOCIAÇÃO RAÍZES DA TRADIÇÃO	TITULAR
		ASSOCIAÇÃO RAÍZES DA TRADIÇÃO	SUPLENTE
40	TRABALHO E RENDA	SERTA - SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA	TITULAR
		INSTITUTO ALIANÇA	SUPLENTE

Fonte: Lista de Contatos de Conselheiros e Entidades do Conjuve – gestão 2012-2013 – disponível no acervo digital do Conjuve, cujo acesso foi autorizado pela secretária-executiva em exercício no ano de 2015.

Desse universo, foram convidados a participar da pesquisa a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) e

o Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), conforme critérios de seleção apontados na subseção anterior.

Quanto à coleta de dados, na primeira quinzena do mês de março de 2014, iniciamos os contatos com os sujeitos da pesquisa por meio de telefonemas, envio de e-mails e, em algumas situações, mensagens na rede social *Facebook*²⁷.

O primeiro a nos responder foi o CEMJ através de seu presidente que, de forma bastante acolhedora, aceitou prontamente o convite de participação no estudo. Com a UBES, o processo foi um pouco mais vagaroso. Acessamos a página na internet da entidade e adquirimos os endereços eletrônicos dos integrantes da sua diretoria executiva. Enviamos e-mails personalizados a cada um deles realizando o convite de participação da UBES na pesquisa. Sem respostas, comparecemos à sede da organização em São Paulo no dia 18 de março de 2014 e quem nos recebeu foi a sua jornalista. Quando nos apresentamos e mencionamos a proposta, ela logo se remeteu ao e-mail que enviamos. Ou seja, o e-mail foi recebido pela organização, mas por algum motivo ninguém o respondeu. A jornalista foi receptiva e nos passou os contatos da nova presidenta e da nova diretora de comunicação, pois algumas informações sobre a diretoria não estavam atualizadas no site. Ela também nos orientou a acompanhar a organização na Jornada Nacional de Juventude que aconteceria entre 26 de março e 09 de abril de 2014 em São Paulo.

O FONAJUNE foi um caso ainda mais peculiar. Procedemos do mesmo modo, obtendo os endereços de e-mail pela internet e encaminhando mensagens aos representantes regionais. Uma integrante do estado de Pernambuco nos retornou fornecendo seu número de telefone. Telefonamos e ela nos informou o apelido do representante do Fórum do estado de São Paulo, comprometendo-se a obter o seu número de telefone ou e-mail. Já era final do mês de março e ela ainda não tinha conseguido os contatos. Como estávamos cursando uma disciplina como aluna especial na USP naquele semestre, conseguimos o número de telefone de uma participante do I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) com uma colega de classe. Telefonamos para ela que nos passou o e-mail de um militante do movimento negro que talvez pudesse nos passar o contato do representante estadual de São Paulo do FONAJUNE. Encaminhamos e-mail para esse militante, mas o contato acabou acontecendo pelo Facebook. Finalmente, em 14 de abril de 2014, obtivemos não só o e-mail do representante estadual, mas como também o seu nome. Mais uma vez, encaminhamos e-mail convidando o Fórum a participar da pesquisa, mas também não obtivemos resposta. Com o

²⁷ <https://www.facebook.com>

nome do representante estadual, conseguimos localizá-lo no Facebook e no dia 17 de abril de 2014 ele nos contatou e informou seu número de telefone.

No dia 02 de abril de 2014, realizamos a primeira entrevista com a presidenta²⁸ da UBES em sua própria sede, no município de São Paulo. A entrevista durou cerca de 50 minutos, foi gravada em áudio e transcrita posteriormente. O mesmo procedimento foi aplicado na entrevista de mais de uma hora com o presidente²⁹ do CEMJ no dia seguinte, em 03 de abril de 2014, na sede da organização no município de São Paulo.

Após ter vencido a dificuldade de obter e entrar em contato com o representante estadual de São Paulo do FONAJUNE, marcamos uma entrevista no município de Araraquara/SP para o dia 19 de maio de 2014. Aguardamos cerca de uma hora pelo representante do Fórum, mas ele não compareceu.

Passamos os próximos três meses à procura do representante. Seu telefone celular não mais funcionava, seu perfil no Facebook tinha sido desativado e nossos e-mails não recebiam respostas. Foi quando, em agosto de 2014, vimos uma divulgação no Facebook a respeito da Plenária Paulista do Fórum Nacional de Juventude Negra que aconteceria no dia 09 de agosto na sede da Educafro, localizada no município de São Paulo.

Dentre os itens da pauta estava a construção do II Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE). Fizemos a nossa inscrição e seguimos para a participação na Plenária. Chegando lá, apresentamos a nossa proposta e relatamos a nossa dificuldade em conseguir contato com o FONAJUNE para participação em nossa pesquisa. Os militantes presentes – cerca de 20 pessoas –, pertencentes a diferentes organizações de juventude negra, nos orientaram a entrar em contato com o representante do estado do Pará, visto que a cadeira do Conjuve foi por ele ocupada na gestão 2012-2013.

Reiniciamos, assim, um novo processo de estabelecer contato e fazer o convite para a participação na pesquisa. Passamos o segundo semestre de 2014 e início de 2015 trocando e-mails, mensagens pelo Facebook e telefonemas com o representante estadual do Pará que, muito respeitosamente, se propôs a colaborar conosco. Reformulamos a entrevista

²⁸ Jovem de 19 anos, formada em administração de nível técnico e estudante pré-vestibular. Começou a militar no movimento estudantil aos 15 anos de idade. Foi eleita presidenta da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES) do município do Rio de Janeiro em 2011. E em 2014 assumiu a presidência da UBES cuja gestão terminará em 2016.

²⁹ Com 31 anos de idade, é graduado em economia, possui título de mestre em economia política pela PUC São Paulo e tem como objetivo realizar doutoramento em economia. Começou a militar no movimento estudantil aos 14 anos de idade através do grêmio estudantil de sua escola no município de São Paulo. Em 2001 foi eleito presidente da União Paulista de Estudantes (UPES) e também militou na União da Juventude Socialista (UJS) na qual também chegou a assumir a presidência municipal. Atuou ainda como agente de segurança da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) em 2005.

para o formato de questionário que lhe foi enviado, mas nunca obtivemos devolução. O representante nos fornecia diferentes justificativas, mas permanecia sustentando seu compromisso em contribuir com a nossa pesquisa. Foi somente em julho de 2015 que conseguimos realizar a entrevista com este colaborador. Uma primeira tentativa via *Skype*³⁰ foi realizada no dia 01 de julho, mas em função de dificuldades técnicas com o microfone do entrevistado, a entrevista não aconteceu. Outras três tentativas foram lançadas durante o mês, porém foi somente em 30 de julho de 2015 que pudemos realiza-la por telefone. A ligação foi colocada em viva voz e registrada em aparelho gravador. A entrevista durou cerca de uma hora e foi transcrita pela pesquisadora.

Além da Plenária Paulista do Fórum Nacional de Juventude Negra, participamos de outras duas atividades a convite dos entrevistados. A presidenta da UBES nos sugeriu participar do 17º Congresso da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES) entre os dias 11 e 12 de abril de 2014, na cidade de Americana/SP, por ser uma atividade das entidades de base da UBES. Já o presidente do CEMJ sugeriu a “Caravana Lutas Populares que Construíram o Brasil: da Coluna Prestes à Guerrilha do Araguaia”, evento de formação de lideranças políticas que a instituição ajudou a organizar, ocorrida entre os dias 16 e 21 de abril de 2014, com início em Palmas/TO e término em Marabá/PA, como sugestão de atividade em que pudessemos participar e realizar observações.

Ao verificarmos o recorte partidário presente tanto na UBES quanto no CEMJ, compreendemos a importância fundamental de entrevistar um membro da União da Juventude Socialista (UJS), organização vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Assim, durante a Caravana organizada pelo CEMJ, realizamos uma entrevista de 40 minutos com a coordenadora nacional de políticas públicas de juventude³¹ da UJS. O depoimento foi gravado e transcrito.

Entre os dias 02 e 04 de setembro de 2014, participamos do Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede organizado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e realizado em Brasília/DF. O evento contou com 120 pesquisadores(as) de todo o país e teve como objetivos refletir sobre o estado da arte da pesquisa sobre juventude e políticas públicas, proporcionar um espaço para troca e diálogo

³⁰ Software que permite a comunicação pela internet em tempo real através do recurso de *bate-papo* ou ligação audiovisual. Disponível em: <http://www.skype.com/pt-br/>.

³¹ Estudante de 22 anos em saneamento ambiental de nível técnico pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. Foi presidenta de grêmio estudantil, da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), gestão 2011-2013.

entre pesquisadores(as) e constituir uma rede de observatórios e pesquisadores(as) sobre a temática.

Tivemos a oportunidade de realizar diversos contatos, discutir sobre diferentes pesquisas em andamento, apresentar um pôster acadêmico sobre o nosso projeto de pesquisa, além de conhecer a estrutura e funcionamento da Secretaria Nacional de Juventude por meio de visita guiada. Tivemos acesso ao Centro de Documentação da Secretaria, o CEDOC, às estações de trabalhos dos programas em andamento e ao próprio Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Na ocasião, o secretário executivo do Conjuve nos apresentou brevemente a função e funcionamento do Conselho. Sua intervenção nessa ocasião foi gravada e transcrita, compondo o conjunto de dados para a pesquisa.

Os representantes da sociedade civil eleitos para a gestão 2014-2015 do Conjuve integravam um total de 62 coletivos, distribuídos entre as 40 cadeiras de titulares e suplentes, conforme quadro abaixo:

QUADRO 2: GESTÃO 2014-2015 DO CONJUVE

	CADEIRA	ORGANIZAÇÃO / ENTIDADE	STATUS
MOVIMENTOS, ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA JUVENTUDE DE ATUAÇÃO NACIONAL			
1	ARTÍSTICAS E CULTURAIS	Associação Cultural Liga do Funk	TITULAR
		União da Juventude Brasileira – UJB	SUPLENTE
2	DO CAMPO	CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	TITULAR
		CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	SUPLENTE
3	DO CAMPO	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL – FETRAF	TITULAR
		FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL – FETRAF	SUPLENTE
4	COMUNITÁRIO E MORADIA	LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	TITULAR
		CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – CONAM	SUPLENTE
5	ESTUDANTIS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS – ANPG	TITULAR
		ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS – ANPG	SUPLENTE
6	ESTUDANTIS	UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES	TITULAR

		UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES	SUPLENTE
7	ESTUDANTIS	UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE	TITULAR
		UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE	SUPLENTE
8	FEMINISTAS	O ESTOPIM	TITULAR
		O ESTOPIM	SUPLENTE
9	FEMINISTAS	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	TITULAR
		UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	SUPLENTE
10	HIP-HOP	NAÇÃO HIP HOP BRASIL	TITULAR
		NAÇÃO HIP HOP BRASIL	SUPLENTE
11	LGBT	ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	TITULAR
		ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	SUPLENTE
12	MEIO AMBIENTE	UNIÃO NACIONAL DOS ESCOTEIROS DO BRASIL	TITULAR
		UNIÃO NACIONAL DOS ESCOTEIROS DO BRASIL	SUPLENTE
13	NEGROS E NEGRAS	Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs	TITULAR
		Coletivo de Entidades Negras – CEN	SUPLENTE
14	NEGROS E NEGRAS	UNEGRO	TITULAR
		Coletivo Nacional da Juventude Negra – ENEGRECER	SUPLENTE
15	POLÍTICO-PARTIDÁRIO	União da Juventude Socialista – UJS	TITULAR
		JUVENTUDE PARTIDO VERDE	SUPLENTE
16	POLÍTICO-PARTIDÁRIO	JUVENTUDE PMDB NACIONAL	TITULAR
		JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	SUPLENTE
17	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS	TITULAR
		Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS	SUPLENTE
18	RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA	Associação Afro Cultural e Beneficente de Matriz Africana São Jerônimo	TITULAR

		Associação Afro Cultural e Beneficente de Matriz Africana São Jerônimo	SUPLENTE
19	RELIGIOSOS	Pastoral da Juventude do Meio Popular	TITULAR
		Aliança Bíblica Universitária do Brasil	SUPLENTE
20	RELIGIOSOS	Pastoral da Juventude	TITULAR
		Pastoral Juvenil Marista – PJM	SUPLENTE
21	TRABALHADORES URBANOS	Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB	TITULAR
		Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB	SUPLENTE
22	TRABALHADORES URBANOS	Central Única dos Trabalhadores – CUT	TITULAR
		Central Única dos Trabalhadores – CUT	SUPLENTE
23	TRABALHADORES URBANOS	Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE	TITULAR
		Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE	SUPLENTE
FORUNS E REDES DA JUVENTUDE			
24	FÓRUNS E REDES	Rede Pense Livre	TITULAR
		Rede Pense Livre	SUPLENTE
25	FÓRUNS E REDES	Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis – REJU	TITULAR
		Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis – REJU	SUPLENTE
26	FÓRUNS E REDES	Articulação Brasileira de Jovens Gays - ARTGAY Jovem	TITULAR
		Rede Nacional de Negros e Negras - Rede AFRO - LGBT	SUPLENTE
27	FÓRUNS E REDES	Fórum Nacional de Juventude Negra	TITULAR
		Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL	SUPLENTE
28	FÓRUNS E REDES	Rede FALE	TITULAR
		Rede de Jovens do Nordeste - RJNE	SUPLENTE
29	FÓRUNS E REDES	Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo - REJUPE	TITULAR
		Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO	SUPLENTE

ENTIDADES DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE			
30	CULTURA	Movimento e Ação Instituto	TITULAR
		INSTITUTO IMAGEM E CIDADANIA	SUPLENTE
31	EDUCAÇÃO	União Marista do Brasil – UMBRASIL	TITULAR
		CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE	SUPLENTE
32	ESPORTE, LAZER E TEMPO LIVRE	GEMJ - CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE	TITULAR
		Confederação Brasileira de Skate	SUPLENTE
33	JOVENS COM DEFICIÊNCIA	Escola de Gente	TITULAR
		Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB	SUPLENTE
34	MÍDIA, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Instituto Sertão em Rede – INSERE	TITULAR
		INTERVOZES	SUPLENTE
35	PARTICIPAÇÃO JUVENIL	Visão Mundial	TITULAR
		Associação Cultural e de Cidadania – CIVITAS	SUPLENTE
36	PARTICIPAÇÃO JUVENIL	Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP	TITULAR
		Instituto de Promoção e Estudos das Juventudes – IPEJ	SUPLENTE
37	RAÇA/ETNIA	GELEDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA	TITULAR
		Instituto Steve Biko	SUPLENTE
38	SAÚDE, GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	Grupo Conexão G – GCG	TITULAR
		Grupo Arco Iris de Conscientização Homossexual	SUPLENTE
39	SEGURANÇA PÚBLICA/DIREITOS HUMANOS	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	TITULAR
		Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	SUPLENTE
40	TRABALHO E RENDA	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS	TITULAR
		Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA	SUPLENTE

Fonte: Lista de Contatos de Conselheiros e Entidades do Conjuve – gestão 2014-2015 – disponível no acervo digital do Conjuve, cujo acesso foi autorizado pela secretária-executiva em exercício no ano de 2015.

Desse universo, foram convidados a participar da pesquisa a Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), a Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE), a Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), a Escola de Gente (titular da cadeira de Jovens com Deficiência), a Associação Cultural e de Cidadania CIVITAS (suplente de uma das cadeiras de Participação Juvenil), a União Marista do Brasil (UMBrasil), o Coletivo de Entidades Negras (CEN) e a Central do Trabalhadores do Brasil (CTB). Tais coletivos foram sugeridos pela secretária-executiva do Conjuve em entrevista realizada no dia 07 de julho de 2015. Todos, com sede em Brasília/DF, receberam o convite da pesquisadora via e-mail e três deles manifestaram interesse em colaborar. Entretanto, somente dois conseguiram agendar data e horário para conceder as entrevistas: a ONCB e a UMBrasil.

Entre os dias 07 e 10 de julho de 2015, estivemos no Conjuve para coletar mais dados de pesquisa, desde entrevistas com conselheiros, secretária-executiva e presidenta do Conselho, até o levantamento de atas de reuniões, publicações e outros documentos. A proposta foi obter um maior alcance da pluralidade do Conjuve, bem como compreender como se formam e são debatidas as pautas dentro do Conselho.

No dia 07 de julho de 2015, entrevistamos a secretária-executiva³² do Conjuve por cerca de 40 minutos e no dia seguinte, em 08 de julho de 2015, a presidenta³³ nos concedeu uma entrevista – que durou menos de 30 minutos. Os pontos principais trataram da formação e disputa de pautas dentro do Conselho e do debate em torno da constituição do Fundo Nacional de Juventude. Os depoimentos foram gravados e transcritos.

Nos dias 09 e 10 de julho de 2015, entrevistamos o secretário de jovens³⁴ da ONCB e o assessor da área de missão³⁵ da UMBrasil, respectivamente. Parte do

³² Jovem de 27 anos, graduada em Jornalismo. Começou a militar em um coletivo de juventude negra no ensino superior onde também participou do Centro Acadêmico e do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A democratização da mídia também sempre foi uma bandeira de luta para ela. Compõe o Centro de Análise de Discurso e o Centro de Democracia, Cidadania e Direitos Humanos da UFBA.

³³ Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Iniciou sua militância no movimento cultural de bairro, passando pelo movimento de jovens da igreja católica e pelo movimento estudantil universitário. Formada em Ciências Sociais, fez parte do Centro Acadêmico e do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aproximando-se das pautas do movimento negro. É filiada à União da Juventude Socialista (UJS/PCdoB). Em 2005, assumiu a Diretoria de Reparação Social em Brasília/DF que tinha a agenda de mulheres, juventude e igualdade racial, vinculando-se, desde então, à institucionalização da política nacional de juventude.

³⁴ Jovem de 26 anos com baixa deficiência visual, estudante de Direito. Sofreu um acidente de carro aos 11 anos de idade e desde então milita no movimento em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

financiamento da ONCB provém de recursos internacionais; outra parte das mensalidades pagas por suas entidades filiadas. A UMBrasil possui editoras, um grupo de rádio e TV no município de Curitiba/PR, hospitais universitários, instituições de ensino do nível básico ao superior, mas também realiza convênios com o poder público. Ambas são organizações que participam do Conjuve pela primeira vez. Os áudios das entrevistas foram gravados e transcritos posteriormente.

A convite da secretária-executiva, retornamos ao Conjuve nos dias 23 e 24 de julho de 2015 para a participação na Reunião Ampliada da Mesa Diretora³⁶, cuja pauta contemplou o debate sobre o orçamento do Conselho, e na Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude, cujo tema foi “As várias formas de mudar o Brasil”. As reuniões foram registradas em aparelho gravador de áudio pela pesquisadora e disponibilizadas ao Conselho.

Entre os dias 09 e 11 de março de 2016, participamos do seminário Políticas Públicas fode Juventude no Brasil: avanços e perspectivas, organizado pelo Conjuve e pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em Brasília/DF, encerrando o processo de coleta de dados. O evento contou, em sua maioria, com a presença dos conselheiros e conselheiras do Conjuve, mas esteve aberto à participação de quaisquer pessoas interessadas. Os painéis de debates foram registrados em aparelho gravador, porém apenas alguns de seus trechos foram transcritos pela pesquisadora.

Conjunto de dados

As entrevistas gravadas e transcritas, bem como a observação participante realizada nas atividades mencionadas em subseção anterior e registradas em diário de campo são parte do conjunto de dados coletados para a pesquisa. Resta descrever, no entanto, os documentos levantados pela pesquisadora para análise de contribuições à investigação.

³⁵ Com 40 anos de idade, é graduado em Administração e cursa o mestrado em Gestão do Conhecimento na Universidade Católica de Brasília. Sua atuação se iniciou na adolescência por meio da Pastoral da Juventude da igreja católica.

³⁶ Segundo informações da secretária-executiva, a Mesa Diretora do Conjuve é composta pela presidência, vice-presidência e secretaria executiva. Uma reunião ampliada da Mesa Diretora implica a participação dos coordenadores das quatro comissões internas (Comissão de Parlamento, Comissão de Comunicação, Comissão de Articulação e Diálogo – CAD e Comissão de Acompanhamento de Programas e Projetos – CAPP).

No decorrer do mês de julho de 2015, coletamos cerca de 16 gigabytes de documentos dos computadores do Conjuve. Os documentos passaram por uma triagem considerando as atas de reuniões das gestões 2012-2013 e 2014-2015, legislações e publicações pertinentes ao objeto de estudo, com destaque para os períodos das referidas gestões.

Dessa forma, o conjunto de documentos compreende seis atas de reuniões ordinárias e sete atas de reuniões da Mesa Diretora da gestão 2012-2013. Da gestão seguinte, temos duas atas de reuniões ordinárias (mais uma gravação de vídeo), uma ata de reunião extraordinária, cinco atas de reuniões da Mesa Diretora (mais uma gravação de áudio) e uma ata de reunião da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude (mais uma gravação de áudio). Compreende ainda o Regimento Interno do Conjuve, duas Resoluções de Edital de Convocação de Assembleia de Eleição dos representantes da sociedade civil do Conjuve, duas leis federais, um decreto e uma minuta de decreto federais, além de seis atas de reuniões do Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), quatro publicações sobre mapeamento e agenda interministerial, treze publicações de autoria do Conjuve e/ou da SNJ. O conjunto abrange também onze publicações, anteriores ao ano de 2013, de autoria do Conjuve e/ou da SNJ.

Os quadros abaixo sistematizam o conjunto de dados:

QUADRO 3: CONJUNTO DE DADOS – ENTREVISTAS, ATIVIDADES E ATAS DE REUNIÕES

Entrevistas	1. Presidenta da UBES 2. Presidente do CEMJ 3. Coordenador do FONAJUNE 4. Coordenadora da UJS	Gestão 2012-2013
	5. Apresentação do Conjuve pelo Secretário-Executivo (2014) 6. Secretário de Jovens da ONCB 7. Assessor de Missão da UMBrasil 8. Secretária-Executiva do Conjuve 9. Presidenta do Conjuve	Gestão 2014-2015
Atividades	1. 17º Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas 2. Caravana Lutas Populares que Construíram o Brasil: da Coluna Prestes à Guerrilha do Araguaia 3. Plenária Paulista do Fórum Nacional de Juventude Negra 4. Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede	Gestão 2012-2013

	<p>5. Reunião Ampliada da Mesa Diretora do Conjuve</p> <p>6. Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude</p> <p>7. Seminário Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas (2016)</p>	Gestão 2014-2015
Documentos (Atas)	<p>1. 28ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>2. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (jul/2012)</p> <p>3. 29ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>4. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (ago/2012)</p> <p>5. 30ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>6. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (set/2012)</p> <p>7. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (out/2012)</p> <p>8. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (jan/2013)</p> <p>9. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (fev/2013)</p> <p>10. 32ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>11. 33ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>12. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (fev/2014)</p> <p>13. 36ª Reunião Ordinária do Conjuve</p>	Gestão 2012-2013
	<p>14. Degravação do vídeo da 37ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>15. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (set/2014)</p> <p>16. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (nov/2014)</p> <p>17. 38ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>18. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (dez/2014)</p> <p>19. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (fev/2015)</p> <p>20. 39ª Reunião Ordinária do Conjuve</p> <p>21. 12ª Reunião Extraordinária do Conjuve</p> <p>22. Reunião Ampliada da Mesa Diretora (abr/2015)</p> <p>23. Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude (abr/2014)</p> <p>24. Gravação do áudio da Reunião Ampliada da Mesa Diretora (jul/2015)</p> <p>25. Gravação do áudio da Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude (jul/2014)</p>	Gestão 2014-2015

Fonte: Elaboração da pesquisadora

QUADRO 4: CONJUNTO DE DADOS – OUTROS DOCUMENTOS

Documentos (outros)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regimento Interno do Conjuve 2. Resolução 02/2012 de Edital de Convocação de Assembleia de Eleição – Conjuve 3. Resolução 02/2014 de Edital de Convocação de Assembleia de Eleição – Conjuve 4. Lei 11.129 de 30 de junho de 2005 – SNJ, Conjuve e Plano Nacional de Juventude 5. Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude 6. Decreto 8.074 de 14 de agosto de 2013 – Comitê Interministerial de Política de Juventude 7. Minuta de Decreto – Regulamentação do Sinajuve e Meia Entrada – 30 de janeiro de 2014
	<ol style="list-style-type: none"> 8. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (04/11/2013) 9. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (18/11/2013) 10. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (19/12/2013) 11. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (22/01/2014) 12. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (25/03/2014) 13. Ata de reunião do Comitê Interministerial de Política de Juventude (22/04/2014) 14. Mapeamento das Políticas de Juventude – 2014 15. Políticas Públicas de Juventude: encontre nos Ministérios – 2014 16. Agenda Transversal Juventude – PPA 2012-2015 17. Agendas Transversais – Monitoramento Participativo – Plano Mais Brasil – PPA 2012-2015
	<ol style="list-style-type: none"> 18. Conselho em Ação – Revista Virtual – edição 1 – setembro de 2013 19. Documento Matriz de Monitoramento para Avaliação das PPJs – 2014 (2 versões) 20. Guia de Conselhos de Juventude 2014 21. Manual Orientador para Conselheiros e Conselheiras – 2014 22. Texto Orientador Eixo Temático Participação da 3ª Conferência Nacional de Juventude – 2015 23. Caderno Direitos da Juventude: subsídios para o debate – 3ª Conferência Nacional de Juventude – 2015
	<ol style="list-style-type: none"> 24. Políticas Públicas de Juventude – 2013 25. Agenda Juventude Brasil – 2013 26. Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens: marco de referência – 2014 27. Estação Juventude: conceitos fundamentais. Pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas – 2014 28. Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil – 2014 29. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Social – 2015 30. Mapa do Encarceramento: os jovens no Brasil – 2015

- | | |
|--|--|
| | <ol style="list-style-type: none">31. Balanço 2010-201132. Balanço político 201133. Balanço 201234. Balanço gestão 2011-201435. Conjuve: natureza, composição e funcionamento – ago/2005 a mar/200736. Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas – 200637. Quebrando Mitos: juventude, participação e políticas – 200938. Guia de Políticas Públicas de Juventude – 201039. PEC da Juventude n. 42/2008: o Brasil precisa, a juventude quer – 201040. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude – 201141. Pacto pela Juventude – 2012 |
|--|--|

Fonte: Elaboração da pesquisadora

O conjunto de dados, no entanto, não foi analisado em sua totalidade, prevalecendo o exame das entrevistas e de algumas atas de reuniões e publicações do Conjuve. O recorte se justifica em função do objeto de estudo, ou seja, devido ao debate sobre a movimentação e tensionamentos em torno da busca de acesso ao fundo público.

1. ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Para o filósofo alemão Friedrich Engels (1820-1895), colaborador de Karl Marx, a instituição Estado surge com o objetivo de assegurar as riquezas individuais e a propriedade privada, reconhecendo a nova forma acelerada de acumulação destas – o capitalismo – e, como consequência, contribuindo com a divisão social em classes e o domínio de exploradores sobre explorados. Surge da própria sociedade, de seus interesses econômicos antagônicos, supostamente para amortecê-los, mas coloca-se acima dela³⁷.

Por outro lado, o sociólogo alemão Claus Offe (1984) compreende mais contemporaneamente que o Estado não pertence e não é um instrumento da classe economicamente dominante, mas que possui um sistema de instituições políticas de caráter classista. Trataremos dessa dimensão política mais adiante.

Por ora, cabe assinalar que o nosso entendimento a respeito de Estado capitalista passa pelo tensionamento entre forças sociais, políticas e econômicas na disputa pelo fundo público proveniente das contribuições do capital e do trabalho. As políticas públicas, nesse sentido, apoiando-se no aparato institucional estatal se constituem e se materializam em meio a essa arena conflitiva de interesses.

Esse é o prisma central pelo qual a temática das Políticas Públicas de Juventude e a Política Nacional de Juventude brasileira serão tratadas nesse estudo.

1.1 Estado brasileiro desde a redemocratização: considerações sobre as políticas públicas, fundo público e cultura política

A formação do Estado brasileiro e o conjunto de políticas públicas ao longo de sua história, analisados à luz de especificidades políticas e socioculturais, bem como dos vários estágios de desenvolvimento capitalista, merecem uma análise minuciosa cuja pretensão não nos pertence nesse trabalho. Para o nosso objeto de investigação nos parece

³⁷ Esse entendimento consta de sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884) cujo acesso tivemos pela 9ª edição da Editora Civilização Brasileira publicada em 1984.

suficiente que façamos uma contextualização a partir do processo de redemocratização que impulsionou, de um lado, a busca de concretização de direitos sociais cujas bandeiras foram levantadas por alguns setores e movimentos da sociedade civil no período de ditadura militar, porém mais fortemente no decorrer da década de 1980 (GOHN, 2003) e, de outro, a institucionalização de mecanismos de participação da sociedade na formulação e execução de ações e programas governamentais (DAGNINO, 2002).

O período de ditadura militar brasileira (1964-1985) adotou a mesma estratégia do Estado Novo instituído em 1937: ampliação dos direitos sociais – numa perspectiva populista – com restrição dos direitos políticos, justamente o oposto do período democrático entre os anos de 1945 a 1964. Com o restabelecimento da democracia consolidada com a Constituição Federal de 1988, também conhecida como *Constituição Cidadã*, os direitos políticos atingem uma dimensão nunca antes alcançada, embora não tenham contribuído para a resolução completa dos problemas sociais e econômicos. Em 1989 ocorre a primeira eleição direta para presidente da República após o período de ditadura civil-militar. O país permanece com sérios problemas de desigualdades sociais e desemprego, mas ainda assim, a Constituição de 1988 ampliou, mais do que qualquer outra, os direitos sociais³⁸ (CARVALHO, 2001).

Foi com esta Constituição que o conceito de *seguridade social*³⁹ se consagrou, firmando a universalidade dos direitos sociais para todos os cidadãos, isto é, a ideia de um “padrão de proteção social⁴⁰ que se queria abrangente e redistributivo” (VIANNA, 1998, p. 130).

Concomitantemente a esse processo de retorno à democracia, o país foi tomado por propostas neoliberais no âmbito das políticas públicas, firmadas no Consenso de Washington⁴¹, trazendo ao cenário nacional diversas contradições entre ideais e práticas de

³⁸ Tomamos aqui como referência o sociólogo britânico Thomas Humprey Marshall (1967) que relaciona principalmente o sistema educacional e os serviços sociais à dimensão *social* da cidadania, ou seja, aos direitos sociais.

³⁹ Em nossa Constituição Federal de 1988, a seguridade social é compreendida no artigo 194 como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. O artigo 195 dispõe sobre o seu financiamento “mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II - dos trabalhadores; (...) III - sobre a receita de concursos de prognósticos. IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar”.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2013.

⁴⁰ “A composição dos sistemas de proteção social varia de um país para outro, mas a seguridade social (previdência, saúde, assistência social) constitui o núcleo duro em praticamente todas as nações” (BOSCHETTI, 2012, p. 756).

⁴¹ Conforme aponta Montañó (2002), em 1989 realizou-se uma reunião em Washington entre organismos internacionais tais como o FMI, o BID e o Banco Mundial, funcionários do governo americano e economistas

um novo projeto de sociedade previsto na Constituição Federal de 1988. O avanço da privatização em diversos serviços sociais no lugar da melhoria qualitativa dos serviços públicos foi uma marca significativa da expansão neoliberal (GOHN, 2003; 2004). Houve uma retração dos movimentos sociais seguida de um protagonismo das organizações não governamentais (ONGs) na terceirização das responsabilidades estatais (GOHN, 2003).

Com a chamada *Constituição Cidadã* esperava-se um processo de redemocratização mais próximo do formato do *Welfare State*, com um Estado mais provedor no campo social do que refém da economia internacional. Alguns autores compreendem que, por falta de condições reais, não se chegou a instalar um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, fazendo menção a uma *imitação pobre* (DEMO, 1995) daquilo que seria um modelo bem acabado, ou que a formação da proteção social brasileira se deu por meio de um processo de americanização da seguridade social, “pois ainda que formalmente universais e imaginadas como indutoras de cidadania, as provisões públicas se resumem a parques benefícios para os pobres, enquanto ao mercado cabe a oferta de proteção àqueles cuja situação permite a obtenção de planos ou seguros privados” (VIANNA, 1998, p. 130). E há quem afirme que o *Welfare State* brasileiro é de outro tipo (DRAIBE, 2007).

O fato é que o processo de retorno à democracia no país não se fez de modo desconexo do sistema capitalista e de sua reestruturação.

Para Offe (1984), o Estado capitalista tem uma configuração que permite as relações de troca e sua estratégia principal é criar condições para que os proprietários, tanto do capital quanto da força de trabalho, possam realizá-las. Ele não defende os interesses particulares da burguesia, mas os interesses comuns dos indivíduos pertencentes a uma sociedade capitalista de classes, sendo possível demonstrar que seu sistema de instituições políticas possui um caráter de seletividade classista e uma relação estrutural com o interesse do capital global.

A partir da década de 1970 inicia-se o enfraquecimento da sociedade do pleno emprego, cujo auge se alcançou na *era de ouro* (HOBSBAWN, 1995) do capitalismo. Para Robert Castel (2010, p. 478-479; grifo do autor), a sociedade salarial “é também um modo de *gestão política* que associou a sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado”. Na visão do autor, vivemos numa sociedade capitalista na qual se vende e se compra força de trabalho e é sobre

latino-americanos para orientar o processo de adesão dos países latino-americanos ao neoliberalismo e seguir à risca todas as suas políticas de ajuste. Para conhecimento do receituário de dez pontos imposto por tais agências à América Latina, denominado de *Latin Americ Adjustment*, recomendamos a leitura *Para Conhecer o Neoliberalismo* de João José Negrão (1998).

ela que devemos dirigir esforços para se inserir mais pessoas nesse processo de trocas. O trabalho, portanto, não se configura uma escolha nessa sociedade, mas uma questão de sobrevivência, devendo vir a ser direito de todos. Com a crise da sociedade salarial, no entanto, somente alguns setores do trabalho conseguem obter proteção social, sendo esta também entendida como o acesso dos(as) trabalhadores(as) ao fundo público abastecido com os impostos e contribuições do capital e do próprio trabalho.

O fundo público é um conceito construído para a investigação dos processos pelos quais o capitalismo perdeu sua capacidade auto-regulatória; ao mesmo tempo, ele tem a pretensão de sintetizar o complexo que tomou o lugar da auto-regulação (OLIVEIRA, 1998, p. 49). [...] Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um *mix* que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. [...] O processo de produção desse movimento, que busco conceituar no fundo público, é o processo de luta de classes. Mas é também o de seu deslocamento da esfera das relações privadas para uma esfera pública ou, dizendo de outra forma, o da transformação das classes sociais de privadas para classes sociais públicas. O que se quer dizer com isso? Seria mais fácil dizer que há um deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado. Mas, não apenas de fato, mas teoricamente, não é isso que se passa, pois tanto para que exista o fundo público quanto para que o processo de publicização das classes sociais se dê, é absolutamente necessário que também continue a luta de classe na esfera da produção ou, se quisermos dizer, no confronto imediato e direto entre empregado e patrão. O fundo público só existe e somente se sustenta como consequência da publicização das classes sociais, do deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a das relações públicas: ele é uma espécie de suma de todas essas transformações, as quais têm que ser renovadas quotidianamente, sob pena de ele perder sua eficácia. Evidentemente, a publicização, ou o processo desse deslocamento, não é aleatória, conjuntural, e construiu suas instituições, as quais são, na maior parte dos casos, as instituições do Estado de bem-estar (OLIVEIRA, 1998, p. 53-54).

Nesse processo de correlação de forças, de tensionamento entre capital e trabalho pelo fundo público, localizamos as políticas públicas.

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Essa noção, do mesmo modo, não reduz a política à implantação de serviços e nem ao eixo da articulação de programas e ações, embora esses dois aspectos possam estar nela contidos. Desse modo, o termo compreende a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a

um projeto de desenvolvimento econômico-social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade (SPOSITO, 2003, p. 59).

As políticas públicas não são todas de caráter social, podendo haver políticas com enfoque econômico, por exemplo. Mas se uma forma de distribuir a riqueza material e simbólica gerada por uma país também se dá por meio das políticas públicas sociais, então mais uma vez nos deparamos com a exigência do acesso ao fundo público pelos(as) trabalhadores(as).

No entendimento de Offe (1984, p. 24), a política social é “o conjunto daquelas relações e estratégias politicamente organizadas, que produzem continuamente essa transformação do proprietário de força de trabalho em trabalhador assalariado”. O Estado capitalista, desse modo, deve desenvolver a gestão da disputa pelos recursos públicos, uma vez que os direitos sociais não são por ele estruturalmente garantidos. É possível verificar uma contradição a ser administrada que

trata-se da competição permanente por recursos públicos, que se estabelece na dinâmica do Estado capitalista: de um lado, são utilizados para viabilizar políticas sociais, em sua relação funcional com os problemas da socialização do trabalho e sua reprodução; de outro, são igualmente requeridos para a estruturação da reprodução do capital propriamente dito, a ser implementada por outras políticas estatais (LOPES, 1999, p. 32).

Essa dimensão institucional assinala que o poder político do Estado capitalista se dá pelas normas do governo democrático-representativo (OFFE, 1984).

Uma outra perspectiva igualmente importante é o da cultura política⁴². O Brasil carrega a herança de uma cultura política autoritária, clientelista e patrimonialista (DAGNINO, 2002; GOHN, 2003; 2005; CARVALHO, 2014), e estatista, ou seja, orientada para e pautada pelo Estado (DAGNINO, 2002; CARVALHO, 2014). A politização da população para o exercício de sua cidadania e de uma democracia representativa e, mais além, de uma democracia participativa ainda se coloca como um desafio para o sistema educacional e outros espaços de formação política.

A perspectiva de interlocução entre poder público e sociedade civil é observada na história recente dos movimentos sociais no Brasil. Segundo Gohn (2004), a partir dos anos 1980, os movimentos passaram a compor espaços institucionais de negociação política, uma

⁴² Partimos da compreensão de Maria da Glória Gohn para quem a cultura política é “um conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar” (2005, p. 34).

vez que o Estado deixara de ser apenas um inimigo. A autonomia dos movimentos, tão cara nos anos 1970, passou a ser questionada. Na década de 1990, vemos a institucionalização dos movimentos sociais, sobretudo, sob a forma de organizações não governamentais (ONGs), e a construção de uma esfera denominada pública não-estatal, “privada porém pública” (FERNANDES, 1994) ou “terceiro setor” (MONTAÑO, 2002) proposta como ponte entre as esferas pública e privada. Dagnino (2002) afirma que uma novidade trazida por essa década é justamente a possibilidade de *encontros* entre Estado e sociedade civil.

Portanto, a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza nos anos 90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar [...]. Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. As agendas dos órgãos públicos necessariamente contemplam a interação com a sociedade civil, mas esta interação ainda ocorre segundo os interesses e regras estabelecidos pelas elites ou grupos que estão no poder. [...] Outros atores surgiram na arena pública, como as ONGs. [...] nos anos 90, importa menos a presença de movimentos sociais enquanto estruturas específicas, ou organizações, e mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada (GOHN, 2004, p. 318-319).

Se, por um lado, permanecem resquícios de autoritarismo, hierarquização e exclusão no funcionamento dos espaços públicos institucionais, por outro, é exatamente o confronto entre eles e uma nova cultura política que incrementam a democratização desses espaços. “A qualificação política da representação da sociedade civil envolve um aprendizado crucial nestes novos espaços que trazem, como parte de sua novidade, a convivência direta com a multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses diversos” (DAGNINO, 2002, p. 285).

Nesse sentido, não localizamos oposição, mas ao contrário, compreendemos que a *luta institucional* é tão importante quanto a *mobilização social* (DAGNINO, 2002) das bases representadas nos espaços institucionais de construção de políticas públicas. Em outras palavras, o aparato institucional para a composição de políticas públicas e a formação da população por meio de uma cultura política democrático-participativa são igualmente relevantes, embora por vezes conflituosos, mas que podem fortalecer-se mutuamente.

Um entendimento alternativo poderia sugerir que os espaços de formulação de políticas constituem *uma* das múltiplas arenas em que se trava a disputa hegemônica, numa guerra de posições onde ações pontuais, de menor escopo e significado mais imediato, podem vir a se acumular molecularmente na direção de minar a ordem social desigual e significar a expansão gradual de um projeto hegemônico alternativo, se, evidentemente, esse projeto for capaz de manter um vínculo orgânico em relação a essas ações pontuais,

conferindo-lhes uma articulação e direção próprias (DAGNINO, 2002, p. 300; grifo da autora).

No interior desse debate, encontramos outra dimensão conflituosa que se refere à efetivação de políticas pontuais e setoriais *versus* implementação de políticas universais. Com o crescimento de novos movimentos sociais e de uma nova cultura política envolvendo lutas específicas das mulheres, dos negros, da diversidade sexual, de ecologistas, de indígenas, entre outras (GOHN, 2014), deparamo-nos com o dilema entre políticas de reconhecimento social e políticas de redistribuição socioeconômica. Tal dilema se expressa na diferenciação com valorização das identidades e diversidades culturais desrespeitadas e, ao mesmo tempo, na não diferenciação dos grupos em prol igualdade necessária à justiça socioeconômica (FRASER, 2006).

Os novos movimentos sociais não têm como paradigma central a teoria marxista ortodoxa – não se fixando em visões sobre a injustiça de predominância econômica – , mas sim a ausência do reconhecimento cultural ou simbólico dos grupos desqualificados (GOHN, 2004; FRASER, 2006).

Assim como no caso do conflito entre institucionalidade das políticas públicas e cultura política, partimos da relação dinâmica entre políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição. “Isso significa, em parte, pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que se sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem” (FRASER, 2006, p. 231).

A Política Nacional de Juventude brasileira surge no início do século XXI com base nessa dinamicidade e jogo de forças do processo de redemocratização da sociedade e do Estado, como veremos a seguir.

1.2 A institucionalização da Política Nacional de Juventude no Brasil

Nesta subseção tratamos do histórico de institucionalização da Política Nacional de Juventude brasileira com documentos e publicações reunidos por nós da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), bem como com produções coordenadas por estudiosos(as) brasileiros(as) a respeito do debate em torno das Políticas Públicas de Juventude.

De modo geral, grande parte dos países da América Latina vivenciou entre os anos de 1930 a 1960 regimes populistas de governo seguidos de regimes desenvolvimentistas com políticas de tendência universalizante e de ampliação da educação como vias para a modernização. O jovem, entendido como estudante que passava por um período de transição para a vida adulta, foi alvo de diversas instituições de lazer, esportivas e de campanhas preventivas no campo da saúde. Entre as décadas de 1960 e 1980, auge dos regimes ditatoriais na região, alguns fatos históricos de teor revolucionário impulsionaram a organização dos movimentos estudantis em torno de lutas contra o imperialismo e as desigualdades sociais, as quais foram fortemente reprimidas pelos governos autoritários. Dos anos de 1980 a início dos anos 2000, no contexto de redemocratizações, os países embarcaram em propostas neoliberais e realizaram empréstimos de organizações internacionais, promovendo cortes orçamentários para as políticas sociais e acirrando o contexto de desigualdades e exclusões. Em 1985 instituiu-se o Ano Internacional da Juventude pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e no final dos anos 1990 diversos países implementaram ações de inclusão social dos jovens (LABREA; VOMMARO, 2014).

A tese de doutorado em sociologia *Juventude e Estado no Brasil: a lógica constitutiva do Conselho Nacional de Juventude no Governo Lula*, defendida por Nídia Furiati no ano de 2010 na Universidade de Brasília (UNB), apresenta contribuições fundamentais a respeito dos agentes debatedores e formuladores das Políticas de Juventude no Brasil⁴³. Vinculados ao capital internacional, a autora destaca o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e, vinculados ao capital nacional (e também internacional), os institutos e fundações privadas, tais como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Kellogs, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Ayrton Senna, Votorantim, Friedrich Ebert, Perseu Abramo. Participam ainda como agentes nas Políticas de Juventude no Brasil, os Três Poderes do Estado em seus três níveis, o terceiro setor (Organizações Não Governamentais – ONGs, Organizações da Sociedade Civil de

⁴³ Pesquisadoras brasileiras renomadas como Marília Sposito (2007), Helena Abramo (2007) e Mary Castro & Miriam Abramovay (2009), por exemplo, trataram da trajetória da temática de políticas públicas de juventude no Brasil em momentos anteriores à tese de Nídia Furiati. Optamos, no entanto, em destacar as colocações de Furiati por compreender que seu resgate histórico contempla considerações desenvolvidas por todas elas.

Interesse Público – OSCIPs, Organizações Sociais – OS, etc.), os próprios conselhos de direitos e de gestão e os institutos de pesquisa (universidades, observatórios, etc.).

A autora assinala a influência de comunidades epistêmicas⁴⁴ internacionais na formulação de Políticas de Juventude no Brasil a partir da matriz discursiva na qual a juventude aparece como solução e não mais como problema social, noção que desde os anos de 1990 foi compartilhada por agentes estatais e não estatais.

Pelos antecedentes da Política de Juventude no Brasil, verificou-se que essas comunidades, principalmente a ONU, a UNESCO e o Banco Mundial ora demandaram compromissos do país para a juventude brasileira; ora recomendaram ações ou articularam organizações juvenis em rede e encontros voltados para formulação de alternativas ou, ainda, divulgaram ideias sobre a temática juvenil em considerável número de publicações e eventos (FURIATI, 2010, p. 87).

Um marco dessa matriz discursiva é a publicação da UNESCO denominada *Políticas Públicas de/para/com Juventudes* no ano de 2004 – cuja origem se deu com os estudos iniciados no ano de 1997 por tal organismo –, na qual se enfatiza a imagem dos(as) jovens como *atores estratégicos de desenvolvimento*, ainda que não se desconsidere a visão de que são também um *grupo de risco e sujeitos de direitos*.

É nesse sentido que muitas das ações governamentais destinadas aos jovens no Brasil a partir de meados dos anos 1990 têm esse direcionamento de integração social juvenil em virtude de questões como a violência, a pobreza, baixa escolaridade, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), combinado com o início de um plano discursivo sobre os direitos e a positividade das contribuições juvenis para o desenvolvimento do país.

De acordo com Furiati (2010), as Políticas de Juventude no Brasil entre os anos de 1930 e 1985 se orientaram por um padrão liberal, corporativista e elitista. “Logo, as políticas de juventude priorizaram a inserção dos jovens no processo produtivo, centrando na assistência social (educação, saúde) e na proteção e controle social (atendimento de adolescentes abandonados e infratores ou punição a estudantes ativistas)” (p. 139). Destacam-se quatro marcos importantes nesse período: o Decreto 17.943-A, o Código Mello Matos (o Código de Menores), em 1927, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1943, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 que substituiu o SAM, e a Lei 6.697 de 1979 que reformulou o Código de Menores.

⁴⁴ Para a autora, as comunidades epistêmicas constroem imagens políticas que atuam como recurso de poder, identificando e privilegiando interesses no processo político como o de formação da agenda de políticas públicas.

A partir de 1985 a orientação das Políticas de Juventude começa a se dar por um padrão democrático, mas que se mistura a um padrão neoliberal. Em 1990 é promulgada a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), avançando na compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e substituindo a doutrina de situação irregular do Código de Menores pela doutrina de proteção integral – constituída pelo tripé crianças e adolescentes como sujeitos de direitos-em condição peculiar de desenvolvimento-prioridade absoluta. Em 1993 o presidente Itamar Franco instituiu a Semana Nacional do Jovem por meio da Lei 8.680 e em 1995, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude com uma indicação de proposta de formulação de um Plano Nacional de Juventude (CLEMENTINO, 2011). Até 1995 as ações do governo federal se resumiram a três programas (Programa Especial de Treinamento – PET – vinculado ao MEC; Prêmio Jovem Cientista e Programa Saúde do Adolescente e do Jovem) e ao Projeto Rondon (1967-1989) no campo da educação. De 1995 a 1998, primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), os problemas da juventude passavam pelo grande contingente de jovens em situação de vulnerabilidade social, desemprego, violência, DSTs, etc. No discurso, tratou-se de padrões de bem-estar social como parte da solução, ainda que numa perspectiva gerencial e de reforma administrativa do Estado. Na prática, o que ocorreram foram seis ações de assistencialismo focalizado e de promoção do protagonismo juvenil e voluntariado jovem. Em seu segundo mandato, foram identificados dezoito programas nas áreas de assistência social, educação, trabalho, cultura/esporte/lazer, meio ambiente, justiça e proteção, ciência e tecnologia e saúde (FURIATI, 2010).

Vale destacar ainda que em 1997 criou-se uma assessoria específica de juventude vinculada ao gabinete do Ministro da Educação e a primeira articulação nacional de gestores estaduais e municipais de políticas de juventude – a Organização Brasileira de Juventude. No ano seguinte, em 1998, realizou-se o I Festival Nacional de Juventude em Brasília/DF reunindo cerca de cinco mil jovens para, dentre outros objetivos, debater a formulação de políticas de juventude, lançando também bases para a formação do Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis (CLEMENTINO, 2011).

No balanço apontado por Sposito (2003) sobre o governo FHC, foram detectados ao final do ano de 2002, 33 programas com incidência sobre a juventude, ainda que não todos clara e diretamente focalizados nos sujeitos jovens, indicando a falta de consenso e de parâmetro teórico sobre a necessidade de políticas específicas. Por outro lado, durante o governo FHC, houve progresso na expansão do ensino fundamental, aumentando a

escolarização da população de 7 a 14 anos de 80% em 1980 para 97% em 2000 (CARVALHO, 2014).

Merecem destaque: o Programa de Estudantes em Convênio de Graduação e o Projeto Escola Jovem (do Ministério da Educação), Jogos para a Juventude, Olimpíadas Colegiais e o Projeto Navegar (do Ministério de Esportes e Turismo), Serviço Civil Voluntário, Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual Comercial (do Ministério da Justiça), e o já mencionado Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem (do Ministério da Saúde), Jovem Empreendedor (do Ministério do Trabalho), Centros de Juventude e Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano (do Ministério da Assistência e Previdência Social), Prêmio Jovem Cientista e Prêmio Jovem Cientista do Futuro (do Ministério da Ciência e Tecnologia) e Rede Jovem (um empreendimento conjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho da Comunidade Solidária). No segundo período (no ano de 2000), também foi criado um mecanismo de articulação, chamado Brasil em Ação / Grupo Juventude, na esfera do Ministério de Planejamento e Orçamento, englobando seis ministérios, onze programas e suas respectivas interações com os governos estaduais. A avaliação realizada um ano depois mostrou avanços no conhecimento mútuo entre os diferentes operadores, mas resultados escassos em termos de impactos efetivos (UNESCO, 2004, p. 97).

Em 2002, a Universidade Federal Fluminense (UFF) constituiu o primeiro Observatório de Juventude, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2003. Ainda em 2002, o Seminário *Políticas Públicas: juventude em pauta* organizado pela ONG Ação Educativa em parceria com a Fundação Friedrich Ebert reuniu pesquisadores(as), gestores(as), ONGs e grupos juvenis para o debate acerca das políticas de juventude. Nesse mesmo ano foi lançada a *Agenda Jovem 2002*, carta formulada por organizações e movimentos de juventude convocados pela Organização Brasileira de Juventude (OBJ), Unesco e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) destinada aos três principais candidatos à Presidência da República para que contemplassem propostas específicas para os(as) jovens brasileiros(as) em seus planos de governo (CLEMENTINO, 2011).

“Muitas ações ainda eram fundamentadas no marco legal estabelecido pelo [...] (ECA), mas a juventude e as suas especificidades configuraram alguns programas que continuam a ser implementados, com modificações introduzidas pelo governo posterior” (RAMOS; NOVAES, 2010, p. 176).

Em 2003, no início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Comissão Especial Destinada a Acompanhar e a Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT) da Câmara dos Deputados iniciou discussões sobre políticas a

serem destinadas ao atendimento de necessidades da juventude. Ainda neste ano, iniciou-se o Projeto Juventude do Instituto Cidadania⁴⁵, organização não governamental criada por Lula e colaboradores em 1991, com o objetivo de desenvolvimento de um diagnóstico e de uma proposta de implementação de ações para os jovens. Em 2004, a CEJUVENT realizou uma série de audiências públicas de conferências estaduais culminando numa Conferência Nacional de Juventude da qual foram extraídos subsídios parlamentares para a formulação da Emenda Constitucional 65, que insere a juventude na Constituição Federal, do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude. Ainda em 2004, foi realizado um levantamento dos programas voltados aos jovens pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) da Juventude, coordenado pela Secretaria Geral da República, 19 Ministérios e Secretarias, com a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com as análises e estudos desenvolvidos, o GTI recomendou a implantação de um Plano Nacional de Juventude (SPOSITO, 2007). Foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas no primeiro mandato do governo Lula, sendo 19 específicas para o público de 15 a 24 anos (CLEMENTINO, 2011).

*Em 2004 e 2005, o Banco Mundial realizou dois grandes eventos Vozes I e Vozes II, nos quais foi divulgado o conceito de empoderamento juvenil, tendo o Estado brasileiro participado de ambos. Para a realização do evento Vozes Jovens I, o Banco Mundial envolveu mais de cem organizações e movimentos da juventude, que elaboraram o documento intitulado *Proposição de Brasília- 2004*, encaminhado ao governo federal, com propostas de ações voltadas para a juventude; incluindo a criação de Ministério da Juventude. Pode-se inferir que a criação posterior da Secretaria da Juventude foi desdobramento deste evento (FURIATI, 2010, p. 128; grifos da autora).*

Como resultado, o governo federal apresentou em 2005 as suas primeiras ações para a construção de uma Política Nacional de Juventude: foi estabelecido o Plano Nacional de Juventude através da Medida Provisória 238 de 1º de fevereiro de 2005 e, posteriormente, por meio da Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, instituindo a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) com o objetivo de articular as políticas desenvolvidas pelos ministérios, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), canal de interface entre governo e sociedade civil; criou-se, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, com o propósito de desenvolver o tripé conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e atuação comunitária de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Com a promulgação da Lei nº

⁴⁵ Em 2011, o Instituto Cidadania passou denominar-se Instituto Lula. Disponível em: www.institutolula.org.

11.692 de 10 de junho de 2008, o ProJovem foi reestruturado, ampliando a faixa etária para 15 a 29 anos e se organizando em quatro modalidades⁴⁶.

No decorrer dos anos 2000, portanto, foram propostas ações e programas mais específicos para a juventude, alguns em nível nacional como o próprio ProJovem. Estabeleceu-se o Plano Nacional de Juventude e foi elaborado o projeto de lei 98/2011 (4.529/2004 na Casa de origem) para o Estatuto de Juventude. Aprovado e sancionado no ano de 2013, já no governo da presidenta Dilma Roussef, sob o número de Lei 12.852, o Estatuto da Juventude “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (BRASIL, 2013). A Proposta de Emenda Constitucional 42/2008, chamada de PEC da Juventude, foi promulgada em 2010, inserindo o termo *juventude* no capítulo dos direitos e garantias fundamentais. O ano de 2010 também foi eleito pela ONU como o Ano Internacional da Juventude, visando promover o diálogo entre gerações e os(as) jovens como estimuladores(as) do progresso com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2010).

Nas eleições municipais de 2008 e 2012, e nas eleições gerais de 2010, as organizações da sociedade civil do Conjuve propuseram o Pacto pela Juventude aos(às) candidatos(as) para que incorporassem em suas plataformas eleitorais as demandas da juventude brasileira e o compromisso com as políticas de juventude (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2012).

Em 2011, a SNJ incluiu conteúdos, metas e dotação orçamentária para várias ações no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 por meio do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude (AMARAL et al, 2010).

Além da promulgação da PEC da Juventude e do Estatuto da Juventude no primeiro mandato do governo Dilma, foi lançada a primeira fase do *Plano Juventude Viva* (DONATO, 2014) de prevenção à violência contra a juventude negra em 2012 e a versão experimental do *Estação Juventude* (BRASIL, 2014c) para informar os(as) jovens sobre programas e ações em suas localidades (os dois programas permanecem em execução, embora também passem por reformulações). Em 2013 foi implementado o Observatório Participativo da Juventude, o *Participatório*, como iniciativa inovadora para a relação governo-sociedade por meio da internet (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014). Ainda em 2013 instituiu-se, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Comitê

⁴⁶ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/mercado-de-trabalho/projovem>; <http://www.juventude.gov.br/guia/principais-programas-de-juventude/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

Interministerial da Política de Juventude (Coijuv) por meio do Decreto 8.074, como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo federal para a juventude. O Coijuv elaborou e encaminhou à Casa Civil, em janeiro de 2014, uma Minuta de Decreto (BRASIL, 2014a) para regulamentação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) e dos mecanismos e critérios a serem adotados na concessão do benefício da meia-entrada para os jovens de baixa renda e aos estudantes. Apesar do documento tratar do financiamento do SINAJUVE, a constituição do Fundo Nacional de Juventude não ingressou no texto da Minuta, uma vez que nenhum fundo pode ser instituído por meio de decreto (COMITÊ INTERMINISTERIAL DA POLÍTICA DE JUVENTUDE, 2013). A Minuta foi devolvida ao Coijuv com alterações e reduzida significativamente. Ela “precisa passar por nova etapa de diálogo com o CONJUVE, a sociedade civil e os gestores. A proposta como apresentada pela Casa Civil não representa as demandas apresentadas no processo de participação social e não garante o fortalecimento do SINAJUVE” (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014, p. 11). Também em 2014 é publicada a *Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros* cujos dados visam subsidiar a formulação de políticas públicas de juventude de forma integrada à visão dos(as) jovens e em 2015 a SNJ lança outras três publicações: o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014*, o *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil* e o *Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*, colocando a violência institucional, o extermínio e encarceramento em massa da juventude negra como preocupações centrais da SNJ atualmente.

Em 05 de outubro de 2015, por meio do Decreto 8.537, a presidenta Dilma Rousseff regulamentou as leis sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e sobre os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual⁴⁷.

Apesar da ampliação do campo institucional, o fato é que o Brasil ainda não implantou, efetivamente, políticas públicas de juventude⁴⁸, mas apenas programas e ações voltados aos jovens, muitos dos quais com forte viés de contenção dos riscos que os jovens (pobres e ociosos, de modo especial) podem propiciar, conforme já apontava Sposito há 10 anos atrás (SPOSITO, 2007).

⁴⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8537.htm. Acesso em: 10 de Out. 2015.

⁴⁸ Outra discussão diz respeito à forma de se referir a essas políticas: *de, para, com* juventude. A escolha que se faz já é um indicador da perspectiva adotada pelo poder público quanto à concepção de juventude e de interação desta com o Estado (SPOSITO, 2003).

Até o final do primeiro mandato do governo Lula vemos a continuidade de programas instituídos no governo FHC, com 21 programas nas mesmas áreas, com exceção da articulação e com a inclusão do desenvolvimento agrário. No segundo mandato, a diferença essencial se deu pela via institucional, propiciando maior centralidade ao Estado, além do fato da adoção clara pela identidade juvenil *sujeito de direitos* (FURIATI, 2010).

Desde o final dos anos 1990 e início dos 2000, o surgiram organismos públicos – tais como, assessorias, coordenadorias, secretarias, conselhos, além de fóruns e centros de juventude – destinados a articular ações no âmbito governamental executivo em parceria com a sociedade civil, buscando assegurar certa transversalidade setorial e interlocução com os segmentos juvenis. Tais propostas decorreram, principalmente, de compromissos eleitorais de partidos de esquerda e de centro-esquerda que, através da militância de sua juventude ou da pressão do movimento estudantil, conseguiram inserir a temática em sua plataforma política (SPOSITO, 2003).

“Um outro vetor importante na origem da criação desses organismos foi a abertura da ação do Executivo municipal para temáticas novas, tentativas de respostas às pressões de grupos afeitos à temática da diversidade” (SPOSITO, 2007, p. 31).

Vale destacar que a existência de tais organismos como canais institucionais de interlocução entre governo e sociedade civil vai ao encontro da proposta de uma democracia mais participativa (e não só representativa), assumida no processo de redemocratização do país. Se por um lado é importante garantir a presença de ambas as partes – governo e sociedade civil – na definição de ações e políticas públicas, por outro, corre-se o risco de lançar mão apenas dos canais mais formatados e institucionalizados para que essa interlocução aconteça, desconsiderando outros instrumentos de diálogo e participação e a proximidade com o cotidiano dos(as) jovens (PONTUAL, 2003). Isso pode gerar sérias implicações, desde uma “participação induzida pelo poder público” (SPOSITO, 2007, p. 32) com pouca adesão ou participação descontínua dos(as) jovens, até o desenvolvimento de “corporativismo” (PONTUAL, 2003, p. 116), especialmente por parte dos(as) jovens vinculados(as) a segmentos mais organizados e tradicionais como o movimento estudantil e os partidos políticos.

Como último ponto de descrição da institucionalização da Política Nacional de Juventude no Brasil, assinalamos as tensões e disputas acerca da criação do Conjuve.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é consultivo e possui

entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. [...] a parcela da sociedade civil [...] reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os integrantes do Conselho vão desde membros do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas; de jovens trabalhadores rurais e urbanos a negros, indígenas e quilombolas; de jovens mulheres a jovens empreendedores; de representantes do hip hop a integrantes de organizações religiosas, entre outros. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil.⁴⁹

Segundo Abramo (2007), é possível identificar algumas vertentes que contribuíram para que a juventude fosse tomada como tema de política do Estado em meados dos anos 2000. Uma delas é composta por atores juvenis vinculados a movimentos estudantis e a partidos políticos progressistas e de esquerda cuja reivindicação incide sobre a criação de organismos gestores participativos para formulação e execução de políticas de juventude. Uma segunda vertente constitui-se de grupos juvenis culturais e comunitários que trouxeram para os espaços de interlocução com o poder público propostas de políticas multissetoriais. Por fim, uma vertente composta por ONGs e entidades de vários tipos que recebem apoio de organismos de cooperação internacional e de fundações empresariais cujo objetivo é resgatar a dívida social com os(as) jovens pobres e vulneráveis às situações de violência, gravidez precoce, DSTs, para que possam ter a chance de viver a própria juventude.

O Conjuve foi criado e permanece composto por essas vertentes. Em conversa com a pesquisadora Helena Abramo durante o *Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede*, realizado em setembro de 2014 em Brasília/DF, surgiu o questionamento sobre a possibilidade de novas disputas emergirem caso o Conselho altere seu caráter de consultivo para deliberativo e que outros interesses podem ter esses segmentos de ONGs e fundações empresariais.

⁴⁹ Segundo informações do site oficial do Conjuve na internet. Disponível em: <http://juventude.gov.br/conjuve/sobre#.Vx09CDArLIU>. Acesso em: 04 abr. 2016.

2. JUVENTUDES E SUJEITOS JOVENS

Juventude(s) e jovens são marcados por noções imprecisas e mesmo ambíguas. Com base nos sociólogos franceses Claudine Attias-Donfut (1996) para quem a juventude é um momento do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, em François Dubet (2004) que a compreende como um momento de inserção na estrutura social, entende-se que as transversalidades culturais, de classe, jurídicas, entre outras, são questões comuns aos jovens, mas respondidas de modos diversos. Nesse sentido, em sociedades desiguais, o modo como se trata os jovens é igualmente diverso, sendo legítimo o uso da categoria *juventudes*. Ainda assim, deve-se considerar que, semanticamente, o uso de *juventudes* pode contribuir menos na compreensão dos sujeitos jovens pelos processos de investigação científica. Afinal, *jovens* existem em quaisquer sociedades, não se restringindo a um termo sociohistórico (SPOSITO, 2014).

Todas as idades efetuam transições, passam por desafios e mudanças, mas os jovens vivem os dramas humanos e suas respectivas exigências de modo muito intenso porque estão cruzando o portal, em muitos casos, do primeiro contato com essas situações. Além da intensidade, há também a experimentação e a forma diferenciada de se relacionar com a dimensão do tempo como eixos importantes da condição juvenil. Desigualdades, diferenças e transversalidades não são marcadores excludentes, mas devem ser operados de forma articulada (o que sempre gera tensões) nos estudos (SPOSITO, 2014).

Esperamos neste capítulo considerar as noções e construções históricas acerca de juventude(s) e jovens, trazendo ao debate sua problematização sociológica, com destaque ao cenário brasileiro desde a década de 1990.

2.1 Juventude como construção cultural e sua problematização sociológica

Segundo o antropólogo Carles Feixa (2006), a juventude é uma construção cultural localizada no tempo e espaço de cada sociedade, sendo que a organização da

transição da infância para a fase adulta se dá de formas e com conteúdos diversos. Desse modo, ainda que se considere uma base biológica, o mais importante são as percepções sociais atribuídas e suas repercussões em cada sociedade.

A existência da juventude implica tanto uma série de condições sociais como normas, comportamentos e instituições que distinguem os jovens dos outros grupos de idade, quanto uma série de imagens culturais (valores, ritos) a eles associados. Tais condições e imagens dependem das formas de subsistência, das instituições políticas e visões de mundo das diferentes sociedades, podendo ser agrupadas em cinco grandes modelos de juventude:

a) os “púberes” nas sociedades primitivas as quais, em sua maioria, atribuem importância fundamental à puberdade no curso da vida e na reprodução social.

b) os “efebos” na sociedade antiga onde a juventude é convertida em uma idade-modelo. O surgimento do poder estatal, dos processos de hierarquização social e divisão do trabalho, permite a emergência de um grupo de idade com uma série de tarefas educativas e militares, atribuindo-lhe imagens culturais e valores simbólicos de vigor corpóreo e mental, de beleza e sensualidade, de audácia e bravura, de ânsia de saber e inovação. O conjunto de imagens e valores construído nas sociedades clássicas levou à conformação do mito da juventude que, desde então, passou a compor o patrimônio da cultura ocidental. Vale destacar que estavam excluídos desse modelo jovens do sexo feminino, pobres ou escravizados.

c) os “moços” no antigo regime da Europa medieval e moderna. Nessa sociedade torna-se mais difícil localizar uma fase da vida que corresponda ao que entendemos por juventude atualmente. As crianças são representadas iconograficamente como “adultos em miniatura”, além de retiradas precocemente de seus núcleos familiares de origem e inseridas em atividades de trabalho, religião e diversão da vida adulta. A baixa institucionalização de uma fase da vida como juventude, bem como o frágil sentimento de coesão familiar, possibilitaram um maior grau de independência dos sujeitos jovens.

d) os “rapazes” na sociedade industrial cujas famílias desenvolvem, cada vez mais, o sentimento de responsabilidade e afetividade por eles. Como consequência, há uma progressiva perda da independência e prolongamento da sujeição econômica e moral. A escola torna-se também uma instituição fundamental para a iniciação social, isolando os jovens do mundo adulto por um tempo. Com o desenvolvimento do comércio e da burocracia, a escola deixa de ser privilégio dos clérigos, embora quem dela primeiro se apropria são os jovens burgueses. Também o exército se torna influente para a criação de uma consciência

geracional, especialmente a partir da Revolução Francesa quando se institui a obrigatoriedade do serviço militar para os jovens do sexo masculino. Por fim, o mundo laboral cujas produtividade e complexidade das tarefas industriais favorecem, de um lado, a dispensa da força de trabalho infantil e, de outro, a qualificação de mão-de-obra juvenil (burguesa e operária). Da Revolução Industrial até a primeira metade do século XX, realiza-se a democratização progressiva do conceito de adolescência (incluindo, assim, jovens do sexo feminino, operários, da zona rural e de países não ocidentais) e a universalização da escola secundária. Surgem associações juvenis dedicadas ao tempo livre, teorias psicológicas e sociológicas acerca da instabilidade dessa fase da vida, legislações, cárceres e tribunais específicos, serviços de ocupação e bem-estar especializados. O “descobrimento” da adolescência também traz à tona certas ambiguidades como a sua comemoração enquanto uma conquista da civilização ao mesmo tempo em que se critica seu caráter conflitivo e contestador. Duas imagens opostas são sublinhadas: a do conformista (entre os burgueses; para quem a juventude representa um período de moratória social) e a do delinquente (entre os proletários; para quem a juventude representa, cada vez mais, a expulsão do mundo laboral e o ócio forçoso). A perda de autonomia ocorre para ambos os lados, nem sempre sem resistência. O período entre guerras “marca uma fase de politização crescente da juventude, que se vê arrebatada pela formação de blocos ideologicamente contrapostos” (FEIXA, 2006, p. 50-51; tradução nossa⁵⁰). A Igreja logo percebe a capacidade mobilizadora dos jovens e funda diversos movimentos juvenis, seguida pelo comunismo na União Soviética e pelo fascismo e nazismo na Europa ocidental.

e) os “jovens” na sociedade pós-industrial que, na segunda metade do século XX, emergem como atores protagonistas na cena pública. De um lado, a *juvenilização* da sociedade com a emergência da cultura juvenil, colocando o culto à juventude e ao jovem como a *idade da moda*. De outro, a imagem do *rebelde sem causa* relacionada ao inconformismo e ameaça aos fundamentos da civilização. A emergência do Estado de Bem-Estar Social, a crise da autoridade patriarcal, o surgimento de um mercado de consumo juvenil e dos meios de comunicação de massa, além da adoção de uma moral menos puritana e mais consumista, especialmente por parte dos jovens, culmina numa modernização cultural – que acompanha as modernizações econômica e política – em todo o ocidente no pós-guerra. Reparção do ativismo político durante os anos 1960 (com os estudantes de classe média), reestruturação socioeconômica iniciada nos anos 1970 e o retorno da marca do conformismo,

⁵⁰ “De hecho, el período entreguerras marca una fase de politización creciente de la juventude, que se ve arrastrada por la formación de bloques ideologicamente contrapuestos”.

desencanto, desmobilização política, violência e drogadição juvenis nos anos 1980, os(as) jovens chegam à década de 1990 com tendências contraditórias e influência das novas tecnologias de comunicação, podendo levá-los ao individualismo mas, ao mesmo tempo, ao sentimento de pertencimento a uma comunidade universal.

A juventude do século XXI – os “pós-adolescentes” da era digital, ou a geração *ac* (*after computer*) ou ainda geração @ (FEIXA, 2006) – vivencia etapas mais flexíveis de transição para a vida adulta e inventa novas culturas juvenis.

Enquanto os adolescentes das sociedades antigas pareciam viver a síndrome de *Tárzan* [o passo cíclico da barbárie infantil à civilização adulta], e os adolescentes da era industrial experimentavam a síndrome de *Peter Pan* [a progressiva resistência a crescer e o alargamento da próspera etapa juvenil], os adolescentes da era digital experimentam a síndrome de *Blade Runner*. Como os replicantes do filme de Ridley Scott, os novos adolescentes são seres artificiais, meio robôs e meio humanos, divididos entre a obediência aos adultos que os têm engendrado e a vontade de se emanciparem. Como não têm memória, não podem ter consciência, e por isso não são completamente livres para construir seu futuro. Em troca, têm sido programados para utilizar todas as potencialidades das novas tecnologias, e por isso são melhor preparados para adaptarem-se às mudanças, para enfrentar o futuro sem os prejuízos de seus progenitores. Como os replicantes, os adolescentes têm todo o mundo a seu alcance, mas não são donos de seus destinos. E como *Blade Runner*, os adultos vacilam entre a fascinação da juventude e a repressão dos excessos que ela protagoniza. O resultado é um modelo híbrido e ambivalente de adolescência, em meio a uma crescente infantilização social, que se traduz em dependência econômica e falta de espaços de autonomia, e uma crescente precocidade tecnológica e intelectual [nunca houve uma geração tão bem preparada para o futuro como a atual] (FEIXA, 2006, p. 58; grifos do autor; tradução nossa⁵¹).

Para Casal, Merino & Garcia (2011), existem três enfoques no campo da sociologia da juventude: etapa de vida, geração e transição para a vida adulta. Considerando o contexto de mudanças econômicas, sociais e culturais induzidas pelo atual sistema capitalista,

⁵¹ “Mientras los adolescentes de las sociedades antiguas parecían vivir el síndrome de *Tarzán* (el paso cíclico de la barbarie infantil a la civilización adulta), y los adolescentes de la era industrial experimentaban el síndrome de *Peter Pan* (la progresiva resistencia a hacerse mayores y el alargamiento de la próspera etapa juvenil), los adolescentes de la era digital experimentan el síndrome de *Blade Runner*. Como los replicantes de la película de Ridley Scott, los nuevos adolescentes son seres artificiales, medio robots y medio humanos, escindido entre la obediencia a los adultos que los han engendrado y a la voluntad de emanciparse. Como no tienen memoria, no pueden tener conciencia, y por eso no son plenamente libres para construir su futuro. En cambio, han estado programados para utilizar todas las potencialidades de las nuevas tecnologías, y por eso son los mejor preparados para adaptarse a los cambios, para afrontar el futuro sin los prejuicios de sus progenitores. Como los replicantes, los adolescentes tienen todo el mundo a su alcance, pero no son amos de sus destinos. Y como *Blade Runner*, los adultos vacilan entre la fascinación de la juventud y la represión de los excesos que esta protagoniza. El resultado es un modelo híbrido y ambivalente de adolescencia, a caballo entre una creciente infantilización social, que se traduce en dependencia económica y falta de espacios de autonomía, y una creciente precocidad tecnológica e intelectual (nunca había habido una generación tan bien preparada para el futuro como la actual)”.

o terceiro enfoque ganha relevância por tratar-se de uma proposta baseada no individualismo sociológico. Nesse sentido, a biografia, a perspectiva longitudinal e a centralidade das transições, identificando, pois, os itinerários básicos que descrevem os jovens na tomada de decisões e oportunidades acerca da transição profissional e da emancipação familiar, relacionando-os com a estrutura social e a construção de expectativas/oportunidades, devem ser consideradas fundamentais numa investigação sociológica sobre juventude.

O processo de transição da escola para o trabalho, em especial, pode ser considerado amplamente complexo em tempos de desemprego juvenil: tende a se prolongar e ser socialmente duro. Em momentos de pleno emprego, a transição se faz quase de modo imediato. Mas é um processo complexo em sua própria definição.

É bem possível que essa relação entre escola e trabalho seja pouco transparente, com a qual a transição resulta cada vez mais opaca. Além disso, o capitalismo informacional estabelece mais segmentações se ele se encaixa na relação entre escola e trabalho, e prolonga o tempo de construção nos itinerários formativos prolongados e na aquisição de qualificação laboral (CASAL; MERINO; GARCIA, 2011, p. 1155; tradução nossa⁵²).

Pensar em juventude contemporânea implica, pois, pensar em processos de transição para a vida adulta cada vez mais flutuantes, descontínuos e reversíveis (PAIS, 2001). A sociedade está vivenciando um novo período cultural, de futuro incerto, no qual os jovens são os atores mais habilitados para assumir a irreversibilidade das mudanças provocadas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico (REGUILLO, 2012).

Neste sentido, a novidade que comportam as culturas juvenis para a vida social não reside tanto em suas práticas mais ou menos disruptivas ou em sua resistência à socialização, mas, fundamentalmente, na velocidade e capacidade de processamento da informação que hoje, de forma inédita, circula pelo planeta (REGUILLO, 2012, p. 52; tradução nossa⁵³).

Conforme aponta Reguillo (2012), as culturas juvenis contemporâneas expressam um *desencanto cínico*: sem fatalismos, mas sem excessivo entusiasmo também.

Segundo Pais (2001, p. 58),

⁵² “Es muy posible que esta relación entre escuela y trabajo sea poco transparente, con lo cual la transición resulta cada vez más opaca. Es más, el capitalismo informacional establece más segmentaciones si cabe en la relación entre escuela y trabajo, y prolonga el tiempo de construcción em los itinerarios formativos prolongados y en la adquisición de calificación laboral”.

⁵³ “En tal sentido, la novedad que comportan las culturas juveniles para la vida social estriba, no tanto en sus prácticas más o menos disruptivas o en su resistencia a la socialización, sino fundamentalmente en la velocidad y capacidad de procesamiento de la información que hoy, de manera inédita, circula por el planeta”.

é porque vivem em estruturas sociais crescentemente labirínticas que os jovens contemporâneos se envolvem em trajetórias ioiô. [...] Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém [...].

Existem consensos provisórios sobre essa categoria (SPOSITO, 2014). O nosso entendimento é de que a juventude é uma categoria social, sendo,

ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social [...]. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p. 7-8).

Assumi-la como categoria social não pode deixar de levar em conta o parâmetro de idade cronológica disposto em nossas legislações nacionais e convenções internacionais, bem como a diversidade de juventudes a partir dos recortes de classe social, raça/etnia, gênero, regionalidade, culturas, entre outros.

Por outro lado, a manipulação social da juventude como categoria tende a homogeneizar, nas representações correntes, os jovens como uma unidade social, como parte de uma cultura juvenil unitária. O que está em questão no campo de investigação da sociologia é a transformação de problemas sociais em problemas sociológicos. Isso implica rupturas com tais representações correntes da juventude, explorando não só as similaridades, mas também as diferenças entre os jovens e seus grupos. A sociologia da juventude tem oscilado entre essas duas tendências de compreensão: entre a *unidade* quando se refere a uma fase da vida e a *diversidade* quando considera jovens em diferentes situações sociais (PAIS, 2003).

O pressuposto metodológico da tentativa de uma aproximação científica ao universo juvenil é considerar que a juventude aparece socialmente dividida devido a origens, trajetórias e expectativas diversas e que essa fase da vida não é um estado ou uma categoria, mas um processo com características flutuantes, descontínuas. “(...) ao tomarem-se as trajetórias dos jovens, os seus percursos de transição, somos necessariamente levados a considerar a juventude na sua *diversidade*” (PAIS, 2003, p. 43; grifo do autor). Assim, parte-se de uma perspectiva metodológica de conhecer o cotidiano dos jovens (o microcosmo das

relações interindividuais), sem desconsiderar os mecanismos macrosociais de reprodução cultural e, portanto, de socialização dos jovens. Parte-se também da proposição de fluir e refluir de correntes teóricas de viés geracional ou classista sobre juventude, já que estas se apropriam do conceito de cultura juvenil sempre em relação ao de cultura dominante, apreendendo a juventude como categoria etária homogênea ou produtora de uma cultura sempre de resistência e cunho político (PAIS, 2003).

[...] a *resistência* característica das subculturas juvenis do pós-guerra pressupunha práticas dotadas de uma intencionalidade transformadora da ordem colectiva. Tinham como objetivo subverter uma “ordem social”, entendida como opressora das vivências juvenis, bloqueando-lhes oportunidades laborais e de mobilidade social, subordinando os jovens a uma autoridade “adultocêntrica” e alienante, conformando-os a uma ordem de valores e de posições sociais pré-definidas. Nesta concepção, os recursos estilísticos mobilizados pelos jovens eram subsumidos ao seu lugar de classe e vistos como reflexo da sua posição dominada, oprimida e explorada, enquanto membros da classe operária, donde as subculturas emergiam enquanto representantes sociais dos seus membros mais jovens. [...] Ora, essa concepção de resistência torna-se analiticamente pouco adequada e heurísticamente limitada para interpretar as produções culturais das microculturas juvenis dos nossos dias. Por um lado, por vida da sua intensa diversificação social e fragmentação reticular contemporâneas, as microculturas juvenis já não surgem exclusivamente estruturadas na base da classe social (se é que alguma vez o foram), variável em função da qual o conceito começou por ser desenhado. [...] Por outro lado, as expressões juvenis microculturais estão hoje longe de pretender dar voz a colectivos fechados, organizados e ideologicamente uniformes (FERREIRA, 2010, p. 113-114).

Entretanto, considerando o contexto da juventude e dos(as) jovens brasileiros(as), é possível que os recortes de classe social, tanto de suas realidades concretas quanto de suas formas de organização adotadas por atores políticos (jovens ou não) e requeridas pelo aparato institucional do poder público, ainda possuem alta relevância e se encontram justapostos a diversas outras questões socioculturais, como veremos adiante.

2.2 A juventude e os(a) jovens no Brasil

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 apresenta um contingente de 51,3 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2011). Com base na *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa*

Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, publicada em 2014 pela Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2014b), 47% desse universo populacional está na faixa etária de 18 a 24 anos onde grande parte (cerca de 70%) está inserida no mundo do trabalho ou conciliando estudo e trabalho. Jovens de 25 a 29 anos somam 33% do total e sua maioria encontra-se em situação de responsabilidade por sua própria sustentação e a de seus filhos. Adolescentes entre 15 e 17 anos representam 20% do total cuja maioria está na escola e numa relação de dependência dos pais.

Ainda com base na publicação, 79% dos jovens brasileiros são negros (45% se autodeclararam pardos e 34% pretos), 85% moram no meio urbano e 50% se situam nos estratos sociais médios. Contudo, ainda restam 28% nos estratos sociais baixos, ou seja, jovens com renda familiar *per capita* de até R\$ 290,00 por mês. No que tange à escolaridade, 16% não completaram o ensino fundamental, mas 32% concluíram esse nível; 38% possuem o ensino médio e apenas 13% estão no nível superior (do incompleto à pós-graduação).

Seguindo a tendência do restante da população, o número de católicos diminuiu e o de evangélicos aumentou entre os jovens. A quantidade de mulheres com filhos é maior do que a de homens com filhos, em todas as faixas etárias. As mulheres também são a maioria dos que não trabalham (fora do ambiente doméstico) e nem estudam. Com relação ao uso do computador e/ou internet, 80% têm acesso e 89% possuem telefone celular. A principal finalidade é conhecer pessoas, navegar pelas redes sociais e realizar conversas virtuais.

Quanto à importância da política, 54% declaram *muito importante*, 29% *mais ou menos importante* e 16% *nada importante*. Quase metade dos jovens tem ou teve alguma experiência de participação política e 15% nunca participaram e nem gostariam.

Dentre as questões sociais que mais preocupam os jovens, trabalho e violência se sobressaem. Destacam a diminuição da pobreza como um dos pontos positivos e a corrupção e o racismo⁵⁴ como pontos negativos, por exemplo. Há uma percepção de uma expectativa de vida melhor, mas reconhecem a permanência de desafios a serem vencidos como a qualidade da educação, a maior oferta de formação profissional, mecanismos de

⁵⁴ Ressaltando-se os dados sobre violência contra os jovens negros, o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014* (BRASIL, 2015b) revela a associação de fatores socioeconômicos e demográficos na determinação das condições de vida da população jovem negra. Os quatro estados que apresentam o maior índice de vulnerabilidade e desigualdade racial estão localizados na região Nordeste (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará). O *Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo* (WAISELFISZ, 2015) assinala que, de 1980 até 2012, 56,5% das vítimas de disparo por armas de fogo foram jovens de 15 a 29 anos, sendo a maioria do sexo masculino e negra. O *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil* (BRASIL, 2015a) também aponta a seletividade etária e racial que orienta o encarceramento no país: a grande maioria é composta por homens, abaixo dos 29 anos, negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais. Os estudos revelam que os jovens negros têm 2 vezes e meia mais chances de morrerem do que os jovens brancos no Brasil.

inserção e garantia no trabalho, além de melhorias nas questões de saúde e segurança. Cerca de 44% conhece projetos e programas voltados para a juventude; parte significativa sinaliza uma noção de direito associada às políticas públicas.

[...] a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora; porém, essa condição comporta experiências profundamente desiguais. Os dados recolhidos na pesquisa corroboram tendências já levantadas por diagnósticos anteriores: os anos de recuperação econômica produziram um relevante aumento da inserção e da formalidade no emprego, inclusive para os jovens. Apesar disso, a qualidade e estabilidade do emprego ainda são problemas particularmente graves para o segmento, em especial para os jovens de mais baixa renda e escolaridade, as mulheres, os negros e moradores de áreas urbanas metropolitanas. Nesse sentido, ainda há muito o que fazer para chegar ao que postula a Agenda de Trabalho Decente para a Juventude, no sentido de combinar, a partir do diálogo social, a conciliação de mais e melhores estudos e vida familiar com uma inserção ativa e digna no mundo do trabalho (BRASIL, 2014b, p. 110).

Observa-se que o recorte de classe social, no Brasil, permanece com peso significativo na análise sociológica da vida dos(as) jovens e no horizonte das políticas públicas.

Por fim, no campo nacional das investigações sobre juventude destacam-se dois Estados da Arte coordenados pela socióloga Marília Sposito.

O artigo “Estudos sobre juventude em Educação”, publicado na Revista Brasileira de Educação em 1997, apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa “Juventude e Escolarização: uma análise da produção do conhecimento”. Verificou-se questões provenientes da análise de dissertações e teses defendidas entre os anos de 1980 a 1995 nos programas brasileiros de pós-graduação em educação.

A produção na área foi pequena porque marcada pela dispersão e variação temática, com fragmentação dos temas em múltiplos subtemas e descontinuidade na abordagem dos assuntos. Apenas nos anos 1990, o tema da juventude reapareceu no debate público, porém com o forte viés da exclusão e violência.

Apesar da fraca presença no campo das pesquisas em educação, os trabalhos apontaram a adoção de categorias sociológicas, o que pôde indicar uma aproximação com as ciências sociais e o desenvolvimento de um terreno mais consistente nos estudos sobre a juventude brasileira.

A publicação “O Estado da Arte sobre Juventude da Pós-Graduação Brasileira: educação, ciências sociais e serviço social”, em 2009, reuniu os resultados do segundo balanço a respeito das dissertações e teses no campo dos estudos sobre juventude, compreendendo o período de 1999 a 2006. Buscou realizar, sempre que possível, um quadro

comparativo com o balanço anterior (1980-1998), apontando inflexões e perspectivas de problemáticas ainda pouco examinadas pelos estudos.

Esse quadro apontou muito mais o desafio de estruturação do campo de conhecimento sobre juventude e jovens do que de sua emergência. A fragilidade residiu ainda na fragmentação (apesar do aumento absoluto da produção) e dispersão, na falta de intercâmbio entre os grupos de pesquisa, de fóruns e periódicos científicos específicos. Mas, apresentou também um conjunto de estudos que demonstraram dados importantes sobre a condição juvenil brasileira entre os anos 1999 e 2006, período em que a juventude como categoria analítica foi ganhando espaço.

O segundo Estado da Arte afirmou a necessidade de se negociar constantemente no âmbito da produção acadêmica a categoria juventude, pois, se ela não pode deixar de fora a diversidade da condição juvenil, também não pode excluir o que apresenta de transversal e comum, sob o risco de esvaziar de sentido essa categoria analítica. A produção discente não intensificou a análise sobre os ciclos de vida e a importância das idades na estruturação da vida social, bem como sobre os aspectos relacionais entre gerações e aqueles que envolvem as várias formas de vida juvenil (como as das elites, por exemplo).

Ressaltou-se que alcançar densidade teórica nos estudos sobre juventude não implica adotar um domínio disciplinar específico, como o sociológico, por exemplo. Ao contrário, apontou-se que quanto mais interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais e humanas, mais chances de solidez teórica.

Por fim, vale apontar o artigo “Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura” (SPOSITO, 2010). Com base no segundo Estado da Arte, a autora trata das possibilidades de análise das ações coletivas de jovens, especialmente daquelas que derivam de práticas culturais. Considera-se uma perspectiva que busca resgatar orientações do pensamento sociológico brasileiro que abordam os campos de estudo de forma integrada e não segmentada. Tal perspectiva remete a uma transversalidade das dimensões da experiência juvenil, como a expansão do sistema escolar no Brasil nas últimas décadas, assim como as novas configurações do mundo do trabalho e as formas de apropriação do espaço urbano pelos(as) jovens.

2.2.1 Dimensões da participação juvenil

A perspectiva de uma *nova cultura política*, a partir dos anos 1990, foi igualmente observada nas formas de organização e atuação da juventude que passou a privilegiar pautas e ações mais focalizadas. Adotou-se um *novo repertório político* a favor do consenso e das ideias *desideologizadas* (MÜXEL, 1997), que movimenta um trabalho próximo a uma forma de ação mais pontual para se obter um efeito imediato (NOVAES, 2000). Ou seja, uma *política do consenso* passou a substituir posicionamentos políticos mais explícitos e tradicionais como a oposição entre *direita e esquerda*, subordinando-os ao termo *cidadania* com diferentes e até divergentes interpretações (MISCHE, 1997), por exemplo, direcionando-a para atuações mais envolvidas com o *micro* e com pouca contextualização macrossocial⁵⁵.

Para os(as) jovens, ao mesmo tempo em que a política nos moldes tradicionais passou a perder a credibilidade por se colocar distante das demandas da população e, em diversos casos de corrupção, a favor de interesses particulares (MÜXEL, 1997; KEIL, 2004), cresceram as possibilidades de atuação que consideram o *reconhecimento social de suas existências*, de suas individualidades (SOUSA, 1999). As ações voluntárias e comunitárias ganharam importância como forma de participação acessível aos jovens (CASTRO, 2008).

No entanto, a pesquisa realizada por Lúcia Rabello de Castro entre os anos de 2003 a 2006, cujos resultados podem ser acessados em seu artigo *Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum* publicado em 2008, demonstra a permanência de atuações vinculadas a organizações estudantis e partidárias e aquelas que envolvem o trabalho social voluntário e ações comunitárias quando analisa

⁵⁵ Em período recente, mais especificamente em junho de 2013, vivenciamos uma série de manifestações por diversos municípios do território nacional que reuniu milhares de pessoas nas ruas. A maioria era composta, notadamente, por jovens. O ato desencadeador foi o protesto do Movimento Passe Livre (MPL) na capital do estado de São Paulo pela revogação do aumento das tarifas de ônibus. Pessoas e grupos aproveitaram o caldo cultural formado para agregar outras reivindicações, de modo que as manifestações passaram a ganhar maiores proporções. “Ademais, as manifestações de junho de 2013 evidenciaram a enorme insatisfação do povo com as formas tradicionais de participação política, tornando notável que a população – em especial, os jovens – desejava melhorar a qualidade da democracia brasileira, de forma a sentir-se mais representada pelos governos, a ampliar sua participação nas decisões de políticas públicas e a ter sua voz reconhecida no espaço da política. [...] cabe perguntar por que as insatisfações, as reivindicações e as demandas que tomaram as ruas em junho de 2013 não chegaram ao Estado por meio dos inúmeros canais de participação social existentes na esfera pública federal brasileira? Esta e outras perguntas em aberto que emergiram da surpresa e da força dos protestos das ruas comportam inúmeras interpretações, e uma destas remete aos problemas relacionados à análise da qualidade dos arranjos de diálogo e participação social, criados no entorno e no âmbito das políticas públicas (SILVA; MACEDO, 2016, p. 17-18).

entrevistas com 25 jovens a respeito das condições e consequências de seu envolvimento com tais atuações. Segundo a pesquisadora, “cabe questionar se as críticas ao fazer político, tanto por parte dos que militam nos partidos, como dos que se engajam no trabalho social e comunitário, trarão um renascimento das instituições políticas ou se permanecerão anódinas às engrenagens partidárias legitimadas” (CASTRO, 2008, p. 266).

Além disso, em consonância com a política de parcerias do poder público com a sociedade civil adotada a partir dos anos 1990, é relevante considerar dois fatores quanto ao trabalho social voluntário dos(as) jovens: o primeiro refere-se à responsabilização dos próprios sujeitos pela resolução dos problemas sociais nos quais eles e suas comunidades se encontram – e a conseqüente desresponsabilização do Estado. O segundo diz respeito a essa forma de participação ser considerada uma *contrapartida* compulsória à inserção dos(as) jovens pobres em algumas ações e programas governamentais – algo que não é exigido de jovens de classes sociais mais favorecidas quando ingressam em escolas técnicas ou universidades públicas, por exemplo (SPOSITO, 2007).

Mais recentemente, a *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros* publicada pela Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2014b), aponta que 83% dos jovens entendem que a política é muito ou mais ou menos importante, sendo mais valorizada pelos estratos médios e de alta renda⁵⁶. Do total, 46% assinalam as mobilizações de rua e outras ações direta como formas de atuação política importantes para mudar o país, 45% citam a participação em associações ou coletivos, 36% mencionam a atuação em conselhos, conferências, audiências, 35% tratam da participação pela internet, seja expressando opiniões ou cobrando dos governantes, e 30% apontam a atuação em partidos políticos. Na prática, mais da metade (54%) afirma nunca ter participado de entidades, movimentos, associações, coletivos, grupos religiosos, artísticos, estudantis, etc., sendo os partidos políticos a organização que mais sofreu rejeição, com 88% de jovens afirmando que deles nunca participaram ou gostariam de participar. Apenas 18% ouviram falar, embora nunca tenham participado, de conferências de políticas públicas e somente 1% afirma ter participado de alguma conferência.

Em nenhuma forma de atuação dos que participaram ou participam de alguma organização a dimensão virtual superou a presencial, sendo os grupos religiosos os que mais se reúnem presencialmente em torno de ações assistenciais ou políticas. O exercício de cargos de direção, coordenação ou liderança é pequeno, alcançando apenas 4% nas associações

⁵⁶ A internet é um meio importante de atuação entre os mais ricos.

estudantis e grupos religiosos e 2% nos grupos artísticos e esportivos. Também são esses segmentos os mais mencionados como possuindo somente jovens, destacando-se, principalmente, os grupos estudantis.

No âmbito das ações governamentais, 53% afirmaram que os governantes brasileiros conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito (sendo maior o percentual entre os jovens mais ricos e do meio urbano), 18% reconhecem a promoção de iniciativas do poder público (especialmente as mulheres jovens entre 25 e 29 anos e os que não se declaram brancos) e 8% compreendem que os mesmos não conhecem e nem se preocupam com essas necessidades. Vale assinalar que 20% disseram não saber nada sobre o tema, sendo o maior índice entre os jovens mais pobres e do campo. Apenas 1/5 dos entrevistados disseram saber da existência de conselhos ou secretarias de juventude. Desses, a maioria pertence a estratos de renda mais alta, ao sexo masculino e à faixa etária acima dos 17 anos.

Entre aqueles que disseram conhecer ações governamentais (44%), o ProJovem foi o programa mais citado (19%), seguido do Prouni (7%). O ProJovem foi mais mencionado pelos segmentos que têm maior concentração de seu público foco: estratos de baixa renda, autodeclarados pretos e pardos e meio rural. Na percepção dos entrevistados (21%), a esfera federal obteve predominância no desenvolvimento de ações para a juventude.

Quanto às ações governamentais sobre as quais os recursos públicos devem ser priorizados, a maioria afirmou que a educação deve ser colocada em primeiro lugar, com 24% defendendo o investimento nos salários e condições de trabalho dos professores, 20% na infraestrutura escolar, 15% na ampliação do número de vagas nas universidades públicas e 14% na melhoria e fiscalização da qualidade do ensino.

Paulo Carrano (2012), em seu artigo *A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes*, afirma que a tônica do debate nacional e internacional sobre a participação juvenil incide, principalmente, em duas percepções: a de que os jovens não participam e a de que os jovens participam por meio de novas configurações.

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais, etc. É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. No lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes. É

preciso indagar como se reinventam as tradições militantes e como são questionados os antigos modelos de participação institucional. Quem são os novos herdeiros dessas práticas? Como as velhas e novas formas interagem e compõem novas sínteses políticas, convivem em que termos e quais são os focos de continuidade e tensão? De que forma os espaços clássicos de participação absorvem ou não os vetores que chegam através dos diferentes coletivos de identidades, tais como negros, mulheres, LGBT, deficientes? Essas são perguntas que podem fazer avançar a análise sobre as diferentes formas de participação juvenil (CARRANO, 2012, p. 93).

Numa perspectiva semelhante de compreensão situa-se um projeto de pesquisa nacional sobre juventude e participação social desenvolvido por núcleos de pesquisa e investigadores individuais entre os anos de 2009 e 2011 e que resultou na publicação *Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo* (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). Os diversos estudos apresentados na coletânea buscaram superar os extremos de *desencanto* e de *inovação* ao tratar do debate sobre a participação juvenil, com um olhar atento e crítico às formas de ação política na experiência do cotidiano. Um dos desafios, portanto, foi realizar de modo sintético uma interpelação entre a política do cotidiano e as formas institucionais de participação política, problematizando seus elementos paradoxais.

Em levantamento recente de artigos científicos na base *Scielo*⁵⁷ sobre participação juvenil e políticas públicas de juventude, considerando o período a partir dos anos 2005, obtivemos cerca de 40 trabalhos dos quais destacamos o de Cláudia Mayorga (2013) e o de Mario Fuks (2011). No primeiro, encontramos a problematização sobre a oposição, já anteriormente citada, entre apatia e ativismo políticos dos jovens, bem como a apresentação de notas metodológicas para que os estudos superem tais reducionismos. No segundo, onde pudemos observar novas contribuições ao debate e por esse motivo recebeu destaque, o autor busca compreender o processo pelo qual os jovens se tornam cidadãos participativos através de duas formas complementares: a transmissão imediata das rotinas participativas e o processo de duração mais longa com efeitos participativos tardios. Essa perspectiva combinada de atividades políticas realizadas no tempo presente com a transmissão intergeracional é apresentada como possibilidade mais completa para analisar a questão da participação juvenil.

A participação dos(as) jovens pode ser entendida também como forma de controle governamental para a contenção dos riscos e ameaças que apresentariam para ordem social. Com o levantamento da literatura para o desenvolvimento deste estudo, verificamos produções sobre a participação juvenil que já foram destacadas na apresentação do trabalho.

⁵⁷ <http://www.scielo.br/>. Acesso em 18 de fev. 2016.

A tese de doutorado de Fábio Candotti (2011), intitulada *Em defesa da juventude: a participação como meio de governo*, assinala saberes e técnicas disciplinares que definem problemas e soluções para os processos de escolarização e de integração cultural dos(as) jovens. Carrano (2012) também menciona um outro aspecto que a participação juvenil pode tomar: o da formulação de consensos ou ajustes sobre decisões já intencionadas por aqueles que ocupam funções de direção, de comando.

Não obstante, quando se trata de participação juvenil, remetemo-nos, de um lado, à perspectiva de *socialização política* entre gerações, por meio de via instituições clássicas – como a escola, por exemplo – as quais, segundo Carrano (2012, p. 94-95), têm se mostrado “frágeis suportes” porque não estimulam suficientemente o “envolvimento de jovens em processos de participação que poderiam aumentar o capital político orientado para valores democráticos”. E, de outro, à ideia de *sociabilidade* e de produção de expressões culturais entre os(as) jovens. A sociabilidade, “para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade” (DAYRELL, 2007, p. 1111). Ela ocorre em espaços e tempos do cotidiano, mas também naqueles de tipo institucionalizado.

Ambas as perspectivas devem buscar garantir, além da participação social e política, a participação dos(as) jovens num espectro mais amplo de direitos públicos para uma vida digna e para o desenvolvimento da cidadania juvenil (CARRANO, 2006). Nesse sentido, compreendemos que os direitos ao reconhecimento de identidades individuais e coletivas, à criação, expressão e apropriação culturais não se chocam com os direitos de acesso (e transformação) dos conhecimentos, valores e atitudes construídos pelas gerações anteriores, nem com os direitos à educação, ao trabalho e ao lazer produzidos pela ordem vigente – a capitalista. Com base em Lopes (2012), a cidadania concebida na visão comunitarista da filosofia política aristotélica é ativa e pública. Tal visão “define a participação no autogoverno como essência da liberdade, componente essencial da cidadania” (LOPES, 2012, p. 14).

Essa compreensão de cidadania vai ao encontro da proposição gramsciana de educação para a formação do dirigente. Uma educação que possibilite ao jovem sua autocondução e sua inserção ativa na vida social. A escola unitária gramsciana de formação para cultura geral, humanista, que contribua com a expansão da intelectualidade entre as massas trabalhadoras, “é um programa de reformas que se dirige em geral a todas as sociedades preocupadas com a educação das novas gerações” (NOSELLA, 2015, p. 136).

3. MOVIMENTAÇÕES DE ATORES POLÍTICOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE EM TORNO DO FUNDO PÚBLICO

Neste capítulo apresentamos a discussão dos dados coletados em campo, num esforço analítico e de diálogo crítico com os referenciais teóricos. Levamos em conta as tensões e contradições em torno do fundo público e o debate sobre seu acesso.

Realizar um debate acadêmico na atual conjuntura política do país, de grande efervescência, contradições e antagonismos, nos foi um desafio. Desafio porque vivemos e sentimos diversas questões em jogo, inclusive as de luta de classes, as de interesses entre grupos de opressores e oprimidos, as de um fazer político velho e as de uma luta pela consolidação e incremento de uma jovem (re)democracia, mas com as quais tivemos dificuldades para racionalizá-las e transcrevê-las. Sentimentos, críticas e perspectivas se entrelaçam, se enfrentam e dialogam entre si a todo momento, porém com resistências para encontrar rebatimento num fazer tão importante de homens e mulheres acadêmicos: a escrita.

Se nas manifestações de junho de 2013 levantávamos hipóteses sobre as causas, motivações políticas dos(as) manifestantes e expectativas de encaminhamentos, hoje temos muito mais amadurecimento de leitura e análise do caminhar político em âmbito nacional, mas cujas palavras escritas ainda parecem não dar conta do conjunto. Soma-se a isso o vasto agrupamento de dados coletados em campo que não contou com tempo suficiente para explorar toda sua riqueza. O tempo de maturação e desenvolvimento da pesquisa não coincidiu com o tempo do doutoramento. Nossos esforços, no entanto, não se acovardaram. Seguimos com o possível.

3.1 O fundo público como discurso

A investigação empírica nos possibilitou a percepção de que a defesa da composição de um Fundo Nacional de Juventude apresenta-se no plano discursivo tanto dos coletivos participantes da pesquisa quanto dos atores políticos do Conjuve, pois não há,

efetivamente, um debate consistente e uma proposta estruturada de como esse Fundo se constituiria e funcionaria. Assim como não há, atualmente, financiamento específico para a Política Nacional de Juventude. Os(as) conselheiros(as) e membros da Mesa Diretora do Conjuve entrevistados, e mesmo a Minuta de Decreto elaborada pelo Comitê Interministerial da Política de Juventude e enviada à Casa Civil em janeiro de 2014 que propõe a regulamentação do Sistema e do Fundo Nacionais de Juventude (Apêndice B) demonstram ideias pouco claras e difusas a respeito. Trechos das entrevistas realizadas com os(as) participantes da pesquisa ilustram a questão.

A gente acha que não faz política pública sem recurso. Não faz. Senão vira ladainha a gente dizer que precisa de política pública, mas você não dar o aporte suficiente. Primeiro porque se você não tiver um fundo você não articula um Sistema Nacional. [...] Sem o fundo, dado o pacto federativo, você não tem condições de regular o que o município e o que o estado fazem. Você não tem como obrigar o estado e o município a implementar o que o Estatuto sugere. Você não tem como conseguir dos estados e municípios que eles implementem a política pública. Então, assim, o fundo ele é determinante. A gente ventilou algumas ideias sobre a criação desse fundo. Que era com relação aos royalties de minérios no Brasil, tentar fazer um vínculo com royalties de minério. A gente apontou também parte da tributação da indústria de cerveja e da indústria de refrigerante. A exemplo de uma tributação do cigarro que vai uma parte para o ministério da saúde. Então, a ideia de você vincular o consumo do jovem também é que, parte desse recurso, do consumo, vá também para as políticas públicas. Nós não fechamos nenhuma posição, nós estamos abertos para dialogar, a sociedade civil acha que é muito importante a constituição de um fundo. Não vejo que o Estado, que a Secretaria Nacional de Juventude ou que o governo Dilma hoje dê muita prioridade para criação de um fundo. O fundo, na verdade, ele não serve ao gestor. O gestor não quer fundo nenhum. [...] O problema é que nós precisamos, e nós defendemos hoje esse governo que nós temos (Presidente do CEMJ, conselheiro titular do Conjuve; grifos nossos).

Ficam evidentes, por um lado, o discurso em defesa de recursos para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude e de um fundo nacional próprio e, de outro, o impasse entre o reconhecimento de que não há iniciativa governamental na direção da criação de um fundo e a necessária defesa desse mesmo governo de cuja base se faz parte. O dilema reside em ter que cobrar e, ao mesmo tempo, defender o governo.

Outra entrevistada foi a presidenta da UBES e conselheira titular do Conjuve, gestão 2012-2013, que, conforme já mencionado, também possui filiação à UJS. O recorte partidário verificado nessas duas organizações convidadas a participar do estudo ganha maior relevância quando se trata de um partido político da base governista.

Sobre o financiamento ainda é um imbróglio para nós. A gente está definindo mais como funcionar o Plano, saindo outros tipos de locais, outros tipos de financiamentos, dos municípios, estados, iniciativas que já ocorrem com programas

que já são até do próprio governo de juventude, outros de organizações não governamentais, de entidades (grifos nossos).

A coordenadora de políticas públicas de juventude da UJS, ex-conselheira titular do Conjuve pela UBES, também aponta a importância de orçamento para a concretização das ações e que essa importância seja igualmente reconhecida pelo poder público federal.

A gente tem um monte de coordenadoria de juventude, secretaria de juventude, sem orçamento. É preciso dizer, gente, com a maior boa vontade que se tenha, com maior articulação que se tenha, sem orçamento não se faz nada! Muitas vezes não tem nem corpo, é só um diretor de juventude, um coordenador de juventude na secretaria, não tem corpo técnico nem para sequer correr atrás de projeto, de captação, não se tem. E é preciso também um entendimento, principalmente, do Estado brasileiro, do governo federal, de que é preciso financiamento (grifos nossos).

E mais uma vez observa-se a falta de consenso sobre as fontes de abastecimento de um Fundo Nacional de Juventude:

Acho que tinha que ser um fundo que é uma parte de um imposto, na medida do que era a CPMF mais ou menos.

O coordenador nacional e estadual do Pará do FONAJUNE entende que a regulamentação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude depende de um fundo e que o debate em torno de sua constituição sempre esbarra numa “questão burocrática”. Isso porque, embora a ideia seja antiga dentro do Conjuve, tem clareza de que o assunto “orçamento” sempre causa desconforto. A nosso ver, a resistência em lidar com o desconforto contribui para que a problemática se mantenha no plano discursivo. O entrevistado também demonstrou a fragilidade da discussão acerca do fundo:

Se eu não me engano, uma dessas propostas indicava que era necessário que esse recurso viesse desses impostos que a gente recebe para Seguridade. (Uma discussão em torno) de já taxar as grandes fortunas, de fazer com que parte desse dinheiro viesse subsidiar essa política. Mas também, mais recentemente, surgiu essa questão do petróleo. Do Pré-Sal, na verdade. Que viesse uma porcentagem do Pré-Sal, dessa arrecadação, para subsidiar essa questão do Fundo da Juventude, da política pública de juventude.

Uma dimensão citada por alguns entrevistados é a da intersetorialidade da política pública de juventude.

A secretária-executiva do Conjuve disse em entrevista:

A nossa participação no PPA (Plano Plurianual) foi muito importante porque a gente constituiu essa coisa de como a agenda da juventude é transversal, nós vamos bater na porta de todos os Ministérios, convencendo ou tentando convencer esses Ministérios que é importante pôr dinheiro na política pública de juventude. É claro que se a gente tivesse Fundo seria bem melhor, a gente estaria mais aliviado. [...] Então, o PPA ajudou nisso, que a gente construiu para além desse espectro que a gente pensa aqui da Secretaria em si mesma, que a política de juventude estivesse aí orbitando em todos os Ministérios e com uma perninha nossa ali. Ou ajudando a conduzir, ou formulando a política dentro do Ministério, que esse Ministério deslocasse um pouco do seu recurso para política pública de juventude. Porque é isso: a política pública de juventude é transversal (grifos nossos).

A intersetorialidade é um desafio às políticas públicas e se intensifica com a proposta de tratar a própria categoria juventude como transversal. Evitar sobreposições de ações, otimizar recursos, buscar qualidade, eficiência e eficácia no alcance do público-alvo e das proposições, por exemplo, é uma parte do desafio. Outra parte incide em garantir que os(as) jovens sejam apreendidos como sujeitos de direitos – conforme afirmam leis nacionais promulgadas – pelas pastas do poder executivo, considerando especificidades a partir dos diversos marcadores sociais, e que em seus orçamentos as populações juvenis sejam contempladas. Para além desse desafio, também já mencionamos o próprio tensionamento entre priorizar as políticas econômicas ou priorizar as políticas sociais. Esse fator se agrava quando se trata de realizar disputas dentro do próprio campo das políticas sociais.

Em conversa com uma conselheira titular do Conjuve, durante o seminário *Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas* promovido pelo próprio Conselho e pela Secretaria Nacional de Juventude entre os dias 9 e 11 de março de 2016 em Brasília/DF, fomos levadas a refletir sobre esta disputa interna. A conselheira tem atuado profissionalmente como consultora do governo do estado do Paraná na implantação de um Sistema Estadual de Juventude. Relatou que a criação de um fundo para executar o Sistema tem sido assunto de intensos debates dentro do poder executivo, uma vez que nenhuma das pastas de políticas sociais quer destinar parte de seu orçamento para as políticas de juventude. Ou seja, se não bastasse a luta entre políticas econômicas *versus* políticas sociais, ainda há o enfrentamento das políticas sociais entre si. Verifica-se, mais uma vez, o desafio da intersetorialidade.

A criação de um novo ou novos impostos está absolutamente fora de cogitação. De um modo geral, grande parte da população brasileira se sente penalizada porque paga um alto percentual de impostos e não os vê revertidos em políticas públicas sociais de qualidade. Sem contar a indignação existente em função de desvios de verbas, escândalos de corrupção

e, em última instância, da tributação injusta que penaliza os mais pobres e favorece os mais ricos.

A presidenta do Conjuve, em entrevista, reconheceu a impossibilidade de criação de um novo imposto para ser fonte de abastecimento de um Fundo Nacional de Juventude. Em suas palavras:

Se criar um novo imposto, é um negócio que não passa nem daqui para essa porta de fora. Eu não consigo nem chegar na saída dessa porta aqui com essa perspectiva de criar um novo imposto. E num ambiente de que não é criar um novo imposto, num ambiente de que a gente não conseguiu ainda terminar as tarefas de regulamentação do Estatuto, num ambiente em que a Câmara nos colocou essa pauta aí da redução (da maioria penal) e num ambiente de ajuste fiscal, eu diria que *o Fundo não é um tema para tão cedo* (grifos nossos).

O que justifica a constituição do Fundo Nacional de Juventude não ser uma prioridade neste momento?

A presidenta relata que o atual congresso nacional tem colocado pautas legislativas conservadoras e até reacionárias do ponto de vista dos direitos conquistados pelas minorias de negros, mulheres, comunidade LGBT, entre outros, afetando diretamente a população juvenil, de tal modo que o Conjuve tem lutado muito mais contra possíveis retrocessos do que em prol de avanços. Acrescenta ainda que outras tarefas relacionadas ao Estatuto da Juventude aprovado no ano de 2013 não foram finalizadas.

Na verdade, o próprio debate do Fundo estava dentro do Estatuto, só que como o Legislativo não pode criar uma lei que onere o Executivo, ele precisou ser retirado. E ficou ele para fora junto com o Sistema como instrumentos de meio que regulamentar o Estatuto e aí viria de iniciativa do Executivo. *Nós não temos convencimento no governo federal sobre esse tema do Fundo, vou te dizer abertamente.* Não tem nenhum lugar para gente olhar aqui na Esplanada para dizer “bom, o caminho vai ser por ali”. [...] A gente tem o Estatuto aprovado, mas ainda não conseguiu regulamentar os direitos à meia entrada e à meia passagem interestadual⁵⁸ e nem o Sistema Nacional de Juventude. Então, *não é que a gente trate a coisa como etapismo, na verdade, a realidade é dialética e contraditória muitas vezes.* [...] Seria, assim, uma das próximas tarefas. Não que a gente queira que seja assim, mas é porque *o contexto também não está apontando para uma agenda extensiva de direitos. Pelo contrário, a gente está tendo que fazer uma barricada para não regredir* (grifos nossos).

⁵⁸ Decreto que veio a ser aprovado em 05 de outubro de 2015 – Decreto n. 8.537 que regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8537.htm

O Conjuve conta com uma parcela do orçamento da Secretaria Nacional de Juventude para as suas ações. Segundo a secretária-executiva do Conjuve:

A nossa Secretaria não é finalística, ela é de articulação, então a maioria do tempo que a gente passa fazendo política, é fazendo política de articulação. Articulando com os Ministérios, convencendo os Ministérios que é preciso organizar a política pública de juventude. Quando tiver, se a gente tiver o Fundo vai ser bacana porque a gente vai começar a ter mais esse papel finalístico. Hoje a gente não tem. Hoje a gente só tem o papel transversal. Tendo um Fundo, nós vamos conseguir fazer uma escuta com os conselhos estaduais e municipais, pensar quem da Secretaria a gente pode produzir de política pública mesmo, o Conselho da Secretaria, e esses organismos, conselhos municipais e estaduais, e mais as secretarias estaduais e municipais, no sistema, também pensar as suas políticas ali locais, bebendo do que a gente pensa aqui nacionalmente, nesse fluxo (grifos nossos).

A partir desse relato, destacamos três questões. A primeira delas refere-se ao fato da secretária-executiva do Conjuve se referir à Secretaria Nacional de Juventude como “nossa Secretaria”. Por um lado, pode-se partir da compreensão de que a Secretaria estaria à serviço do Conjuve, mas, por outro, ao contrário, de que o Conjuve está subordinado à Secretaria assim como seu orçamento. A mesma conselheira com a qual conversamos durante o supracitado seminário *Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas* demonstrou satisfação ao saber que a secretária-executiva do Conjuve estaria deixando o cargo no mês de abril de 2016. Isso porque, para ela, a secretária-executiva “era secretária da SNJ (Secretaria Nacional de Juventude) e estava trabalhando para ela e não para o Conjuve”.

A segunda questão diz respeito à diferença entre políticas públicas com aparato institucional de financiamento e programas governamentais focais cujos orçamentos não estão garantidos institucionalmente. Essa diferença foi brevemente mencionada por Enid Rocha Andrade da Silva, técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), durante a mesa de abertura do mesmo seminário. Assinalou, inclusive, que há políticas sociais que contam com financiamentos previstos na Constituição Federal.

A técnica apresentou ainda alguns pontos de análise do IPEA sobre a capacidade de inserção do Conjuve no ciclo de políticas públicas nos últimos 10 anos (2005-2015). Para tanto, divulgou dados da publicação intitulada *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas* (2016) e afirmou que o Conjuve foi pouco formulador e propositor de políticas públicas de juventude nesse período. No capítulo que trata especificamente dessa crítica, as autoras Enid Silva e Débora Macedo (2016, p. 46) assinalam:

A maior incidência dos encaminhamentos do Conjuve nas etapas de formação de agenda governamental e controle social revela a importância deste colegiado na introdução de novos direitos para os jovens na pauta de políticas públicas, no acompanhamento do controle das ações governamentais e na concessão de maior transparência das ações do governo para a sociedade. Entretanto, apesar de o Conjuve manter forte atuação nessas etapas, os dados mostram as dificuldades enfrentadas pelo conselho em incidir nas demais etapas do ciclo de políticas públicas, levando-se em consideração, principalmente, as atribuições que lhe foram concedidas pelo regimento e sua natureza consultiva. O PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento propriamente dito – por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) – poderiam ser objeto de debate e encaminhamentos específicos entre os representantes governamentais e da sociedade civil presentes no colegiado, se a deliberação sobre esta matéria estivesse prevista entre as atribuições do Conjuve previstas regimentalmente.

A terceira questão trata do caráter consultivo e não deliberativo do Conjuve, aquilo para o qual a secretária-executiva chama a atenção quando cita o papel de articulação e não finalístico da Secretaria. Observa-se, mais uma vez, um certo *embaralhamento* das funções de um e de outro no depoimento da secretária-executiva do Conjuve. O papel de articulação intersetorial entre os Ministérios é de incumbência da Secretaria e o Conjuve segue como um apoiador? Ou será que a tarefa fica, em primeiro plano, sob a responsabilidade dos(as) conselheiros(as), sem que este(as), no entanto, deixem de estar subordinados(as) às orientações da Secretaria? *Quem “pauta” quem? Quem aconselha e quem executa?*

O principal problema dos conselhos que têm finalidade apenas consultiva é que suas decisões raramente se concretizam em atos administrativos com força de prosseguirem nos escaninhos da burocracia e de alcançarem os núcleos decisórios das políticas públicas. A não consideração das decisões dos conselhos consultivos não resulta em nenhum constrangimento burocrático para os gestores públicos, posto que tais decisões não geram fatos administrativos. [...] Da leitura das atribuições regimentais do Conjuve, depreende-se que a maioria das competências elencadas no regimento é de atribuições suplementares ao ciclo de políticas públicas e que o colegiado não recebeu, por decreto, nenhuma atribuição deliberativa – ou até mesmo consultiva – para propor matérias orçamentárias e financeiras. A maioria das competências elencadas no regimento não influi diretamente nas demais atividades do ciclo, relacionadas ao desenho, à formulação, ao planejamento e ao orçamento (SILVA; MACEDO, 2016, p. 38-40).

Silva & Macedo (2016) sinalizam a dificuldade dos conselhos consultivos transformarem suas proposições em atos administrativos e, mais especificamente, a dificuldade do Conjuve em realizar propostas de caráter orçamentário e financeiro em função dessas ausências de competências atribuídas ao colegiado em seu regimento interno.

É possível que essa debilidade regimental contribua para que a defesa do acesso ao fundo público em prol do desenvolvimento de políticas públicas de juventude se mantenha no plano meramente discursivo, bem como para a manutenção de propostas difusas a respeito das fontes de onde sairiam os recursos.

A secretária-executiva e a presidenta do Conjuve citaram em suas entrevistas a Minuta de Decreto elaborada pelo Comitê Interministerial da Política de Juventude que propõe a regulamentação do Sistema e do Fundo Nacionais de Juventude. Cogitaram que o texto encaminhado à Casa Civil em janeiro de 2014 retornou ao Comitê porque o conteúdo necessitava de aprofundamento e consistência. De qualquer forma, quando indagadas sobre as fontes de recursos, não se remeteram ao texto da Minuta, mas, tudo indica, às conversas já realizadas no Conjuve e na Secretaria.

É uma colcha de retalhos. Viria de impostos. Muito, assim, eu não sei se precisar quais, eu tenho que te passar o projeto (a Minuta de Decreto). Mas ele está muito inicial, acho por isso que ele voltou mesmo (da Casa Civil). Porque não tinha um consenso disso, quais eram os impostos, da onde viria, essa parte a gente deixou bem aberto. Esse debate está para ser maturado: 'da onde vem esse dinheiro?'. [...] o projeto é de Sistema que tem um Fundo acoplado, mas o Fundo ainda é para pensar como é feito. Porque até então, a gente tem pouca experiência de Fundo na política pública. Nós temos o Fundo da Criança e do Adolescente, se eu não me engano é isso. Desses conselhos mais recentes, é isso. O Conanda. Mas a gente tem esse desafio que é pensar mais estrategicamente da onde virá esse dinheiro e como será a gestão desse dinheiro. O Sistema é aquela arquitetura, né? É multigerenciada a partir do plano do governo federal, do governo estadual, dos governos municipais. A política pensada aqui faz o ciclo, desce para os estados e para os municípios, e ao mesmo tempo que eles vão pensando políticas que podem virar boas práticas também para o governo federal. E o recurso ia ser o fio condutor dessas políticas, agora de onde vem esse recurso, a gente está bem maturando. Então é uma coisa bem embrionária (secretária-executiva do Conjuve; grifos nossos).

A noção de que seus depoimentos se pautaram mais pelas conversas no interior do Conjuve e da Secretaria do que pelo texto da Minuta fica ainda mais perceptível com a fala da presidenta:

A gente já pensou em algumas possibilidades. Um Fundo que seria alimentado por, sei lá, muitas trabalhistas de tais e tais áreas que recrutam mais mão de obra jovem. Já se pensou em pegar uma parte dos impostos, uma parte do rendimento das loterias. Já se pensou em fazer um convênio com os bancos que fazem contas universitárias, uma parte disso é repassada. Já se pensou em inúmeras possibilidades.

Com a participação na pesquisa de outros dois coletivos da gestão 2014-2015 do Conjuve, foi possível observar que, além da falta de consenso sobre a constituição do Fundo, tais coletivos trazem outros pontos de vista a respeito da temática.

O secretário de juventude da ONCB enfatiza a importância da intersetorialidade entre os Ministérios, porém, também apresenta uma compreensão de que o problema do financiamento das políticas públicas de juventude reside muito mais na má gestão dos recursos do que pela falta deles.

Então, acho que o Fundo, não sei se seria utopia da minha parte, mas a partir do momento que você desenha e *faz recortes em cada Ministério* para atender a juventude, você poderia unificar esses recortes em um Fundo. [...] Porque não vai ter um Ministério de Juventude que vai englobar todos os temas, é impossível. Mas acho que o governo tem potencial e estrutura para viabilizar o acesso dos jovens em muitos programas. *Acho que o que mata a gente hoje não é nem falta de recurso, é gestão.* E quando eu falo de gestão, não falo de gestão do governo federal. Porque para estar no governo federal, hoje, a maioria das pessoas é formada, faz curso de capacitação. Mas eu falo dos 5 mil municípios que nós temos, são eles que movimentam o país. O problema é esse: é chegar, é fazer acontecer o programa na ponta (grifos nossos).

Já o assessor da área de missão da UMBrasil aponta uma perspectiva mais empresarial para a obtenção de recursos. Lembrando que ambos os coletivos têm iniciativas privadas como parte das fontes de financiamento de suas ações. Trataremos desse aspecto mais à frente.

Eu gosto muito, não sei se é por conta da minha formação também, um pouco do que a gente vivencia aqui no meu ambiente de trabalho, que é a *parceria público e privado*. Eu acho que ali você consegue trazer, principalmente, grandes instituições, instituições que são reconhecidas para não só valorizar a questão de financiamento, mas também valorizar a questão dos direitos que são garantidos para os jovens. Por exemplo, pegamos um banco privado. Esse banco ajuda a financiar parte desse Fundo. Ao mesmo tempo, o Conselho já efetivado, com mais força, ajuda esse banco a entender que é importante, que ele também garanta a participação desse jovem como colaborador dentro dessa instituição. *Então, como existia o selo amigo da criança, por que não pensarmos também no selo da Empresa Amiga da Juventude?* (grifos nossos).

Importante destacar também que a constituição de um Fundo para as políticas públicas de juventude consta do rol de reivindicações das Conferências Nacionais de Juventude, desde sua primeira edição em 2008.

“[...] primeiro precisamos avaliar o que avançou da 1ª Conferência para cá; segundo, precisamos de uma conferência que incida na construção de políticas públicas e que ajude a formar o que a gente chama de *CPF da cultura* que é o *Conselho, o Plano e o Fundo, não avançamos no plano e o fundo é um dificultador para implementação na prática das políticas públicas de juventude* (Trecho sobre a organização da 3ª Conferência Nacional de Juventude extraído da Ata da 39.a Reunião Ordinária do Conjuve – 25 a 27/02/2015; grifos nossos).

Por outro lado, uma pesquisa realizada entre os anos de 2003-2006 pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) revela que o governo federal carece de ferramentas institucionais de gestão para processar as deliberações das conferências. “Não existe procedimento institucional que garanta que as deliberações de determinados arranjos participativos cheguem a ser apreciadas pelo Executivo e/ou Legislativo e que consigam incidir no ciclo de elaboração de políticas públicas” (SILVA; MACEDO, 2016, p. 19).

Os participantes da pesquisa reconhecem a importância fundamental da existência de recursos para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude, ao mesmo tempo em que reafirmam o entendimento de que estas são transversais e de que precisam estar contempladas em todas as pastas do poder executivo⁵⁹. Uma dimensão dessa armadilha discursiva reside justamente em reivindicar uma posição mais central às políticas públicas de juventude ao mesmo tempo em que as dilui em “caixinhas” diversas. A juventude permanece sem lugar claro, sem financiamento e, portanto, sem políticas públicas.

Ainda que haja uma tentativa discursiva em torno da defesa de um Fundo Nacional de Juventude, cada membro do Conselho participante deste estudo aponta fontes diversas para a sua composição, demonstrando que, de fato, não há um debate político e institucional sólido acerca da questão. O que há é um discurso frágil, sem rebatimento na prática concreta do Conselho. A Minuta de Decreto elaborada pelo Comitê Interministerial da Política de Juventude foi devolvida pela Casa Civil com a solicitação de reformulação da proposta, o que demonstra a própria fragilidade do que se propôs como Sistema Nacional de Juventude e, igualmente, como Fundo.

Nesse sentido, um Conselho, seja ele consultivo ou deliberativo, pode propor inúmeras ações e programas para a juventude, mas sem o debate e a disputa por recursos tais proposições não se tornam fatos. Ou seja, a viabilização das propostas de políticas públicas também depende daquilo que se conseguiu colocar como inovação sociopolítica⁶⁰ (OFFE, 1984) e com os meios para a sua implementação, para além do discurso.

⁵⁹ Um exemplo desse entendimento é a participação da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP) do Conjuve no processo de constituição dos Planos Plurianuais (PPAs) do governo federal.

⁶⁰ A inovação sociopolítica implica a capacidade de conciliar interesses e demandas do trabalho e do capital. Refere-se à “compatibilidade das estratégias, mediante as quais o aparelho de dominação política deve reagir tanto às ‘exigências’ quanto às ‘necessidades’, de acordo com as instituições políticas existentes e as relações de força societária por elas canalizadas” (OFFE, 1984, p. 36).

3.2 A participação das organizações, movimentos e atores políticos no Conjuve

No que se refere à participação social e política das organizações que compõem o Conjuve, com destaque aos colaboradores da pesquisa, verificamos alguns fatores, dentre eles, o início da trajetória dos atores políticos entrevistados pelo envolvimento com o movimento estudantil, partidos políticos e igrejas.

Isso parece indicar que os movimentos e formas tradicionais de organização política ainda exercem grande influência na formação e socialização políticas das juventudes brasileiras organizadas. As cadeiras do Conselho também são ocupadas por organizações e movimentos organizados, com ou sem registro jurídico⁶¹.

Embora o discurso e intenção do Conjuve se orientem para a direção da diversidade de juventudes em sua composição e atuação, o fato é que são as juventudes organizadas que dele participam. Talvez outras juventudes não tenham o interesse pela participação em canais institucionais da estrutura democrática brasileira. Outras, possivelmente, por não conhecerem seu modo de funcionamento e não possuírem a formação “necessária” ao jogo político dessa mesma estrutura. E outras por produzirem culturas cujos objetivos são de reconhecimento da existência e não de resistência ou subversão da ordem social, conforme nos esclarece Ferreira (2010).

É relevante considerar que “nem sempre as representações existentes nos conselhos permitem a inclusão de todos os setores da sociedade e que reduzem a participação dos setores menos organizados” (SILVA; MACEDO, 2016, p. 25).

Os atores políticos entrevistados têm como objetivo a ocupação de cadeiras em conselhos e cargos em organismos do poder executivo, ou seja, o desenvolvimento de carreira política (mesmo que não abertamente declarado). Isso corresponde à reivindicação realizada no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 de criação de organismos públicos que foi também, por um lado, uma “forma de resposta às juventudes partidárias” (SPOSITO, 2007, p. 31); uma pressão realizada principalmente por atores juvenis “vinculados aos partidos progressistas e de esquerda” (ABRAMO, 2007, p. 9).

⁶¹ Outro aspecto interessante, analisado por Silva & Macedo (2016), é o perfil daqueles(as) que ocupam atualmente as cadeiras do Conjuve demonstrando que, “ao menos nos quesitos escolaridade e renda, os conselheiros [...] não eram representativos das características gerais da juventude brasileira e apresentavam condições superiores à média da população jovem do país” (p. 36).

A fala de uma das participantes da pesquisa, pertencente à UJS, nos ajuda a compreender a questão:

[Sobre a ação da UJS em coordenadorias e/ou secretarias]: algumas vezes como um diretor, por exemplo, na Secretaria Nacional de Juventude, a secretária nacional adjunta veio da UJS. E tem uma atuação destacada lá. Mas, por exemplo, a cidade de Olinda em Pernambuco, em Jundiá em São Paulo e no Rio de Janeiro, as coordenadorias são dirigidas pela UJS, são membros da UJS que participam. Em Contagem, Minas Gerais. E também tem a atuação em outras coordenadorias, por exemplo, na estadual da Bahia, na estadual do Amazonas. *Enfim, muitas vezes, quando não em coordenadoria, nos próprios conselhos de juventude que também é uma diretriz nossa de atuação, a participação nos conselhos de juventude (coordenadora de políticas públicas de juventude da UJS e ex-conselheira do Conjuve pela UBES em entrevista; grifos nossos).*

Os sujeitos entrevistados apresentam o discurso da pluralidade e diversidade de juventudes, mas a prática é vertical (do Estado para a sociedade) o que acaba levando a uma busca dessas diversas juventudes e a sua colocação em um formato institucional tradicional, pré-estabelecido. José Murilo de Carvalho (2014), ao desenvolver estudo sobre a formação da cidadania brasileira, observa uma excessiva valorização do Poder Executivo; uma “estadania” (p. 221) e não cidadania; uma cultura política estatista ou governista. Já Sposito (2007), ao examinar ações do poder público de cidades e regiões metropolitanas brasileiras voltadas para a população juvenil, também menciona a “participação induzida pelo poder público” (p. 32), uma participação como “ante-sala do governo” (p. 31).

Destacamos alguns dados empíricos que elucidam essa contradição:

Nós recém terminamos o processo eleitoral que elegeu a nova composição para os próximos 2 anos. [...] *Um conjunto de entidades que nunca tinha participado do processo de construção da política de juventude, mas que também tem um certa, uma grande representatividade no movimento juvenil. Cito O Levante Popular da Juventude, Associação Liga do Funk, Confederação Brasileira de Skatistas que representam um segmento real da juventude brasileira, mas nunca tinham participado da construção do Conselho. Então, para nós foi muito rico. Obviamente que construiu uma síntese entre aqueles que ficaram e aqueles novos que estão demandando cada vez mais participação.* [...] Também é atribuição do Conselho quando a gente fala nessa relação com a sociedade de ter toda a construção do que a gente fala da regulamentação do Estatuto da Juventude. Isso entra o Sistema, que é onde nós estamos apostando muito também, e aí ele tenta, porque não vai conseguir nunca, mas *organizar a participação social juvenil, criar os espaços, fortalecer os espaços já existentes, dar atribuição para estados e municípios. Quando nós falamos em obrigatoriedade, a gente não fala assim, mas quando criamos uma lei dizendo que tem competência para estados e municípios fica subentendido que é fundamental, é necessário que o Estado tenha o seu espaço de participação social juvenil* (secretário-executivo do Conjuve em 2014 durante a apresentação do Conjuve no Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede – Setembro de 2014).

Durante a Reunião Ampliada da Mesa Diretora do Conjuve realizada em 23 de julho de 2015 em Brasília/DF, tanto a presidenta quanto a secretária-executiva do colegiado explicitaram essa orientação governista na promoção e condução das conferências municipais, regionais e estaduais de juventude, etapas que antecedem e elegem parte da delegação para a o nível nacional.

Eu acho que a gente precisa estimular as entidades aqui que são nacionais que têm presença em várias cidades a fustigar lá o poder público a convocar. E passada essa data, a essa entidade também nossa na ponta ser, digamos assim, o mobilizador da sociedade civil para uma conferência chamada pela sociedade civil. [...] Se alguém tiver dúvida das cidades, eu acho que a gente pode passar aquela tabelinha das 150 maiores cidades. Porque são cidades que a medida que elas convocam, outras vão imitando, fazendo com referência. Já tem lá o regimento interno, a proposta de montagem de COM, modelo de decreto, que às vezes são nessas burocracias que se perde. Não é nem má vontade do prefeito de chamar, é não saber como. Um prefeito de primeira gestão que não foi nas conferências passadas, ele está de mãos e pés atados (presidenta do Conjuve; grifos nossos).

Evidencia-se a perspectiva de que, em primeiro lugar, o poder público é quem deve estimular a participação dos(as) jovens e organizar as conferências. Em caso de falta de iniciativa dos governos, aí sim cabe à sociedade civil assumir a tarefa.

Realizamos o primeiro hangout da Conferência na sexta-feira que foi muito vitorioso, teve uma participação de 230 pessoas, muitas perguntas. Para uma mobilização que foi de um dia para o outro, começamos a mobilizar na quinta, realizamos na sexta. E, assim, foi bem bom *porque nós estamos no limite da data para que as municipais, o poder público puxe as conferências municipais*. Dia 1.º de agosto é a data-limite. E aí nós fizemos essa transmissão ao vivo para tirar dúvida dos municípios, *para impulsionar que o poder público puxe as conferências*. E foi muito bacana. Muita dúvida bacana, as respostas foram muito boas. Assim, pessoas mandando ao vivo parabéns a esse novo canal de diálogo. E a nossa intenção é realizar um conjunto de hangouts daqui para o final da Conferência. Hangouts temáticos, do ponto de vista da metodologia da Conferência e do ponto de vista da pauta política da Conferência (secretária-executiva do Conjuve; grifos nossos).

Uma publicação recente da Secretaria Nacional de Juventude, a *Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude* (2014), elucida tanto a noção de pluralidade de juventudes existentes quanto à necessidade de ampliação dos espaços e formas diferentes de participação juvenil na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de juventude. Considera que “permanece um hiato entre o discurso participativo (...) e a incorporação de novos modelos de política participativa, distanciando a juventude de instituições que parecem funcionar com lógicas distintas no que tange ao reconhecimento dos jovens como sujeitos” (BRASIL, 2014c, p. 99).

No interior desse impasse entre incorporar novas juventudes e formas de atuação e a persistência de uma orientação governista na participação juvenil, localiza-se um tensionamento entre movimentos juvenis mais tradicionais e os novos movimentos juvenis.

No ano seguinte à 1ª Conferência Nacional de Juventude já se considerava esse tensionamento:

Vários estudos recentes, ao *reconhecer as novas formas de participação juvenil* – mais horizontais, mais voltadas para *afirmação de identidades*, com as novas temáticas referentes ao meio ambiente, à paz, a outras formas de globalização; e, sobretudo, aos grupos de expressão artística e cultural – decretam a falência das formas clássicas de participação social (movimento estudantil, juventudes partidárias e sindicais). Por essa perspectiva, é comum que se separem, de forma antagônica, as lutas do ‘aqui e agora’ e as preocupações mais gerais com os rumos da sociedade. *Lutas concretas e imediatas remeteriam aos novos parâmetros de participação social, enquanto preocupações mais estruturais como sistema social seriam próprias de espaços tradicionais da política.* No entanto, o que a pesquisa realizada na I Conferência mostra é que muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais que caracterizam o sistema social. Por outro lado, as questões ambientais e os posicionamentos sobre violência e políticas de segurança pública, de desigualdades de gênero, raça e etnia determinam as pautas do movimento estudantil, dos sindicatos e partidos políticos (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 13; grifos nossos).

Embora o plano discursivo aponte para a pluralidade de juventudes na composição do Conselho, sua forma estrutural e institucional está atrelada a um modelo tradicional de organização política. Ainda que o coletivo não seja do tipo mais tradicional, quando ingressa no Conjuve precisa, em algum momento, lidar com essa estrutura e com as regras de um jogo já estabelecido por uma cultura política e institucional anterior. As relações com o movimento estudantil e com os partidos políticos são inevitáveis e coordenadas por perspectivas mais “clássicas”.

Mesmo nas democracias modernas, certos grupos possuem vantagens no processo de representação em relação a outros, tornando desigual a capacidade de acesso a serviços ou garantias de direitos, devido à maior capacidade de pressão que alguns atores têm sobre as instâncias do poder envolvidas na tomada de decisões. Porém, a lógica democrática afirma que o avanço das práticas institucionais de representação leva ao aperfeiçoamento do sistema representativo, o que pode ser visto, historicamente, através da crescente incorporação de demandas, direitos e sujeitos que anteriormente não eram reconhecidos na agenda política. No entanto, persistem dois grandes dilemas para a juventude, recolocados e atualizados a cada conjuntura histórica: a dificuldade de mobilização e a baixa influência institucional das demandas jovens (BRASIL, 2014c, p. 96).

Verifica-se uma incidência política feita nos bastidores por assessores políticos nos levando ao questionamento sobre quais jovens e juventudes, de fato, incidem nos rumos

das políticas brasileiras. Inclusive, houve uma maior aproximação da agenda parlamentar e dos próprios representantes do poder legislativo, com destaque para a gestão 2014-2015. Em 2014, a Secretaria Nacional de Juventude efetuou a contratação de uma assessora parlamentar e federativa que busca o apoio da *sociedade civil* no Conjuve.

Assim, o minimamente é a agenda que vai ter pública, você acessa lá, entra na pauta, não sei o que, ela vai estar lá, a pauta da semana. Aquilo é o minimamente. Aí o que a gente faz quando a gente pega aquilo: se reúne, senta, vamos ver "olha, vamos acompanhar isso". *Aí vou no líder do partido do PMDB, vou no líder do PT, vou no líder do Congresso, aí falo com eles...* às vezes, porque nem sempre dá tempo, porque os caras também não atendem você a toda hora que você chega lá toda semana não! *É uma coisa que a gente está construindo essa iniciativa da SNJ de participação tão diretamente dentro das ações do Congresso. Começou na gestão agora do [nome ocultado pela pesquisadora]. Então a gente está ainda construindo essa relação mais próxima.* Eu fiquei com essa responsabilidade até, acho que por isso mesmo ele me convidou, por eu já ter um histórico de militância dentro do Congresso de muitos anos. *Então, o que facilita esse diálogo e essa, e por eu ser do PMDB, que facilita também a minha entrada em vários outros partidos* (fala transcrita da assessora parlamentar e federativa da SNJ na Reunião Ampliada da Mesa Diretora do Conjuve em 23/07/2015; grifos nossos)

A aproximação com a agenda parlamentar ocorreu também como forma de conter retrocessos no âmbito dos direitos conquistados às juventudes empobrecidas, negras, LGBT, de mulheres, principalmente. Destaca-se a luta contra a redução da maioria penal que aumentaria o encarceramento de jovens negros e pobres no país. Nesse sentido, emergiu um sentimento de combate a adversários presentes no parlamento brasileiro.

E mudar a vida da juventude brasileira nessa conjuntura incide diretamente no Congresso Nacional. Nós não vamos aprovar o fim dos autos de resistência, criminalização da homofobia, legalização e descriminalização do aborto com atual Congresso conservador. Precisamos de uma conferência que incida na luta concreta e na correlação de forças da sociedade hoje. O grande empecilho hoje é o Congresso Nacional. Precisamos elencar uma nova plataforma de lutas e de bandeiras que possam garantir vitórias reais e concretas para a juventude e essas batalhas se darão no Congresso Nacional. Precisamos de uma conferência que nos unifique, uma conferência que nos coloque uns contra os outros não nos interesse, pois nossos inimigos estão no Congresso Nacional (trecho sobre a organização da 3.a Conferência Nacional de Juventude extraído da Ata da 39.a Reunião Ordinária do Conjuve – 25 a 27/02/2015; grifos nossos).

A Mesa Diretora do Conjuve composta pela presidência, vice-presidência e secretaria-executiva e, em sua versão ampliada, pelos coordenadores das suas quatro Comissões internas, fica com a atribuição de captar e formular as pautas das reuniões ordinárias, extraordinárias e da própria Mesa Diretora. São essas figuras que mais tomam a palavra nas reuniões. Entendemos que há, nesse sentido, uma espécie de “representação da

representação”. Aliás, conforme Silva & Macedo (2016, p. 55), “outros estudos já mostraram que a maior parte dos conselhos nacionais reúne uma elite participativa, agregando pessoas das classes socioeconômicas mais elevadas e com maior capacitação técnica e política”.

Segundo a secretária-executiva do Conjuve em entrevista,

a gente trabalha com uma Mesa Diretora, que a secretária-executiva, presidência e vice-presidência, essa é a Mesa fechada. E nós damos um passo a mais que é a Mesa Ampliada, que são essas 3 figuras mais cada coordenador das comissões. São 4 comissões. E nós tentamos, entre nós, tentar mediar o que está no debate dos estados com o que está o debate em voga aqui em Brasília entre governo, Legislativo, Executivo, Judiciário, e a nossa pauta real. É sempre isso, assim, a gente sempre media dessa forma. Tenta conversar entre nós, captando, e por ser também figuras que estão coordenando as comissões, a turma tem mais contato com o que está ali na ponta, com o que está nos estados. Aí traz essa demanda, cada reunião que a gente produz tem uma reunião anterior. Cada reunião ordinária é precedida de uma reunião dessa Mesa que pensa assim ó: “Está acontecendo tais e tais coisas em tais estados, tem uma pauta mais nacional que é essa, como que a gente vai lançar para a próxima reunião ordinária para o debate ser organizado”. A gente tenta dar um direcionamento, mas também não é fechado. Tem a proposição de pauta, mas se aqui na reunião algum conselheiro, ou um conjunto de conselheiros, ou um GT falar ‘não, achamos que tem que colocar essa pauta também como prioridade no debate’, nós colocamos (grifos nossos).

3.3 Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Quanto à formulação de políticas, observa-se a coexistência de pautas pela redistribuição e de pautas pelo reconhecimento. Isso se deve ao surgimento de novos movimentos sociais, especialmente a partir dos anos 1990 (GOHN, 2004), cujas reivindicações não se balizavam somente pelas questões de classe social, mas também por outros marcadores como raça/etnia, gênero, orientação sexual, regionalidade, entre outros, com a permanência de movimentos mais tradicionais como o estudantil e partidário que também buscam respostas para as profundas desigualdades socioeconômicas que assolam o país. Para Sposito (2007, p. 28), “é preciso considerar que certo hibridismo marca as ações onde o novo acontece em ritmos marcados por descompassos e desigualdades”.

A coordenadora de políticas públicas de juventude da UJS se refere mais às novas demandas dos(as) jovens como sendo demandas relacionadas às políticas de caráter universal. Trata das reivindicações presentes nas manifestações de junho de 2013, mas sua fala evidencia o quanto parte da juventude brasileira ainda não tem pleno acesso a direitos básicos.

Embora se reconheça os avanços, é algo muito insuficiente, que atinge uma parcela, na minha opinião, muito pequena da juventude e que a gente precisa caminhar com novas políticas públicas de juventude que de fato mude a vida da juventude. [...] A gente está num momento muito secundário das políticas públicas, muito inicial. [...] A juventude não pode ser entendida só como participação, como se a única demanda da juventude fosse participação. Num Estado democrático, que ainda está em processo de redemocratização, um processo ainda inconcluso, então óbvio que a juventude quer participar. Mas para juventude ter condições de participar ela precisa ter acesso a emprego, ela precisa ter acesso à educação, ela precisa ter acesso à cultura, ela precisa ter acesso à saúde com qualidade, à segurança. A juventude tem uma série de demandas novas. As mobilizações de junho trouxeram isso: uma insatisfação que existe. [...] Então, existe uma nova demanda de políticas públicas de juventude e que a gente precisa dar conta de entender qual que é essa demanda. A juventude está empreendendo mais, a juventude está casando mais cedo, a juventude está tendo também acesso a crédito através de programas como Minha Casa Minha Vida, como o Fies, como tantos outros. Mas a gente precisa dar consequência para essa juventude que está desenvolvendo cada vez mais cedo, que está tendo acesso a esses bens mais cedo. Ao mesmo tempo que ela tem acesso a esses bens primários, eu diria, de acesso à educação, de acesso à casa mais cedo, ela também vai tendo acesso a outras demandas mais cedo. E o Brasil precisa dar perspectiva para essa juventude que é completamente diferente da juventude de 10 anos atrás. É uma outra geração (grifos nossos).

O coordenador nacional e regional do Pará do FONAJUNE – coletivo de recorte étnico-racial – também demonstra a noção do entrecruzamento entre as desigualdades socioeconômicas e as desigualdades raciais que atingem os(as) jovens brasileiros(as).

Eu sei que tem muitos jovens nesse país que não podem, sequer, falar, que não podem fazer várias coisas. E que, além de já não ter acesso às riquezas do nosso país, esses jovens estão, vamos dizer assim, estão sendo impedidos de viver a sua miséria. Ou seja, nem mesmo miserável o jovem preto pode viver nesse país. Nem mesmo sendo miserável, nem mesmo a miserabilidade é permitida a um ou a uma jovem negra (grifos nossos).

A presidenta do Conjuve, por sua vez, forte combatente do racismo, do encarceramento e extermínio da juventude negra, apresenta diferenças geracionais nas pautas entre militantes da *velha guarda* e participantes do Conselho que o integram há menos tempo e que, por vezes, também se envolveram com as políticas públicas de juventude mais recentemente.

Eu vejo que houve uma geração das políticas de juventude, de pessoas que estavam já na reta final da juventude, saindo da juventude quando entraram no Conselho – porque nós não somos um Conselho de jovens, somos um Conselho de políticas públicas, então cabem aqui pessoas de todas as idades. É um Conselho intergeracional. Então essa geração tinha determinado tipo de debate mais consolidado. E de lá para cá nós passamos por várias gerações. Então, da mesma forma que hoje o debate sobre a violência contra a juventude negra, que os movimentos chamam de extermínio, é um debate com mais densidade porque tem mais movimentos oriundos dessa pauta. O debate sobre a institucionalização da

*política de juventude já é mais frágil, no geral. Hoje eu vejo que o governo pauta mais isso do que a sociedade civil porque os atores mudaram muito. Então, eu tenho essa memória porque eu vim de lá de trás. Mas quem chegou na primeira gestão de Conselho que já chega com o Estatuto, olha para vida como se a vida estivesse resolvida! ‘Já tem o Estatuto, bola para frente’. Não, a gente não. ‘Pô, vamos aqui ó: tinha uma PEC, o Estatuto, falta o Plano, o Sistema, a regulamentação das meias, o Fundo, o monitoramento permanente’. Então, é também fruto de uma mudança geracional que, como tudo né, tem o seu lado muito bom e tem também essas falhas que se apresentam aí. Eu digo isso porque quando você olha para geração hoje dos atuais gestores de juventude nos estados e municípios, é uma gente muito nova. Quando você olha também para os conselhos estaduais, alguns, inclusive, foram recém-criados, é uma gente muito nova. Então, eu digo assim, *os militantes históricos, muitos já não estão mais na pauta e eram meio quem resguardava, sabe, esse tema, sobretudo o tema da institucionalização do financiamento, que não se trata de debates fáceis* (grifos nossos).*

Outro militante que pode ser considerado *histórico* é o presidente do CEMJ. No entanto, seu depoimento também contemplou pautas que estariam dentro de um espectro de *novas bandeiras* dos movimentos sociais, como a luta contra à homofobia, por exemplo. Ao mesmo tempo, enfatizou a política da educação superior como direito fundamental à juventude.

No Estatuto da Juventude, por exemplo, com relação ao combate à homofobia, ele é a lei mais avançada que existe hoje. Não existe uma lei aprovada pelo combate da homofobia, uma lei que diga que a homofobia é crime, por exemplo. Mas lá diz que é obrigação do Estado financiar a formação de professores para combater a homofobia. *Existem indicações de políticas públicas para o combate à homofobia que só têm no Estatuto. Inclusive, outra coisa que eu acho que é revolucionário, na minha opinião, é que coloca o ensino superior como um direito fundamental do jovem. [...] E a gente está numa sociedade em que é determinante o sujeito ter um curso superior para que ele consiga se inserir, para que ele consiga progredir, para que ele conquiste autonomia.* Então, acho que isso é uma grande conquista, esse negócio do curso superior ser uma obrigação do Estado e um direito do jovem (grifos nossos).

Há autores que assinalam essa perspectiva de coexistência de demandas por redistribuição e de demandas por reconhecimento na realidade brasileira. Os dados da pesquisa reafirmam que há questões históricas não resolvidas no país e que se somam a novas problemáticas da contemporaneidade (NOGUEIRA, 2004), realidade bastante distinta de países centrais do capitalismo (POCHMANN, 2004), por exemplo, onde as experimentações da condição juvenil talvez consigam ir mais além dos marcadores de classe social.

A própria publicação a respeito do programa *Estação Juventude*, em execução pela SNJ, deixa absolutamente evidente essa perspectiva, onde políticas universalizantes devem caminhar lado a lado com políticas de temáticas específicas. Essa é a defesa que se faz quanto à constituição de uma Política Nacional de Juventude.

As políticas públicas de juventude deveriam combinar mecanismos de proteção social; expedientes redistributivos indispensáveis em um contexto em que predominam situações de exclusão juvenil; ações que gerem oportunidades de inserção profissional, societária e cultural e também incentivem a participação dos jovens. [...] Para se construir uma Política Nacional de Juventude – em consonância com as características da atual condição juvenil e das diferentes demandas juvenis –, a perspectiva dos “direitos” deveria estar presente nos diferentes programas e ações desenvolvidos por diferentes Secretarias Especiais e Ministérios voltados para a redistribuição e a promoção de acesso, de reconhecimento e de participação dos jovens (sejam de caráter universal; de caráter temático ou específicos, pensados exclusivamente para o segmento juvenil (BRASIL, 2014c, p. 122).

3.4 Discursos pela diversidade, práticas de representatividade: o papel dos partidos políticos

Com base nos apontamentos anteriores, apesar da forte tendência de descrença nos partidos políticos no cenário nacional e internacional (DAGNINO, 2002), é possível compreender a importância que os partidos políticos ainda representam para as juventudes organizadas no Brasil, especialmente quando se trata de atuar em instâncias institucionais estatais e governamentais, incluindo a própria busca de acesso ao fundo público. Isso se deve, em parte, à inclinação histórica dos partidos políticos em direção ao Estado no Brasil (DAGNINO, 2002), bem como a permanência de elementos clientelistas e patrimonialistas em sua cultura política (FAORO, 2001). O que se pretende é que tanto a “luta institucional” quanto a “mobilização social” (DAGNINO, 2002, p. 300) transcendam a mera mediação representativa, por vezes precária e corporativista, dos partidos políticos e organizações que operam na mesma lógica, em busca de interações mais diversificadas dos múltiplos atores e suas pautas.

No que tange à participação dos partidos políticos no Conjuve, a coordenadora de políticas públicas de juventude da UJS aponta:

As cadeiras são por segmentos, então existe o segmento das juventudes partidárias que são 2 cadeiras com suplência. E aí no último pleito realizado em 2013, para garantir a participação de todas as juventudes partidárias que estavam participando no processo, foi feito um acordo, uma parceria, em que juntou-se ali uma chapa das juventudes partidárias em cima de rotatividade. Então a cada 6 meses muda a rotatividade de suplência e titular para poder garantir a participação de todos. Por exemplo, hoje, agora, nesse momento, a UJS é titular do Conselho Nacional de Juventude.

O entendimento presente, ainda que não abertamente reconhecido, é de que os partidos políticos e os movimentos mais tradicionais como o estudantil, por exemplo, são imprescindíveis para a organização e a condução dos debates e lutas políticas. Quando a assessora parlamentar e federativa da SNJ participou da Reunião Ampliada da Mesa Diretora do Conjuve em 23 de julho de 2015, informando as pautas em andamento no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, solicitando o apoio da *sociedade civil* na pressão dos parlamentares, convocou *todos* os coletivos e movimentos de juventude nessa tarefa, mas fez questão de nomear as *juventudes partidárias*.

Existe também uma pressão que nós estamos fazendo, aí não sei até que ponto vai ser efetiva, se vai funcionar por causa da baixa popularidade que o governo tem hoje, sobre os partidos do ministro Kassab e o partido do PP, que é o ministro da Integração Nacional. Não sei se isso vai ter nenhuma efetividade, eu acredito muito mais no nosso trabalho que nós estamos fazendo individualmente com os parlamentares para poder trazê-los de volta para o lado bom da força. Conversamos com alguns, gente, e aí é onde entra o trabalho, acho, assim, a ajuda de vocês seria fundamental. Nós não temos tempo porque nós não sabemos o que se passa na cabeça do Eduardo. Ele pode votar imediatamente porque, com os problemas que ele está tendo, ele quer mostrar a força que tem no Congresso para mostrar que ele realmente comanda um número efetivo de deputados capaz, inclusive, de, assim, aceitar uma votação, se possível, um impeachment. Então ele vai vir com força. Ele não para. Ele está aqui em Brasília. Ele está trabalhando. *E a gente vai precisar da pressão de cada grupo social, de cada grupo político, de cada juventude partidária e de vocês, nos estados, junto aos deputados*. Nós estamos terminando de preparar uma relação dos que a gente acha que têm condições de reverter o voto (trecho transcrito da gravação da Reunião; grifos nossos).

A assessora não convocou os movimentos negro, de mulheres, LGBT, de skatistas, religiosos, de grafiteiros, etc. Ela chamou todos esses de *grupos sociais, grupos políticos*. O único grupo a ser chamado por sua denominação foi o de *juventudes partidárias*. Mas obviamente é importante considerar que o nosso sistema político e a constituição de seus Três Poderes funcionam por meio da função de mediação representativa dos partidos políticos e que, talvez, por esse motivo, recebam maior ênfase.

Ainda assim, embora o discurso tenha orientação democrática e plural quanto à participação das diversas juventudes, são os partidos políticos e o movimento estudantil – este ainda bastante entrelaçado com os primeiros em suas ideologias e formas de atuação – que assumem a comissão de frente das disputas e ações políticas.

A fala da presidenta do Conjuve demonstra essa percepção:

Mas a conjuntura também já tem se mostrado muito dinâmica. Se, por um lado, essa onda neoconservadora vai crescendo, tomando conta aí das redes, se espalhando pelas ruas, quando das 2 manifestações grandes e massivas que tiveram, também

sendo hegemônica no Congresso, eu acho que a gente também tem tido mínimas perspectivas, ainda com dificuldade pelo governo porque eu acho que o governo é a parte mais lenta e difícil de responder, infelizmente, porque a gente batalha aqui dentro para que seja mais dinâmica. Mas, *do ponto vista de alguns movimentos sociais, há no horizonte uma atuação de forma mais unitária, e eu quero aqui valorizar muito o trabalho que os movimentos em gerais têm feito nessa luta contra a redução da maioria penal. Porque não é fácil você sair, montar um acampamento, festivais contra a redução como estão acontecendo no Brasil inteiro, ocupações de praças, vigílias, ocupações aqui, a UNES e a UBES, o Amanhecer, as juventudes partidárias, produção de documento, interação com os parlamentares.* Porque eu acho que nesses 12 anos a gente nunca teve nada dessa monta, inclusive, no corpo a corpo mesmo com o Congresso (trecho transcrito da gravação da Reunião Ampliada da Mesa Diretora do Conjuve – 23/07/2015; grifos nossos).

O movimento estudantil e os partidos políticos permanecem exercendo liderança nos debates políticos e na organização de manifestações e pressões sobre o poder público. Outras juventudes também são envolvidas, mas são as juventudes organizadas tradicionais que se mantêm à frente das iniciativas.

Essa desigualdade de poder de influência e articulação tornou-se ainda mais evidente durante o painel sobre a avaliação da 3ª Conferência Nacional de Juventude que ocorreu durante o seminário *Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas* em março de 2016 em Brasília/DF. Tão evidente que quase conseguimos *tocar com as mãos* o tensionamento gerado.

Tornou-se um uma oportunidade muito especial poder presenciar tão de perto os embates de juventudes tradicionalmente organizadas *versus* outras juventudes. Sentimo-nos presenteados com a possibilidade de uma observação investigativa que propiciou fortes contribuições aos nossos pontos de análise.

A avaliação da 3ª Conferência Nacional de Juventude durante esse seminário já foi, logo de início, questionada por ter sido *encaixada* num evento de curta duração. As críticas trataram de defender que essa tarefa deveria ter acontecido logo após a Conferência, em momento exclusivo e extenso para tal, e não três meses após sua realização.

Mas o ponto alto da divergência ocorreu quando conselheiros dos movimentos LGBT, negro, de comunidades/povos tradicionais e de jovens com deficiência relataram situações de discriminação durante a Conferência em função do descaso e da falta de organização da comissão organizadora. Relatos sobre o descuido em não tratar as(os) transexuais por seus nomes sociais nas listas de inscrição, crachás, cartões de embarque aéreo, além de atitudes e comentários transfóbicos até mesmo de membros da comissão organizadora. Conselheiros dos movimentos negro e de comunidades e povos tradicionais criticaram a falta de passagens aéreas para os(as) delegados(as) eleitos(as) de seus coletivos

que já tinham sido confirmadas, mas que acabaram não sendo emitidas. Falta de alojamento e de alimentação para jovens que, em suas palavras, “já sofrem cotidianamente com as desigualdades raciais e socioeconômicas e tiveram que, mais uma vez, e agora num espaço de luta por direitos, enfrentar o descaso, a falta de informação e acolhimento”. Outros jovens saíram de suas longínquas comunidades e empreenderam esforços para chegar à Conferência, arcando com as despesas de combustível, mas que não obtiveram o reembolso prometido pela comissão organizadora. Jovens com deficiências auditivas e visuais que não contaram com os materiais da Conferência adaptados e tiveram que, assim como nos espaços sociais do dia-a-dia, lançar mão da solidariedade das pessoas que estavam próximas para lhes ajudar. Alguns grupos artísticos e culturais foram convidados para se apresentarem, mas não houve estrutura física que lhes permitissem. Além de não receberem os cachês prometidos, não puderam sequer realizar suas *performances*.

Num primeiro momento, o presidente do Conjuve – na ocasião já havia sido realizada a mudança de presidência do colegiado – e a representante da SNJ, condutores do painel sobre essa avaliação, mais ouviram do que dialogaram com as críticas. As respostas vieram, em sua maioria, dos(as) conselheiros(as) vinculados(as) a partidos políticos e ao movimento estudantil.

Ainda que alguns reconhecessem os erros e a legitimidade das críticas, todos(as), sem exceção, que pediram a palavra e fizeram uso do microfone, discursaram em nome de “questões maiores”, em nome do “contexto político nacional hostil à efetivação e conquista de direitos”, em nome da “unidade” porque os “adversários” são externos e não internos. É interessante observar que há até uma certa *padronização* no modo de articular a fala e na própria linguagem corporal, como se estivessem discursando em palanques, com todos os trejeitos dos *políticos de carreira*. Em contrapartida, os(as) representantes dos outros movimentos juvenis apresentavam uma oralidade que evocava aspectos mais *emocionais*.

A fala do conselheiro pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), filiado à UJS, evidencia a tentativa de diminuição das críticas colocadas:

Eu nem sei se me sinto decepcionado porque a gente vem para fazer um processo de avaliação da Conferência e *estou achando que a gente vai fazer um processo de avaliação da política da Conferência, das propostas. E o Conselho Nacional de Juventude, em sua maioria, apresenta um rol de reclamações sobre a estrutura. Assim, companheiros, desculpas, mas eu sei que vocês podem apresentar críticas melhores. Assim, muito fraternalmente, eu quero falar que um monte de vocês aqui que apresentou um monte de reclamações pequenas de estrutura e pouca coisa da política. Um monte de vocês! Um monte! Um monte! [...] Sabe, gente que pela primeira vez participa de evento grande e se depara com essas dificuldades que existem em todos e quaisquer eventos grandes. Não estou querendo com isso*

naturalizar os problemas. Agora, vir aqui, pegar o microfone e falar só isso, assim, sinceramente, *eu espero mais de um conselheiro nacional de juventude*. E aí estou fazendo uma provocação muito fraterna mesmo, sabe? Esse não é o melhor coletivo do Conjuve que a gente teve! Se o melhor coletivo que a gente teve do Conjuve é um coletivo que vem para cá e apresenta como avaliação *um monte de problemas estruturais, inclusive descontextualizados do momento nacional que a gente vive*, a gente está enrolado (fala transcrita da gravação do painel sobre a avaliação da 3ª Conferência Nacional de Juventude – 11/03/2016; grifos nossos).

Aos nossos olhos desvelou-se que, enquanto os primeiros estavam se sentindo desrespeitados no reconhecimento de suas diferenças e especificidades e denunciavam as contradições presentes justamente num espaço de reivindicação pelos direitos das juventudes, de debate e luta por políticas públicas que concretizem esses direitos, os segundos desconsideravam fortemente tais contradições. Embora, no fundo, soubessem que se tratava de um embate entre pautas dos movimentos *históricos* e dos *novos* movimentos sociais. Não por acaso muitos realizaram referências ao “equilíbrio entre o novo e o clássico”, à “síntese do novo com o velho”, à “união fraternal no lugar de uma relação interna fraticida”.

Com efeito, os dois movimentos apresentaram argumentos plausíveis no que se refere às propostas e reivindicações dos(as) jovens numa conferência de juventude. Ademais, no campo dos estudos sociológicos sobre juventudes, é importante levar em conta um

ponto de vista teórico-metodológico voltado para a compreensão das singularidades que constituem os jovens, sem deixar de levar em consideração o registro simultâneo dos processos globais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, os denominados tempos da globalização. [...] o pressuposto de base reside na ideia de um domínio teórico — a Sociologia — que tenta compreender como ocorrem os (des)encontros, conflitos e tensões em torno das relações de indivíduos ou grupos com o mundo social a partir de alguns protagonistas privilegiados, os jovens, pontas de iceberg dos dilemas sociais contemporâneos (SPOSITO, 2010, p. 101).

A representante da SNJ afirmou que “lutou-se contra tudo e contra todos” para que a Conferência fosse realizada e que os pedidos de reembolso já foram encaminhados e estão em via de efetivação. O presidente do Conjuve, por sua vez, ressaltou que a Conferência deve ser pensada como *ambiguidade* e ter as suas limitações levadas em conta num processo de avaliação. Sugeriu que os(as) conselheiros(as) realizassem a leitura do seu texto intitulado *O que resta da 3ª Conferência?*, disponível na página digital do evento.

3.5 Formas de financiamento das organizações participantes da pesquisa

Uma das questões investigadas pelo estudo foi a forma de acesso ao fundo público pelos coletivos, buscando compreender suas relações e negociações com o Estado e governos. Entendemos que esse ponto de investigação é relevante porque há uma confusão entre a luta pelo acesso ao fundo público em prol do desenvolvimento de políticas públicas de juventude e o acesso a financiamentos governamentais pelos coletivos que ocupam as cadeiras do Conjuve a fim de realizarem seus próprios trabalhos e atividades enquanto entidades organizadas com missões sociais e políticas a serem cumpridas.

O secretário de juventude da ONCB, por exemplo, ao ser convidado para colaborar com a pesquisa, nos informou por e-mail e, posteriormente, no início da entrevista concedida, que sua organização não recebe financiamentos governamentais para executar suas ações. Percebemos que houve uma atitude de autodefesa antes mesmo de aprofundarmos a aproximação com esse colaborador e de conhecermos o seu trabalho. Autodefesa no sentido de justificar que não buscaram se eleger ao Conjuve porque queriam se beneficiar de verbas públicas. Em suas palavras,

hoje a ONCB depende, única e exclusivamente, de recursos internacionais que quando os projetos são aprovados. E das filiadas que pagam uma taxa mensal que faz com que a ONCB sobreviva, porque tem um escritório executivo aqui em Brasília, e a sede em São Paulo.

A presidenta da UBES esclareceu suas fontes de recursos financeiros em entrevista, mas buscou se esquivar quando questionada sobre vínculos e proximidades com governos e governantes na ocasião de recebimentos de apoios e outros tipos de recursos.

A gente mantém a nossa instituição por conta do convênio das carteiras estudantis. O estudante para participar das nossas atividades não precisa ter carteira, a gente deixa isso bem claro. Mas é uma questão de identidade estudantil. Além de que em muitos lugares se garante direitos. Aqui em São Paulo, a carteira das entidades é a mesma carteira para poder pegar os transportes. Em Recife é assim. E agora mais recentemente uma nova lei de meia entrada, a gente tá ampliando os nossos canais, para poder atender o nosso público em geral. Além disso, para as nossas atividades específicas têm as captações que nós fazemos com os envolvidos nos setores educacionais, os interessados, as entidades do movimento social. Quando a gente vai fazer num determinado local, a gente pede apoio de governos e prefeituras para poder liberar os alojamentos, para poder liberar os lugares para fazer, algum tipo de estrutura, alimentação. Por exemplo, o último congresso da UBES ele contava com mais de 5 mil estudantes. Não dá para manter uma estrutura dessa por 4 dias do congresso sem nenhum tipo de incentivo (grifos nossos)

O presidente do CEMJ, por sua vez, não hesitou em afirmar que sua organização realiza parcerias com o poder público. Apesar de que, pela natureza não governamental sem fins lucrativos de sua organização – uma ONG – essa informação não causa estranheza dentro do contexto nacional de relações entre governos e entidades privadas na execução de políticas sociais.

Com relação ao nosso financiamento, a gente tem um processo de doação que a gente recebe. Boa parte das pessoas que doam são pessoas que recebem a nossa revista, e os nossos livros. A gente não vende nenhum livro, e a gente não vende a revista. São pessoas que são associadas à diretoria. [...] Agora tem pessoas que não se associam, mas recebem também. A gente chega a rodar em torno de 3 a 5 mil exemplares da revista, então é uma quantidade considerável. Dos livros, é pelo menos mil. E como a grande parte desses livros é feita vinculada com algum projeto que a gente está executando de parceria pública, a gente não pode vender. Só agora a segunda edição pode. Então, isso é uma forma da gente ter receita. A gente não consegue hoje ter uma receita vendendo livro, vendendo revista. A gente tem pensado, tem formulado, criar um e-commerce, mas é muito difícil para os movimentos sociais se financiarem sozinhos assim, hoje, dado a demanda que a gente tem trabalho. Para a gente se financiar, a gente talvez conseguiria se todo mundo ficasse só fazendo isso. E aí o resto que é o importante, a gente não faria. Então, isso talvez seja um dos elementos que nos atrapalham. A gente tem, o nosso funcionamento se dá hoje com parcerias com o poder público. Então um projeto, publicar um livro, fazer um estudo, só é possível hoje se a gente tiver uma parceria com o poder público. Não existe hoje, por mais que a gente já tenha procurado, formas de financiamento privado. Quando tem, está associado também a recurso público porque há alguma lei de incentivo. Então, na prática é dinheiro público, não é dinheiro privado. Mas que as pessoas pensam que não é dinheiro público. Quando alguém coloca a notinha lá dizendo ‘ó, eu vou ajudar essa instituição com a minha nota fiscal’, é dinheiro público que está indo para essa organização (grifos nossos).

A coordenadora de políticas públicas de juventude da UJS também demonstrou certo desvio em querer tratar abertamente dos vínculos com governos e governantes, especialmente quando estes pertencem ao seu partido – o PCdoB – ou à base de apoio do governo federal. Ainda assim, realizamos questionamentos com este fim. A entrevistada afirmou que a maior parte da renda da UJS advém da anuidade paga por seus militantes filiados. Sobre os apoios que recebem das prefeituras e governos para a realização de algumas de suas ações, ressaltou: “não pelo vínculo, não por ser da UJS, não por deixar de ser da UJS. Mas às vezes *pela justeza das atividades*” (grifo nosso).

O FONAJUNE, a partir do depoimento de seu coordenador nacional e regional do Pará, apontou as dificuldades de se obter financiamentos para as suas ações devido à sua falta de natureza jurídica, devido à falta de institucionalidade de um Fórum, de uma rede. Ao mesmo tempo, assinalou vantagens que essa organização do tipo mais horizontal pode adquirir.

Nós lançamos uma campanha em 2010 porque nós conseguimos, a partir de uma parceria com uma organização não governamental, um recurso que potencializou a maioria das ações do Fórum até 2012. E com isso a gente consegue se sustentar financeiramente dessa forma, a partir dos editais governamentais, principalmente, a partir da relação com as instituições governamentais, mas também com outras instituições e organizações parceiras que não necessariamente são governamentais, mas que acabam tendo recursos, inclusive, digamos, do governo e que podem estar repassando para outras organizações. [...] A avaliação que eu tenho é que a gente acaba tendo algumas dificuldades porque a gente depende de um orçamento institucional, institucionalizado, vamos dizer assim, de uma questão mais burocratizada de ter o órgão X ou a organização X que pode financiar. [...] Isso pode ser apontado como um prejuízo, sem dúvida nenhuma, para o Fórum de Juventude Negra, por conta dessa questão mais específica de que, tipo, você precisa ter um CNPJ, você precisa ter tais e tais coisas. E por esse motivo também nós levamos para discussão no Fórum que cabia a necessidade de um novo formato de editais dos governos e etc. Mas, para além disso, é importante realmente pontuar que a gente conseguiu avançar muito com relação à nossa organização de juventude. A segunda avaliação do ponto positivo é que: o fato de nós não termos um CNPJ, o fato de não sermos institucionalizados, também nos dá uma liberdade maior, vamos dizer assim, de poder transitar e de poder dialogar com várias frentes, tanto governamental, como de segmentos não governamentais, como de partidos políticos e etc. E isso acaba contribuindo para que essa horizontalidade da nossa organização funcione melhor. Porque existem pessoas dentro do Fórum, jovens dentro do Fórum, que constroem relações para dentro de várias outras organizações. E, assim, não há um problema com isso. É ao contrário, essa pluralidade é respeitada e a gente consegue avançar muito com relação a isso (grifos nossos).

Por fim, o assessor da área de missão da UMBrasil, apresentou as inúmeras fontes de renda de sua organização: desde as mensalidades de seus colégios particulares, que são revertidas para as suas obras sociais, e de duas universidades particulares, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná e a do Rio Grande do Sul, e seus hospitais universitários – além de hospitais que administram a partir de convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS) –, passando ainda pela propriedade de três editoras, de uma universidade compartilhada com outras congregações da igreja católica – a Universidade Católica de Brasília – e de meios de comunicação no município de Curitiba/PR, como o Grupo Lumen de rádio e TV.

De modo geral, observa-se um esforço dos coletivos ligados a partidos políticos em não vincular a filiação partidária aos financiamentos e formas de obtenção de recursos. Reduzem-se a apontar apoios de prefeituras sem declarar se há alianças partidárias ou, como num dos casos, se reconhece a obtenção de recursos públicos via aprovação de projetos.

Essa nebulosidade não se encontra nas outras organizações que não têm vínculos partidários: sinalizam abertamente que recebem financiamentos privados.

A peculiaridade reside no Fórum que, por não ter uma constituição jurídica, sofre dificuldades na captação recursos, embora se reconheça as vantagens da não institucionalidade tais como a maior horizontalidade de sua organização interna e o não atrelamento de suas pautas aos interesses dos financiadores.

A confusão de que tratamos no início também se relaciona com a forma pela qual as ações do poder público no âmbito das políticas sociais se encontra configurada no atual cenário nacional, questão que fica bastante evidente quando tratamos do campo da juventude. Isso significa que, na ausência de políticas públicas efetivas de juventude, o que temos são ações e programas governamentais destinados a algumas populações juvenis ou que envolvem segmentos populacionais juvenis. E quem são, em sua maioria, os executores dessas ações e programas? Ninguém mais que as ONGs, aquelas que pleiteiam e recebem financiamentos governamentais para concretizar suas atividades, seus trabalhos. Esse parece ser o cerne da confusão entre lutar pelo acesso ao fundo público para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude e acessar financiamentos governamentais para executar ações e programas do poder público.

3.6 Cultura política democrática e institucionalidade

Uma última questão a ser analisada é a relação entre a institucionalidade da Política Nacional de Juventude e a cultura política, mais especificamente, as dimensões de uma democracia participativa.

Para o presidente do CEMJ, a democracia participativa é uma arena de disputas na qual existem setores super-representados, mesmo que não se busque a reprodução das relações de poder da democracia representativa. Ela é importante, mas insuficiente, sendo necessários “espaços não institucionais da luta política”. Sendo assim, parece compreender que a democracia participativa é representativa e nela não cabem as manifestações de rua, por exemplo. Talvez essa percepção tenha relação com o vínculo partidário de sua organização, no qual democracia representativa e participativa se entrelaçam.

Nós não entendemos que a democracia participativa ela é suficiente para concretizar políticas públicas. A democracia participativa ela é uma arena de discussão que está em disputa, inclusive, em disputa com setores antagônicos. Ainda que ela não busque a reprodução das relações de poder que existem na democracia

representativa, ela existe, entendeu? Então, existem setores super-representados. Existem setores na democracia participativa que ainda assim exercem um poder importante e que veta mudanças mais profundas. Então, o nosso entendimento é que é muito importante espaços não institucionais da luta política. E aí vai um pouco da nossa elaboração, da nossa discussão sobre a jornada de junho, que a gente discutiu bastante. [...] O entendimento de que a democracia participativa ela é fundamental para implementação democrática, mas também é insuficiente e que pode haver um processo de simbiose entre a democracia participativa e os espaços não institucionais que criam tensões. O principal problema que a gente tem na democracia, não é nada novo esse entendimento, mas é a relação de como que os representados têm com a burocracia, por exemplo. Que é a discussão que tem nos conselhos. Então sempre existem argumentos técnicos para não se concretizar políticas públicas, sempre existem argumentos técnicos para sugerir inviabilidades. [...] É o entendimento de que existem mudanças mais profundas e que não vão partir do poder já estabelecido, não vão partir dos poderes limitados que a democracia representativa sugere, aponta. [...] De fato, a manifestação de rua ela cumpre vários papéis, entre estes, um papel educativo, um papel pedagógico de ensinar as pessoas, e essa jornada de junho propôs isso. [...] Agora assim, sejam manifestações de rua tradicionais, sejam manifestações via internet, sejam manifestações culturais, elas são formas que têm as suas limitações também. As suas limitações são o que? [...] Nas manifestações, por exemplo, as bandeiras que mais surgiam das que eram respeitáveis, [...] que também eram as que mais ecoavam, ainda que mudassem a forma de ser apresentada, estavam vinculadas à questão da saúde e educação. Então, quais foram as políticas públicas que foram concretizadas? [...] Na minha opinião, os principais resultados de políticas públicas que surgiram foram a redução das tarifas de ônibus, a aprovação do Estatuto da Juventude e o pré-sal para educação e para saúde. Então, percebe? Esse processo de manifestações ele tem a limitação de não conseguir materializar. [...] Mas pelo menos você volta as atenções para isso. O nível de radicalidade, não digo nem do ponto de vista das ações extremas, mas de radicalidade de quantas pessoas tinham nas ruas, do desejo que as pessoas tinham de mudar, de como isso alterou uma verdadeira opinião pública e não uma opinião publicada, demonstra que quando as atenções foram voltadas para questão da saúde e da educação, o Estado brasileiro e os espaços de democracia participativa tiveram que apresentar alguma alternativa. [...] Eu acho que se você consegue agir, se você consegue atuar de forma eficiente, de forma honesta da democracia participativa ela pode ter uma boa interação com esses espaços de tensão, até porque nesses espaços de democracia participativa, nessa arena, também existem setores super-representados, existe poder econômico lá dentro, existem poderes. [...] Então, se você tem manifestações, se você tem a sociedade tensionando para que isso aconteça, você dá conta de fazer. Eu acho que tem essa limitação e eu acho que podem ser suprimidas as limitações. Acho que pode ter uma simbiose legal. As manifestações de rua, as diferentes manifestações culturais, sociais, da sociedade suprimindo as deficiências da democracia participativa (grifos nossos).

Recentemente pudemos reencontrar esse colaborador de nosso estudo durante o seminário *Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e perspectivas* realizado em março de 2016 em Brasília/DF. Por meio de uma conversa informal a respeito da manifestação marcada para acontecer no dia 13 de março de 2016 e articulada por organizações da sociedade civil, grandes veículos midiáticos, partidos e atores políticos da oposição ao atual governo federal, pudemos verificar uma mudança em seu discurso que apresentava outros elementos no debate entre democracia representativa e democracia participativa. Realizou, inclusive, colocações para efeito de pontuar tanto a atual capacidade

de autoritarismo do parlamento brasileiro e a impotência da sociedade civil em seu enfrentamento quanto a relevância do potencial das manifestações de rua, seja para pressionar o poder público ou lhe servir de massa de manobra.

A secretária-executiva do Conjuve, por sua vez, demonstra clareza a respeito de uma cultura política “mais dura” e tradicional e uma intencionalidade positiva para a construção de uma *outra* cultura, mais abrangente, mais integrada com as linguagens juvenis e ferramentas digitais de comunicação. Contudo, como vimos, essa proposição se conflita com o aparato institucional existente.

Eu gosto muito das palavras desconstruir para construir e esse é o sentimento da 3ª Conferência Nacional de Juventude. *Estamos numa cultura política de duas conferências que tiveram muitos avanços, no ponto de vista desses 10 anos de políticas públicas para juventude, construíram culturas de participação ainda nos moldes tradicionais, molde tradicional para delegados, molde tradicional para conferências estaduais, municipais e nacional que o saldo da construção fosse resoluções duras, do ponto de vista de não dialogar com uma parcela grande da juventude que não está nessa sala.* Temos de fazer uma reflexão de que o Conjuve organiza, constrói do ponto de vista de chegar a quem não está aqui e não tem disposição nenhuma de chegar, de participar, não tem disposição para participar dessa política dura, dessa política que a gente organiza e que nós precisamos desconstruir. *Pois nós somos jovens e temos a condição de construir novas culturas políticas. Essa ideia de alcançar uma parcela da juventude que não está organizada nos movimentos tradicionais é fundamental. Para disputar, uma correlação de forças que organiza essa parcela da política pública que é necessária, mas também para aprender com a parcela da juventude que já organiza ações e disputas sociais mas não está nesse molde, não está no molde do Conselho, não está no molde do movimento estudantil, não está no molde das juventudes partidárias, não está nem nos moldes do que a gente acha que é o mais avançado que são as redes. [...] Como a gente organiza outra forma de falar sobre reforma política, porque uma boa parcela da população não entende, que não entende esse modo, mas entende que não tem uma representação negra, uma representação indígena, de mulheres, novas formas de organização da política. São desafios que sempre nos colocam medo, mas não devemos ter medo de ousar, de compreender que fazer cultura, fazer arte, é fazer política. No momento que estivermos construindo um show, uma amostra, nós estaremos construindo diretrizes para atualizar o Plano Nacional de Juventude, para fomentar que nos municípios e nos estados tenham planos municipais e estaduais de juventude, para conseguir criar mecanismos de formulação desse fundo de juventude [...] O saldo dessa conferência vai ser muito mais que um caderno de textos, planilhas do Plano Nacional de Juventude, vamos ter muitos saldos, teremos uma nova forma de nos relacionar com a juventude através desse aspecto digital, vamos ter novas redes sendo potencializadas, sendo criadas através de mobilização dessa Conferência e cabe a nós aqui do Conselho disputar esses espaços, disputar essas novas narrativas, em que pese esse Conselho nessa última gestão ter representado cada dia mais essa conformação da juventude, nós ainda somos uma parcela da juventude, nós não temos a totalidade da representatividade e nós precisamos alcançar e não necessariamente essa parcela vai estar na próxima eleições do Conselho, não necessariamente precisam estar nos Comitês Gestores, mas precisam ser ativadas para construir junto conosco, com essa nova plataforma de política de juventude (Ata da 39ª Reunião Ordinária do Conjuve – 25 a 27/02/2015; grifos nossos).*

Se por um lado contamos com uma crise de credibilidade, eficiência e eficácia do aparato institucional da nossa jovem democracia, por outro também devemos considerar a fragilidade da nossa formação para uma cultura democrática. As gestões do governo federal dos últimos 14 anos talvez tenham impulsionado a emergência de uma nova classe trabalhadora que não vivenciou o enfrentamento a uma ditadura civil-militar nem a luta organizada de forma clássica, e que se inseriu num mercado de trabalho pautado pelos ditames do projeto neoliberal (CHAUÍ, 2016). Assim como não incidiram no incremento da consciência crítica das classes médias – e mesmo em questões materiais de suas realidades, como a melhoria dos serviços públicos. Esse contexto de *mercadificação* (HARVEY, 2008) do bem-estar social contribuiu para que essas classes sociais se formassem muito mais numa perspectiva consumidora do que cidadã. Nesse sentido, valores como o consumo, empreendedorismo e prosperidade conformaram-se muito mais profunda e rapidamente do que os valores de solidariedade, de respeito às diferenças, de justiça social. Em contrapartida, se há ressurgimento de posturas antidemocráticas, conservadoras e até reacionárias, ele está podendo acontecer porque se vive um regime democrático.

Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contra-poderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria práxis (CHAUÍ, 2008, p. 69).

Quanto à participação dos(as) jovens numa e por uma cultura política democrática, vale apontar que a sua intensidade e qualidade reside muito mais em suas capacidades de influenciar decisões do que em quais e quantos espaços e processos políticos podem fazer parte (CARRANO, 2012). As possibilidades de influência da participação juvenil nas decisões também dependem de uma qualificação técnica e política, cuja responsabilidade os sujeitos adultos devem tomar para si. Por outro lado, essa mesma qualificação pode restringir participações plurais essenciais para a convivência democrática e para a construção de consensos possíveis em espaços públicos de conflitos, de argumentação e negociação. Pode também dificultar propostas diferentes e inovadoras elaboradas pelos(as) jovens e, com isso, empreender uma participação juvenil frágil e de baixo impacto nas decisões. Afinal,

do ponto de vista democrático, [...] a sociedade não pode ser encarada como um conjunto de regras permanentemente instituídas que devem ser seguidas pelas novas gerações, mas como cultura que se coloca em movimento pela interação entre os

sujeitos que participam da vida social e são capazes de modificar as regras que herdam das gerações precedentes (CARRANO, 2012, p. 88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da constituição de um Fundo Nacional de Juventude ou de orçamento específico para a efetivação de políticas públicas de juventude encontra-se no plano discursivo dos atores políticos do Conjuve. Não existe um debate político e institucional consistente e uma proposta estruturada a respeito das fontes de financiamento e de sua gestão.

De um lado, encontra-se um discurso frágil e sem rebatimento na prática efetiva do Conselho. De outro, o dilema entre reconhecer que inexistente iniciativa concreta governamental na direção da criação de um fundo e/ou de ferramentas que garantam o acesso ao financiamento público e a defesa de um governo em função da participação e composição de sua base de apoio.

Ao mesmo tempo, os atores políticos apresentam a compreensão de que as políticas públicas de juventude são transversais e devem estar contempladas em todas as pastas do poder executivo. A defesa tanto pode trazer centralidade a elas como pode dispersá-las, deixando-as sem lugar claro e sem financiamento. Em suma, sem existência.

Uma saída talvez esteja em formular e implementar inovações sociopolíticas que constituam tanto um fundo específico para as políticas de juventude quanto a efetivação da intersectorialidade dessas políticas, garantindo os direitos sociais básicos dos(as) jovens e suas demandas por experimentações, expressões culturais, lazer.

Há uma falta de clareza das funções do Conselho e da Secretaria Nacional de Juventude que geram ambiguidades sobre quem aconselha, quem propõe, quem delibera, quem executa. Algumas ausências de competências atribuídas ao Conselho – que é consultivo e não deliberativo – em seu regimento interno fragilizam sua capacidade propositiva, com destaque para a proposição de matérias orçamentárias. Fragilizam, dessa forma, a possibilidade de transformar o discurso sobre o acesso ao fundo público em acesso de fato.

Outra ambiguidade reside na luta pelo recurso público em prol do desenvolvimento de políticas públicas de juventude e o acesso a financiamentos governamentais pelos coletivos que ocupam as cadeiras do Conjuve, a fim de realizarem seus próprios trabalhos como entidades organizadas, com missões sociopolíticas a serem cumpridas. Paradoxalmente, na ausência de políticas públicas efetivas de juventude, o que

temos são ações e programas governamentais destinados a algumas populações juvenis ou que envolvem segmentos populacionais juvenis executados por organizações que pleiteiam e recebem financiamentos governamentais para as suas atividades.

Coexistem, na realidade da juventude brasileira, demandas por redistribuição de renda e demandas por reconhecimento de identidades/existências, uma vez que questões históricas não resolvidas no país se somam a novas problemáticas sociais. Uma política nacional de juventude, portanto, necessita considerar tanto políticas universalizantes quanto políticas em torno de temáticas específicas.

Embora o discurso dos atores políticos tenha orientação democrática e plural quanto à participação das diversas juventudes na proposição de políticas públicas de juventude, são os partidos políticos e o movimento estudantil que assumem a linha de frente de ações e debates políticos.

Quando nos propusemos a investigar as formas de articulação de organizações e movimentos de juventude no Brasil pelo acesso ao fundo público e a concretização de políticas públicas de juventude, não imaginávamos a intensidade da influência que os partidos políticos ainda exercem nas movimentações de atores políticos que atuam no campo dos direitos dos(as) jovens.

Se, por um lado, nos deparamos com articulações de natureza corporativista e com uma estrutura institucional que exige uma certa vinculação partidária, de outro, temos uma proposição de contemplar os direitos e demandas de outras juventudes que se esbarra nessa institucionalidade estabelecida e que, portanto, permanece no campo discursivo. De qualquer forma, o que está em jogo não é o debate e a disputa pelo acesso ao fundo público em prol de uma política nacional de juventude, mas configurações e discursos políticos que buscam a formação de quadros para a política institucional.

Ainda assim, simplesmente desqualificar e recusar o aparato institucional, seja em nome das diversas juventudes não organizadas, seja em prol do combate à corrupção e ao patrimonialismo enraizado na política brasileira, não parece ser o caminho mais acertado. A revitalização de uma cultura política democrática que transcenda o plano discursivo é uma via possível e o papel das instituições como a escola, por exemplo, e dos mais diversos espaços não escolares torna-se fundamental para a socialização e formação políticas dos(as) jovens.

Estejamos atentos como cidadãos e também pesquisadores para os sinais, demandas, impasses, movimentos e expressividades juvenis e dispostos ao diálogo intergeracional. Este é um caminho para que possamos colaborar com a continuidade e o aprimoramento do jogo democrático que não pode ocorrer sem a

radicalização dos processos de participação social e política. E, sob nenhuma hipótese, pode prescindir do diálogo com as novas gerações (CARRANO, 2012, p. 96)

A revitalização de uma cultura política democrática é uma possibilidade de transformar o discurso pelo acesso ao fundo público e pela existência de políticas públicas de juventude no Brasil em realidade efetiva.

A vivência de *tempos sombrios* devido a uma crise de credibilidade, eficiência e eficácia do aparato institucional da nossa jovem democracia e ao recrudescimento de discursos e posturas (neo)conservadores e reacionários no âmbito das relações sociais exige um enfrentamento com essas duas linhas de ação: a) a luta pela reforma política e do sistema eleitoral-representativo brasileiro; b) o desenvolvimento de uma nova educação que assuma o compromisso de desenvolver nos(as) jovens um certo grau de maturidade intelectual e prática, e a autonomia de se autoconduzir e de ter iniciativa própria, inserindo-os na vida social (GRAMSCI, 2001). Uma educação que promova, desde cedo, o acesso a aspectos culturais gerais e políticos e ao exercício da solidariedade, da justiça e da cultura democrática. No contexto de uma sociedade altamente informacional e tecnológica, a democratização dos diversos meios de comunicação também se torna uma exigência.

O que se pretende não é a recusa e a permanente desqualificação do aparato institucional. A construção dessa estrutura em torno da juventude no Brasil dos últimos tempos – e o Conselho Nacional de Juventude faz parte dela – foi um avanço, mas é preciso torná-la potente para a disputa pelo fundo público, para a luta pelos direitos da cidadania que se efetivarão com as políticas sociais. No interior destas, precisa haver uma ampliação para além do tripé da seguridade social brasileira – saúde, assistência e previdência –, incluindo a educação, o transporte público para a livre circulação, o lazer, a cultura. Os embates políticos que temos vivenciado nacional e internacionalmente também passam pela luta de classes – pois a igualdade entre todos(as) está prevista em lei, mas é necessário acionar outros direitos para que ela se efetive –, pela sociedade civil como arena de disputas, mas também, no âmbito do Estado, pela sociedade política. O que se pretende é a radicalização da democracia, a ampliação e a qualificação da participação nas estruturas institucionais, tensionando e alargando o caminho das políticas sociais e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Juventude e Integração Sul-Americana**: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional Brasil. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, 2007.

ALBUQUERQUE, Alexandre A. **Juventude, Educação e Participação Política**: estudo de caso sobre a participação de estudantes do ensino médio do CAIC Raimundo Gomes de Carvalho no Orçamento Participativo de Fortaleza. 2011, 108 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

ALMEIDA, Renato Souza de. **Juventude e Participação**: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo. 2009, 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AMARAL, Francisco et al. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: SNJ, 2013.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. **Sociologie et Sociétés**. vol. XXVIII, n. 1, 1996, p. 13-22.

_____. Rapports de générations: transferts intrafamiliaux et dynamique macrosociale. **Revue Française de Sociologie**. Octo-décembre 2000, 45-4, p. 643-684.

BARRETO, Carla A. **A Política Nacional de Juventude**: assistencialismo ou inovação? 2012, 148 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

BATISTA, Wilson R. **Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas de Juventude**: a atuação da Patrulha Juvenil de Garça. 2009, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

BOTELHO, Marjorie de A. **A Ação Coletiva dos Estudantes Secundaristas**: Passe Livre na cidade do Rio De Janeiro. 2006, 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Guia das Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: SNJ, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 12 de ago. 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. COMITÊ INTERMINISTERIAL DA POLÍTICA DE JUVENTUDE. **Minuta de Decreto de Regulamentação do Sistema Nacional de Juventude instituído pelo Título II da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude)**. Brasília, 2014a.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ, 2014b.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Estação Juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014c.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA GERAL. **Mapa do Encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015a.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA GERAL. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015b.

CANDOTTI, Fábio M. **Em Defesa da Juventude**: a participação como meio de governo. 2011, 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. **Democracia Viva**, n. 30, Jan./Mar. 2006, p. 2-5.

_____. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano XV, n. 27, 2012, p. 83-100.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASAL, Joaquim; MERINO, Rafael; GARCIA, Maribel. Pasado y futuro del estudio sobre la transición de los jóvenes. **Papers Sociologia**, 2011, 96/4, p. 1139-1162.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. 9. ed. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTRO, Lúcia R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, Jun. 2008.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando Mitos**: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. **Cultura y Emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, ano 1, n. 1, Buenos Aires, CLACSO, Jun. 2008, p. 53-76.

_____. A lei antiterrorismo e a criminalização de movimentos sociais. In: Segundo Encontro do Coletivo Em Defesa dos Direitos Conquistados, 2016, São Paulo: USP.

CINTRA, André; MARQUES, Raisa. **UBES: uma rebeldia consequente**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

CLEMENTINO, Josbertini. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. Brasília: SNJ, 2011.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 160-179.

COMITÊ INTERMINISTERIAL DA POLÍTICA DE JUVENTUDE. **Resumo Executivo Reunião Extraordinária Coijuv 19/12/2013**.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pacto pela Juventude**. Brasília: Conjuve, 2012.

CUNHA, Patricia R. C. da. **Democracia, Participação e Cultura Política da Juventude Brasileira: uma percepção da Política Pública de Juventude**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DUBET, François. **La Galère: jeunes en survie**. Paris: Fayard, 1987.

_____. La jeunesse est une épreuve. In: DUBET, F., GALLAND, O., DESCHAVANNE, É. Comprendre Le Jeunes. **Revue de Philosophie et de Sciences Sociales**. n. 5, p. 275-291, Oct. 2004.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 (especial), p. 1105-1128, Out. 2007.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas: SP, Autores Associados, 1995.

_____. **Participação é Conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DONATO, Cassia. **Plano Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

DRAIBE, Sônia. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 27-64.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

FEIXA, Carles. **De Jóvenes, Bandas y Tribus.** 3. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

FERNANDES, Rubem C. **Privado Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Vitor. Cenas Juvenis, Políticas de Resistência e Artes de Existência. **Trajectos.** n. 16, p. 111-120, 2010.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORACCHI, Marialice. **A Juventude na Sociedade Moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo,** São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FREITAS, Maria V. (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007.** Brasília, DF/SãoPaulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova,** n. 83, 2011, p. 145-178.

FURIATI, Nídia. **Juventude e Estado no Brasil**: a lógica constitutiva do Conselho Nacional de Juventude no governo Lula. 2010, 356 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

GAMBOA, Silvio. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José; GAMBOA, Silvio. (Orgs.) **Pesquisa Educacional**: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 83-108.

GOHN, Maria da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, Lucilene F. **Políticas Públicas para a Juventude**: a participação do jovem em sua construção. 2012, 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Mauricio. **Formulação de Políticas Públicas para Juventude em Contexto de Globalização**. 2012, 214 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

JUVENTUDE.BR. São Paulo: CEMJ, Jun. 2010. Ano 5. N. 9. ISSN 1809-9564.

KEIL, Ivete M. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na *polis*? In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 17-48.

LABREA, Valéria; VOMMARO, Pablo (Orgs.). **Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe**. Escola Regional Most Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2014.

LICO, Fátima M. C. **Juventude, Violência e Ação Coletiva**. 2009, 349 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, Roseli E. **Cidadania, Políticas Públicas e Terapia Ocupacional no Contexto das Ações de Saúde Mental e Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência no Município de São Paulo**. 1999, 548 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Cidadania, Direitos e Terapia Ocupacional Social. In: **Conferência da Prova de Erudição do Concurso Público para o Cargo de Professor Titular na Área de Terapia Ocupacional, Subárea de Terapia Ocupacional Social - Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos**, 2012, São Carlos: UFSCar.

MACHADO, Amanda S. **Juventude, Reconhecimento e Justiça Social nas Agendas de Políticas Públicas do Brasil**. 2011, 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MALFITANO, Ana P. S.; JORGE, Marina; LOPES, Roseli E. **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: pesquisas em saúde no período de 1987-2010. Projeto de Pesquisa. Laboratório METUIA/ Universidade Federal de São Carlos/CNPq: São Carlos, 2013.

MALFITANO, Ana P. S. et al. **Observatório da(s) Juventude(s) da Universidade Federal de São Carlos**. Projeto de Extensão. Laboratório METUIA/ Pró-Reitoria de Extensão/Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2014.

MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia; PRADO, Marco Aurélio (Orgs.). **Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

_____. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.18, n. 2, Abr./Jun. 2013, p. 343-350.

MELO, Wagna M. C. de. **Políticas Públicas de Emprego para População Jovem no Brasil no Período Neoliberal: gênese, desenvolvimento e perspectivas**. 2012, 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal Do Maranhão, São Luís.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, mai/jun/jul/ago 1997, n. 6 set/out/nov/dez 1997, p. 134-150, edição especial.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOLIN, Fabio Dal. **Redes Sociais e Micropolíticas da Juventude**. 2007, 220 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, mai/jun/jul/ago 1997, n. 6 set/out/nov/dez 1997, p. 151-166, edição especial.

NEGRÃO, João. **Para Conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, Jan./Mar. 2015, p. 121-142.

NOVAES, Regina R. Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena; FREITAS, Maria; SPOSITO, Marília. (Org.). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 46-69.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Lisboa: Ambar, 2001.

_____. **Culturas Juvenis**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PISTORI, Edson C. **A Geografia das Políticas de Juventude no Brasil**: uma proposta de sistema nacional de juventude. 2012, 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, Jun. 2004, p. 3-16.

PONTUAL, Pedro. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, Maria V.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. p. 97-119.

RAMOS, Silvia; NOVAES, Regina. **Políticas Públicas de Juventude**: como anda o Brasil? 2010.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juvenis**. Formas políticas del desencanto. México: Siglo Veintiuno, 2012.

ROCHA, Heber S. **Juventude e Políticas Públicas**: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no governo Lula. 2012, 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SANTOS, Georgia P. G. dos. **A(s) Juventude(s) e a Construção das Políticas Públicas no Brasil**: avanços e perspectivas. 2011, 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Balço da Gestão 2011-2014**. Brasília: SNJ, 2014.

SEVERO, Mirlene F. S. W. **Levante Sua Bandeira! O Estatuto da Juventude no Brasil: teoria e prática no contexto juvenil (2004-2011)**. 2012, 130 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

SHERER-WARREN, Ilse. Das ações coletivas às redes de movimentos sociais. In: SHERER-WARREN, Ilse et al. **Controle Público e Democracia**. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

SILVA, Roselani M. S. da. **A Política Nacional de Juventude e o Desafio de Promover a Participação: um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do Senac Pelotas**. 2011, 124 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica De Pelotas, Pelotas.

SILVA, Enid; BOTELHO, Rosana (Orgs.). **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

SILVA, Enid; MACEDO, Débora. O Conselho Nacional de Juventude e a participação social dos jovens no ciclo de políticas públicas. In: SILVA, Enid; BOTELHO, Rosana (Orgs.). **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 17- 48.

SOARES, Renata. **Juventude, Juventudes: construção da política municipal para jovens de São Lourenço – MG**. 2012, 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

SOUSA, Janice T. P de. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.

SOUZA, Carmem Z. V. G. **Jovens e Participação: a experiência da ONG Trilha Cidadã no Consórcio Social da Juventude**. 2009, 110 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre Juventude em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, mai/jun/jul/ago 1997, n. 6 set/out/nov/dez 1997, p. 37-52.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria V.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. p. 57-75.

_____. (Coord.). **Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudos de ações dos poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

_____. (Coord.). **O Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** Vol. 1 e 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

_____. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 93-104, 2010.

_____. **Sociologia da Juventude e Educação**, 11 de mar. a 03 de jun. 2014. Notas de aula.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes.** Brasília: Unesco, 2004.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ/REVAN, 1998.

WAISELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

WINK, Ingrid. **Cidade Educadora e Juventudes: as políticas públicas e a participação dos jovens na cidade de Gravataí – RS.** 2011, 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

APÊNDICE A

		
REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE		
Pauta: Assuntos diversos	Data: 25 a 27/02/2015	Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude		

RESUMO-EXECUTIVO

Participantes:

Nome	Órgão
Ângela Cristina Santos Guimarães	Presidenta do CONJUVE
Tâmara Caroline Almeida Terso	Secretário-Executivo CONJUVE
Daniel Santos Souza	Vice-Presidente CONJUVE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa	Mesa diretora CAPP
João Carlos de Paula	Mesa diretora CAD
Lúcio Domingues Centeno	Mesa diretora CAD
Rodrigo Melo Mesquita	Mesa diretora PARLAMENTO
Rúbia Carmita do Nascimento	Mesa diretora COMUNICAÇÃO
Bruno Ramos	Conselheiro
Ademir Mota da Silva	Conselheiro
Maria José Morais Costa	Conselheiro
Francisco Auri Alves Júnior	Conselheiro
Jucimara Meotti Araldi	Conselheiro
Lúcio Domingues Centeno	Conselheiro
Marceone Rodrigues Oliveira	Conselheiro
Macelo Marigliani	Conselheiro
Giovanny Kley Silva Trindade	Conselheiro
Walmyr Gonçalves da Silva Junior	Conselheiro
Daiany de Jesus Macedo da Silva	Conselheiro
Patrique Xavier de Lima	Conselheiro
Clareana Silva Dias da Silva	Conselheiro
Maria das Neves de Sá Macêdo Filha	Conselheiro
Andreia Luciane de Oliveira Duavy	Conselheiro
Lucas de Lima Castioni	Conselheiro
Vinícius Alves da Silva	Conselheiro
Dediane Souza	Conselheiro

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

Arcilon Alves da Rocha Júnior	Conselheiro
Walmyr Gonçalves da Silva Junior	Conselheiro
Priscila Rodrigues Manso	Conselheiro
Manuela Braga Mendes	Conselheiro
Dione do Nascimento	Conselheiro
Edel de Nazaré	Conselheiro
Isadora Bispo	Conselheiro
Jéssica Lein Prado	Conselheiro
Samuel Rodrigues Lopes	Conselheiro
Virgilio Peixoto Pedrosa	Conselheiro
Pedro Henrique Cavalcante	Conselheiro
Marcus Vinícius Barão Rocha	Conselheiro
Marcos Silva	Conselheiro
Weldes Bezerra de Medeiros	Conselheiro
Miguel Paolino	Conselheiro
João Carlos de Paula	Conselheiro
Luana Rodrigues da Silva	Conselheiro
Willian Ferreira Cunha	Conselheiro
Lucas Vieira dos Santos	Conselheiro
Paulo Roberto dos Santos	Conselheiro
Adrielle Saldanha Clive	Conselheiro
Gilmara Santos da Cunha	Conselheiro
Pablo Rogers Dias Ferreira Brandão	Conselheiro
Rodrigo Melo Mesquita	Conselheiro
Sandro Cipriano Pereira	Conselheiro
Carlos Henrique Bem Gonçalves	Conselheiro
Vitor Machel Santos Severino	Conselheiro
Priscila Estevão da Cunha	Conselheiro
Danielle da Silva Santa	Conselheiro

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

Morgana Lickteneld Boostel	Conselheiro
Wellington Ferreira da Silva	Conselheiro
Marcelo Teixeira de Moraes	Conselheiro
Délio Firmino	Conselheiro
Eryka Danyelle Silva Galindo	Conselheiro
Rafael Matias	Conselheiro
Alfredo Santana	Conselheiro
Sérgio Gonçalves	Conselheiro
Eduardo Evangelista	Conselheiro
Élida Miranda	Conselheiro
Leila Taeko Jin Brandão	Poder Público
Priscila Fernandes do Prado Neto	Poder Público
Cintia Santana Pires de Saboia	Poder Público
Marccella Lopes Berte	Poder Público

PAUTA
DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2015

- Daniele** – Bom dia a todos e todas, sobre essa questão da Conferência, nós falamos rapidamente ontem na CAPP, quer dizer, razoavelmente rápido e um dos questionamentos colocados pela Sociedade Civil é que nos queremos conferir na Conferência os resultados das Políticas Públicas, nós queremos que nesse processo de conferência, nós teremos um balanço agora no início para já apresentar para quem tiver tanto no processo virtual quanto no processo presencial que possa avaliar o que se tem o que avançou e para onde é que nós vamos agora. Para que possam propor a partir daquilo que o governo já tem. No momento que nós fomos fazer a relatoria, a gente vai aprofundar um pouco mais esse debate. E aí eu queria colocar outra coisa resultado da última reunião da CAPP e que nós fizemos uma visita ao Projovem Prisional. Uma das demandas foi a participação dos jovens tanto que participam do Projovem quanto os que estão hoje em regime fechado ou passando por medida sócio-educativa querem também participar desse debate, querem também participar da Conferência, mas não têm a possibilidade de ir até esse espaço. O Marcelo fez um relato que na Conferência anterior tentou se fazer isso, consultar o jovem que estava em regime fechado com uma dificuldade de participação do jovem e quem acabou

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

participando mais foram os professores e monitores do projeto e não realmente os jovens que estavam vivendo isso. Sobre a metodologia que foi apresentada, eu queria entender um pouco melhor essa história da rede de beneficiários dos programas do governo federal, porque hoje eu faço da Recid, eu faço parte da juventude do Recid, que é a Rede de Educação Cidadã, que é uma rede que foi articulada no início pelo Programa que antes era o Fome Zero, não tinha um nome antes e depois virou Fome Zero e hoje é o Brasil Sem Miséria, que é justamente uma rede que trabalha com pessoas que são beneficiárias de alguns programas do Governo Federal, principalmente estão dentro do bojo do Brasil Sem Miséria e aí eu queria ver como é que faz esse diálogo, pois já temos uma movimentação da juventude do Recid, atualmente a juventude mais organizada do Pará, nós tivemos o nosso último encontro estadual, agora no final do ano passado, nós estamos caminhando para que esse ano, nós tenhamos o encontro regional amazônico, inclusive no estado do Pará, da juventude da Recid. E aí eu queria entender melhor, vai se formar novas redes? Tem também a rede do juventude viva, que também formou uma rede, dois movimentos sociais em relação a questão do programa. Em relação a tiragem de delegados virtuais, eu acho muito interessante esta proposta, já teve na última Conferência, tivemos as dificuldades, mas nós temos um problema nesse processo de tiragem de delegados, dependendo do método, pode ser um método muito falho. Porque assim como a Rede pode ter bons frutos como foi esse processo do Xingu, na área dos pataxós, nós também podemos ter os malefícios da Rede, que são pessoas que se utilizam da Rede para fazer coisas negativas ou o próprio processo do coleguismo, aquilo de lá vai lá, põe minha proposta. A pessoa nem sabe o que é, mas vai lá e apoia por coleguismo, eu creio que a gente precisa buscar mecanismos para qualificar esse processo. Eu peço que para discutir essa questão da participação virtual é importante dialogar com as organizações de blogueiros, inclusive tem encontros presenciais e as outras organizações que estão na rede. Nós temos várias redes virtuais nacionais que trabalham com a difusão de informação. E eu peço também que é importante chamar quem participa dessas redes virtuais para fazer esse debate da participação através das redes.

- **Daniel Gaspar** – Justamente porque eu acho que não era o meu papel apresentar uma metodologia toda concreta aqui para vocês, porque o Conselho Nacional de Juventude tem um papel muito importante na formulação da metodologia, a comissão organizadora que for formada vai obviamente, pode mudar isso tudo, inclusive se quiser, por isso eu não apresentei um pacote completo, é agora eu acho que a gente tem de pensar nesses mecanismos de compromisso de estado. Eu acho que o Plano Nacional é um mecanismo concreto, com diretrizes e metas. Eu coloco o seguinte diante da experiência da Conferência de Juventude rural, que eles não conseguiram fazer o plano, tiveram dificuldade, conseguiram, mas com dificuldade. A experiência da comissão organizadora houve dificuldade em fazer, ou você não está, eu mesmo teria dificuldade em fazer elaborar um plano, quando você não está envolvido diretamente na s políticas públicas, para se diferenciar o que é diretrizes, o que é meta, o que é

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

uma deliberação mais política e tal, isso tem de ser combinado, o estado também tem de ter, o município a gente tem de incentivar para que sai os planos municipais. Outra coisa que compromete o estado, consulta, essa coisa de jovem beneficiário, eu vou entrar mais no jovem beneficiário, mas isso é uma forma de comprometer o estado. O jovem beneficiário de políticas públicas vai lá discutir, vai falar qual é o problema específico do programa dele. Então isso é uma forma de produto de conferência do compromisso pro estado. Isadora, sobre as consultas, vão ter consultas, sim, a gente pretende manter essas consultas, a gente quer aperfeiçoar, não sei como foi nessa última conferência, mas pelo relatório que eu li, teve pouca consulta, teve pouca, teve pouca. Eu acho que essa experiência do Pop, o Pop pode ajudar muito a fazer esse tipo de consulta, a chegar. Eu estou com uma conversa com o Ministério das Comunicações que eles nos ajudam a mapear inclusive digitalmente onde tem internet, onde não tem em quilombolas, comunidades tradicionais, eles conseguem mapear, eles estão fazendo um mapeamento pra gente, vão nos fornecer todo o suporte de mobilização e tal. Agora essa é uma estratégia que a gente tem de pensar muito bem na comissão organizadora, é uma preocupação importante, é um desafio, como envolver mais. Pelo contrário, não que não tá, a gente tá com um desafio de como envolver mais, como usar esta metodologia para chegar mais nas pessoas. Daniele, eu acho ótimo essa ideia, a gente pode incorporar essa ideia de fazer conferência das políticas públicas, sobre os jovens...

- **Daniel Gaspar:** sobre jovens beneficiários pede para aproveitar sobre as deixas que já existem, ainda não se entrou em diálogo com os Ministérios ainda. Mas pode-se ajudar esses beneficiários a se articularem ainda mais, aproveitar essas redes, chamar mais gente para as redes e os Ministérios podem nos auxiliar. Sugere que e onde não há rede, criá-la para promover o diálogo para fazer a consulta sobre política pública e ver o que tem de ser aperfeiçoado.
- **Daniele:** Em relação às comunidades tradicionais, interessante conversar com a Seppir que tem um programa de inclusão digital, pois com essa aproximação com a Seppir dá para ter esse mapeamento e incluir esses jovens.
- **Isadora:** Eu participei do primeiro mapeamento e foi uma surpresa em saber que não foi tão efetiva a participação, mas há um anseio e uma cobrança das comunidades referente a isso. Talvez não esteja usando a melhor estratégia, porém há vários órgãos parceiros que ela colocou, a Seppir, a Palmares também se coloca junto e é parceira.
- **Daniel Gaspar:** Cita um documento, nota técnica da Secretaria-Geral de 2012 que fala que as comissões organizadoras têm de criar estratégias para mobilização diversas, precisamos aprofundar mais a questão, incluir a questão prisional e de jovens cumprindo medidas sócio-educativas. Apesar de ter tido na 2ª Conferência, a ideia é uma estratégia diferenciada para atingir esses jovens, isso depende muito do diálogo do governo do estado para conseguir ter acesso
- **Danielle:** Acredito que a primeira via é o Projovem Prisional.
- **Poppi:** Queremos que as outras redes que não são digitais possam apropriar. Quais são alguns cuidados que podemos ter em relação a isso. Lembrando que quando se dá um

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

passo como esse, teremos novos problemas. Na atual forma de fazer, as eleições pura e simplesmente nas etapas ordinárias, a gente tem uma série de vantagens, por exemplo, presença física das pessoas fazendo o debate político, mas tem uma série de desvantagens também. No ambiente virtual vai ser a mesma coisa, vai ter muita gente nova entrando no processo, pessoas que não estão participando das etapas ordinárias, a salvaguarda seriam as cotas, começar a fazer que essa inclusão aconteça de forma mais distribuída que a meio digital não vai ser instrumentalizado por um tipo de específico de ator político ou de grupo. Ao mesmo tempo, a gente consegue compor uma parte dos delegados na etapa ordinária e presencial e a outra parte vinda desse novo processo, a gente consegue compor na etapa nacional uma característica diferente de eleição que vai até nos permitir aprender com isso. Ir com cuidado, com salvaguardas e nós vamos descobrir novos problemas, mas fazendo com cuidado vamos ter mais benefícios que novos problemas que vamos descobrir e teremos que lidar com eles nas próximas conferências.

- **Maria** – UBM: Relata sobre o acompanhamento da construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, foi diretora de cultura da UNE em 2010 e ocupou essa tarefa no CONJUVE. A 3ª Conferência se dá numa conjuntura muito emblemática para a juventude brasileira, importante não perde de vista essa conjuntura que se insere a 3ª Conferência, não pode ser mais uma Conferência. Serão jovens que participarão dos movimentos de junho em todo em 2013. Constatando uma crise de representatividade nos espaços de poder e são jovens que questionam os métodos estabelecidos pelos governos e que percebem esses espaços de Conferência apenas como espaços burocráticos, um jogo de cartas marcadas e que, portanto, criticam essa metodologia adotada nesses processos de Conferência. Eu concordo com várias críticas, por isso nos temos de buscar inovar no método de consulta e mobilização da juventude brasileira nessa Conferência, não dá para fazer mais do mesmo e não dá para se prender a espaços institucionais. Nós precisamos ocupar os terreiros, ocupar as praças, fazer uma conferência mais pública, mais participativa, fazer como foi junho e levar a conferência para a rua. Para isso, primeiro precisamos avaliar o que avançou da 1ª Conferência para cá; segundo, precisamos de uma conferência que incida na construção de políticas públicas e que ajude a formar o que a gente chama de CPF da cultura que é o Conselho, o Plano e o Fundo, não avançamos no plano e o fundo é um dificultador para implementação na prática das políticas públicas de juventude. Precisamos de uma conferência que incida na vida dos jovens, o jovem da periferia, da favela, da floresta, das águas, ou seja, uma conferência que mude a vida dos jovens. E mudar a vida da juventude brasileira nessa conjuntura incide diretamente no Congresso Nacional. Nós não vamos aprovar o fim dos autos de resistência, criminalização da homofobia, legalização e descriminalização do aborto com atual Congresso conservador. Precisamos de uma conferência que incida na luta concreta e na correlação de forças da sociedade hoje. O grande empecilho hoje é o Congresso Nacional. Precisamos elencar uma nova plataforma de lutas e de bandeiras que possam garantir vitórias reais e concretas para a juventude e essas batalhas se darão

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

no Congresso Nacional. Precisamos de uma conferência que nos unifique, uma conferência que nos coloque uns contra os outros não nos interesse, pois nós inimigos estão no Congresso Nacional.

- **Auri:** Ainda bem que não é nossa 1ª Conferência, tendo a compreensão de que a Conferência é o momento de atualização da política, de demarcação das prioridades para a juventude, mas como não é algo novo e a conjuntura política demanda que a gente avance, precisamos trazer para a Conferência o centro do governo, precisamos trazer alguns ministérios estratégicos e importantes que tratam de setores vulneráveis da juventude para pactuar com a juventude durante a Conferência. O avanço de algumas pautas dos mais diversos setores da juventude desse país. Pelo menos o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Cultura para pactuar com a juventude. Depois das mobilizações em 2013, em que o governo mandou chamar a gente por conta das mobilizações pactuou várias coisas que não saíram do papel e agora vamos para um processo de construção da Conferência, constrói uma cartilha muito bonita, mas e aí? Qual é o compromisso dos setores do governo? O Congresso está em disputa, mas o governo precisa estar dentro da Conferência, não só com a SNJ, mas com os diversos ministérios para assumir compromissos para não repetir os pontos de pauta que nós estamos costumeiramente já repete.
- **Rafael:** Interessante o tema "Várias formas de mudar o Brasil" e incluir isso no meio digital, mas precisamos tomar cuidado com quem ocupa esse espaço, precisamos nos organizar e preparar para que nossas bases consigam antes que pessoas não comprometidas com o tema tomem lugar e fazendo como que nossa Conferência não construa algo que vá mudar esse Brasil. Quero endossar a importância do ator individual, não só a sociedade civil organizada, mas também aquela pessoa que de maneira individual está fazendo diferença para mudar esse Brasil. Também o diálogo transversal. Tem de ter participação de todos os ministérios, porque através dessas pautas... Somente o orçamento da SNJ não é possível, por isso é importante inserir essas pautas na pauta dos demais ministérios. Já que juventude é um diálogo transversal precisa sair de lá cada um com sua tarefinha de casa.
- **Daniel Gaspar:** É preciso também estabelecer como meta um plano de ação no território, pensar em mecanismos de envolver e possibilitar a articulação daquele jovem no território, até para pressionar o estado. Nós temos de ter um plano de ação desses jovens no território, ele sair de lá e já sabe como se mobiliza, quais os atores que você busca para fazer isso. A Conferência também tem de ajudar a potencializar a ação no território e sobre as duas outras falas, a juventude tenha mais vitalidade nesse plano de desenvolvimento e isso envolve dialogar com esses ministérios mais estratégicos principalmente a gente; MEC, MDS, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos, Igualdade Racial. Fazer um mapeamento a comissão organizadora dos ministérios mais estratégicos para fazer uma conversa política que eles estejam na comissão organizadora, mas não porque tem de ter Poder Público, mas eles precisam ter tarefas na comissão organizadora e com isso começamos a comprometê-los ainda

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude



REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE

Pauta: Assuntos diversos

Data: 25 a 27/02/2015

Horário: 09h às 18h

Local: Secretaria Nacional de Juventude

mais na construção da Conferência e futuramente com a execução das políticas que nós tirarmos.

- **Poppi:** Algo legal também de pensar é, isso aconteceu em alguns momentos no webcidadania, essa mobilização em torno da Conferência pode ser também uma oportunidade de encantar o jovem com a política, a maioria de nós já tem essa preocupação de incidir em espaços, pois boa parte dessa juventude não tem vivência. Então como a gente faz para que essa parcela se encante com a política e passe a também trazer suas ideias e disputar esses espaços. Em algumas oficinas, no começo não eram pela lógica dos sonhos e nem das propostas, começava fazendo um debate sobre o que é política e íamos tocando esse debate de uma forma que as pessoas iam percebendo que política não é só o que os políticos fazem, mas também posso fazer e como eu faço política e abria o próprio conceito sobre política. Na hora que um jovem compartilha uma proposta numa rede social e chama o amigo para curtir e esse ato é uma forma de trazer o amigo para ler uma proposta que o amigo talvez nem sabia que ele defendia, porque não tinham conversado sobre aquilo ainda. A partir dessa lógica, o debate político aconteceu em torno de algumas propostas e não necessariamente a proposta, a provocação inicial foi vamos disputar esse espaço e sim foi vem me ajudar a ganhar o concurso. É só para refletir que nós temos de ter uma metodologia que aberta o suficiente para ser instrumentalizada de "n" maneiras pelas pessoas e a outra forma é a disputa mais dura de quem já está com consciência. Tomar cuidado para fazer um processo de mobilização amplo suficiente que não sejam ocupados só pelos mesmos que estão hoje.
- **Euzébio:** Estamos num período peculiar e especial das outras Conferências, nas outras Conferências nos estávamos num momento de ampliação de direitos, num momento de ofensiva dos movimentos sociais, num momento que víamos um ambiente muito positivo para as políticas de juventude. Nos últimos tempos, como comentou a Maria, estamos vivendo um processo oposto a isso. Um momento de resistência dos movimentos sociais, das políticas públicas de juventude, a gente vive um período que me parece estar num nível de estabilidade próxima de golpe, defesa de golpe, defesa de ditadura militar. Estamos num processo muito emblemático da política brasileira. Não sei se vocês acompanharam o programa do Rafinha Bastos ontem, o Alexandre Frota ele relatou em rede nacional que ele estuprou uma mãe de santo como se fosse uma coisa engraçada e nós temos de fazer alguma coisa. Nós estamos vivendo um processo em que as coisas são absurdas estão se tornando naturais. E eu acho que essa conferência vem num ambiente em que temos de sair da defensiva, porque a meu ver o governo deu algumas sinalizações que não foram boas, indicar Joaquim Levy, Kátia Abreu, etc, algumas sinalizações de flexibilizar direitos trabalhistas e outras ampliações de direitos também foram dadas. Só para finalizar a questão do conteúdo, acho que estamos num momento e num ambiente em que a gente acabou de aprovar o Estatuto da Juventude, a gente deve sair da defensiva e ir para ofensiva inclusive com esses setores ultraconservadores que querem imprimir retrocesso no Brasil e é por isso acho que não devemos ter medo de usar as redes sociais, o nosso único medo

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

é não usar. Se a gente tiver a Conferência bombando nas redes sociais, a nossa responsabilidade é disputar. Se a gente tiver uma rede social, a nossa atuação nas redes sociais muito contra como nós defendemos, vamos repensar o que nós defendemos ou vamos, pelo menos, rever a forma que nós estamos fazendo. Nós precisamos ousar muito no que vai acontecer, acho que temos de fazer um monte de curtas para rolar no Whatsapp, um monte de vídeos que vai ser forma instrutiva da galera participar, a gente tem hoje uma experiência com a rádio juventude que cada vez mais as pessoas querem fazer parte desse tipo de experiência. Então, eu acho que essa Conferência tem de inovar e tem de sair com conteúdos concretos que permitam que a gente olhe e fale essas coisas aqui é o mínimo que a juventude aceita, é o mínimo que nós queremos para continuar a avançando e para, inclusive, dar uma resposta nesses racistas, conservadores, homofóbicos que estão disputando política no Brasil.

- **Sandro:** Fizemos uma reflexão ontem na reunião da CAPP sobre esse processo de participação e conversamos também um pouco sobre Conferência, eu lembro que na última Conferência junto com a Fetraf e Contag nós fizemos uma mobilização e visitamos todos os territórios, foram em média de 09 Conferências territoriais e mais de 1300 jovens do campo nesse processo de construção. Como a gente está nesse momento inicial de pensar essa metodologia de pensar esse espaço de não ser mais um evento, mais um festival, acho que o momento e os sinais que nós temos no Brasil hoje, não é o momento de festival e de evento. Reforço essa fala do Euzébio, porque a gente tem de partir para ofensiva e não ficar somente na discussão. Ou, por exemplo, a partir da última, o que foi de fato que avançou, então, eu acho que esse pleno aqui tem uma tarefa de casa muito árdua até esse processo acontecer de poder refletir sobre isso, porque vamos conferir o quê? Se as propostas são as mesmas de 03 anos atrás. Então o que foi pensado na última etapa que avançou? Das 08 etapas que a gente executou nos territórios, todo mundo estava dizendo que o crédito rural tinha de desburocratizar, tem de ter mais acesso, porque todo recurso volta pois o jovem não sabe acessar. Isso avançou? E a juventude do campo vai vim pra cá discutir mais o quê? Então esse espaço, essa metodologia tem de pensar, porque nós estamos aí com um Congresso que não é fácil, já está claro que desde 64 esse é o Congresso mais conservador da história do país. Enquanto a gente está falando que o país está numa situação difícil, aprovaram ontem passagem para as mulheres dos deputados para cá, a verba de paletó é muito pouca, o salário também é muito pouco teve de aumentar. Chega a gente nas nossas bases com esse discurso que a situação está difícil, mas como está difícil? Então eu acho que a gente precisa pensar muito nesse sentido. Será que esse tema dá conta disso? Será que para o cenário atual é esse tema mesmo? Esse pleno tem uma tarefa de casa grande antes de esse momento acontecer.
- **Lúcio:** Com relação a proposta da Conferência, a proposta "As várias formas de mudar o Brasil" é muito interessante, pois denota a necessidade de incorporar outros setores para o centro desse debate que queremos travar sobre Políticas de Juventude. Passo bastante importante na concepção da Conferência, inclusive porque se pretende fazer

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

esse diálogo com o junho de 2013, não com as pessoas em si, mas como marco daquilo que junho simbolizou. Dessa geração que vai para rua negando as instituições políticas e ao mesmo tempo se colocando em disposição de construir algo, de participar politicamente da vida do país. Esse espírito a Conferência tem de tentar traduzir e eu acho que as propostas formuladas vão um pouco nesse sentido. Mas, tem uma questão central que define um pouco desse caráter da Conferência, acho que cometeremos um equívoco se passarmos a mensagem para as milhares de pessoas que queremos envolver na Conferência que estando na Conferência isto basta. A participação se restringe a participação da Conferência. Não temos de passar essa mensagem para os setores que queremos dialogar, envolver. As pessoas não estão se identificando com as ferramentas representativas que existem, elas querem algo diferente. A Conferência tem de passar essa mensagem de que a participação política não se encerra na Conferência. Quem é que vai executar esse plano nacional de juventude que nós vamos retirar da Conferência? Vamos entregar no colo do governo e voltar para casa e tudo vai se resolver? A gente tem de evitar essa mensagem e para isso, é importante que na Conferência se tenha um momento previsto para fazermos um ato de rua, fazermos um processo de mobilização, pode não estar na programação oficial por questões óbvias, o CONJUVE, as organizações têm de construir politicamente isso. Construir uma mobilização, um ato de rua, levar o que a gente acumular de debate para esse Congresso que está aí, porque senão a gente vai voltar para casa frustrado, não é uma questão secundária. Não é se iludir que um ato de rua com 1500 pessoas vai mudar as coisas, mas a gente criar uma cultura política, criar uma experiência para as pessoas que participarem da Conferência que o saldo é esse, político. Sair e voltar para nossas casas com essa perspectiva de mobilizar as pessoas para outro projeto de país.

- **Marcelo Arias:** Importante não perder de vista que no aspecto político, as muitas formas de mudar o Brasil, além de gostar bastante da chamada, tenho algumas sugestões de resposta, é a reforma tributária, é a reforma política, é a reforma dos meios de comunicação, é tudo aquilo que a gente discute aqui e que precisamos aproveitar todo o processo de Conferência para convencer mais e mais jovens dessas bandeiras, acho que essa é uma das várias formas de mudar o Brasil. Aproveitar a Conferência para trazer novos atores é importante desde que sirva também para convencer esse novos atores para somar nessas lutas e que essa participação de novos atores não se dê em detrimento em disputa, em contradição com os atores aqui já cansados ou nem tanto. Do ponto de vista político, a gente deve sair daqui unificado, concordo com a Maria, tem de ser algo que nos unifique e amplie a luta, que faça a gente sair da defensiva, como disse o Euzébio. Sobre a metodologia, acho muito importante que a Conferência Nacional de Juventude se transforme também num grande festival, que seja aprazível para as pessoas, que seja agradável, que seja legal, que o cara volte para sua cidade e fale, participei de uma atividade muito bacana, que tenha atividades esportivas, que tenha atividades culturais, que tenha um conjunto de outras coisas, amostra científica, estamos à disposição para ajudar e todo

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

evento nosso a gente faz junto com a amostra científica. A UNE também tem adotado essa prática de colocar eventos culturais em seus congressos e acho positivo porque leva pessoas que não se expressam da forma política tradicional. A gente tem o congresso da ANPG que vai muita gente apresentar trabalho e lá acaba sendo envolvido pela discussão política. Outra questão da metodologia que foi discutido um pouco na CAD, hoje nós estamos nos ressentindo no déficit, na quebra da nossa rede de conselhos e o processo de Conferência é um momento para reorganizar essa grande rede de conselhos e aí a gente precisa o interesse em organizar uma forte rede de conselhos também na Conferência, ou seja, a gente precisa privilegiar cidades e territórios que se articulam dentro da nossa rede. Não sei como na regulamentação, mas isso precisa aparecer. Na 1ª e 2ª a gente tinha o delegado nato do Conselho, acho que não é suficiente, precisamos avançar mais. Onde tem conselho, tem de ter mais representantes e se isso for estourar no número da nossa Conferência, vamos ver com quem a gente briga para que a Conferência seja cada vez maior e não um universo de 1500.

- **Giovanny:** A gente identifica que em cada Conferência motivos políticos diferentes, acho que a gente tem de fato fugir dessa linha de Conferência Ordinária porque essa burocracia limita a diversidade. A primeira experiência com Conferência livre, a gente viu que ela bombou, porque todo mundo queria falar e não falar apenas no espaço institucional, ele quer discutir no seu coletivo, no seu bairro, ele sai do local, regional e nacional. Porque a gente faz uma Conferência livre, um debate parece que é só demanda nacional, muitas das vezes que aquele bairro, aquela comunidade quer discutir fala, eu quero discutir o meu problema aqui, não quer discutir o que está acontecendo em Brasília. Mesmo a questão da mídia, a participação independente de qual seja, ela é importante. Se a pessoa quer só curtir, é uma opção. Porque muitas vezes parece que sujeito político é aquele que vai lá e fala, que vai lá e compartilha que se posiciona. Às vezes é uma opção dela não querer participara dessa forma. A gente identifica hoje nas manifestações que cada um levantou sua bandeira e quando estava levantando sua bandeira encontrou uma forma de se manifestar e dentro disso, esse é o momento que a gente tem de fazer de fato uma avaliação de agentes externos que são aqueles jovens que não participam do dia a dia da política, mas ele vive ela. Pega a referência do Projovem, o jovem não sabe o que é de fato debater Política Pública, temos hoje prounista que acha que conquistou por si só. Não é programa, não houve avanço, não tem política pública de juventude. Uma avaliação até de que forma as políticas estão chegando, como são vistas e entendidas. Como Euzébio falou, acho que nós temos de ousar, não só pelo fato de inovar e instituir uma política nova, mas inovar porque a gente está em constante disputa e essa disputa a gente vê agora nesse governo. Nós estamos iniciando um processo de disputa direta e nós estamos perdendo. A gente tem de conquistar essa disputa na base. Na 1ª Conferência, o movimento negro conquistou quando a primeira pauta lá foi movimento negro, foi disputa. Não foi fácil, porque cada movimento, cada segmento queria que sua proposta fosse a primeira e nós temos de fazer isso na juventude, qual

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude



REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE

Pauta: Assuntos diversos

Data: 25 a 27/02/2015

Horário: 09h às 18h

Local: Secretaria Nacional de Juventude

a nossa pauta na juventude. Temos de identificar as bandeiras, porque nosso debate de hoje muitas das vezes não é o debate da base, não é porque não tem o debate local, a gente tem de fazer esse diálogo Constante. Muitas vezes discutimos uma coisa aqui, vai discutir genocídio e não identifica um negro fazendo isso e por que isso está acontecendo? É uma disputa de ideias constante. Nós temos de usar esse processo para articular e rearticular os conselhos, porque depois da 1ª Conferência de Juventude, houve um momento que os conselhos começaram a bombar, no meu estado foi criado o municipal e o estadual e hoje estão inativos. Usar esse processo de diálogo e debate para de fato fortalecer nossa base e retomar o diálogo com a diversidade. Juventudes, que a gente fala muito, é tão plural que eu no Acre, não tenho contato quase que nenhum com a juventude indígena, ou seja, mesmo quem vive lá no meio não vai estar presente em todos os debates.

- **Daniel Santos:** Qual o papel da Conferência? Disputar de imaginário - combater pautas de violência aos direitos. Qual o deverá ser o método? Conferência como festival da diversidade cultural servindo para abrir espaço para as narrativas que, por vezes, ficam de fora da perspectiva do fazer político. Como fazer o poder público se comprometer desde o Município, Estado e poder Federal em pautas efetivas a construção da Política Pública de Juventude. Como o Conselho vai se organizar para contribuir? A construção da caravana proposta pela CAD – vindo da mesa diretora como encaminhamento – visa ampliar a concepção de participação. Sendo esse o papel que o Conjuve deve desempenhar. O escopo da Caravana será a atuação nos territórios no sentido de captar e estimular debates, fermentar a discussão sobre Política Pública de Juventude e, por fim, articular grupos para a construção da conferência.
- **Tâmara:** Eu gosto muito das palavras desconstruir para construir e esse é o sentimento da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Estamos numa cultura política de duas conferências que tiveram muitos avanços, no ponto de vista desses 10 anos de políticas públicas para juventude, construíram culturas de participação ainda nos moldes tradicionais, molde tradicional para delegados, molde tradicional para conferências estaduais, municipais e nacional que o saldo da construção fossem resoluções duras, do ponto de vista de não dialogar com uma parcela grande da juventude que não está nessa sala. Temos de fazer uma reflexão de que o CONJUVE organiza, constrói do ponto de vista de chegar a quem não está aqui e não tem disposição nenhuma de chegar, de participar, não tem disposição para participar dessa política dura, dessa política que a gente organiza e que nós precisamos desconstruir. Pois nós somos jovens e temos a condição de construir novas culturas políticas. Essa ideia de alcançar uma parcela da juventude que não está organizada nos movimentos tradicionais é fundamental. Para disputar, uma correlação de forças que organiza essa parcela da política pública que é necessária, mas também para aprender com a parcela da juventude que já organiza ações e disputas sociais mas não está nesse molde, não está no molde do Conselho, não está no molde do movimento estudantil, não está no molde das juventudes partidárias, não está nem nos moldes do que a gente acha que é o mais avançado que são as redes. Tivemos uma experiência agora em janeiro, no Rio

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

de Janeiro, na Bienal da UNE, onde a gente produziu o 6º Diálogo e que surgiram, organizado pelo CONJUVE, surgiram vários movimentos, atitudes que foram colocadas como experiência que nunca tínhamos imaginado que acontecia. A ampliação do espectro de participação é que vai ser aguçada nessa 3ª Conferência, a ampliação do nosso diálogo, as políticas públicas e nossa atuação enquanto conselho vai ganhar mais com essas novas experiências. A juventude solta está se organizando, quando foi tratada a pauta do planejamento todas as falas remetiam a isso. Como a gente organiza o debate da democratização das comunicações de uma forma que as pessoas entendam que a comunicação é pública, que os jovens entendam que eles têm o direito à comunicação, que não é um pacote de vendas. Como a gente organiza outra forma de falar sobre reforma política, porque uma boa parcela da população não entende, que não entende esse modo, mas entende que não tem uma representação negra, uma representação indígena, de mulheres, novas formas de organização da política. São desafios que sempre nos colocam medo, mas não devemos ter medo de ousar, de compreender que fazer cultura, fazer arte, é fazer política. No momento que estivermos construindo um show, uma amostra, nós estaremos construindo diretrizes para atualizar o Plano Nacional de Juventude, para fomentar que nos municípios e nos estados tenham planos municipais e estaduais de juventude, para conseguir criar mecanismos de formulação desse fundo de juventude, porque tudo isso que a gente fala, todas essas siglas, todos esses programas, eles atingem a juventude, cada vez mais, mas a compreensão de onde parte, da luta que se andou para que estivesse lá na ponta, o Projovem, o Bolsa Família, nós não estamos conseguindo disputar essas narrativas, não estamos conseguindo colocar na ordem do dia para que as nossas fileiras tenham mais gente para defender o nosso projeto. O saldo dessa conferência vai ser muito mais que um caderno de textos, planilhas do Plano Nacional de Juventude, vamos ter muitos saldos, teremos uma nova forma de nos relacionar com a juventude através desse aspecto digital, vamos ter novas redes sendo potencializadas, sendo criadas através de mobilização dessa Conferência e cabe a nós aqui do Conselho disputar esses espaços, disputar essas novas narrativas, em que pese esse Conselho nessa última gestão ter representado cada dia mais essa conformação da juventude, nós ainda somos uma parcela da juventude, nós não temos a totalidade da representatividade e nós precisamos alcançar e não necessariamente essa parcela vai estar na próxima eleições do Conselho, não necessariamente precisam estar nos Comitês Gestores, mas precisam ser ativadas para construir junto conosco, com essa nova plataforma de política de juventude.

- **Ângela:** Quero reforçar alguns pontos do que foi debatido ontem na CAD, diferente da 1ª e da 2ª que a gente estava no momento de inaugurar o tema, depois da aprovação do Estatuto, 10 anos de PPJs, a gente precisa apontar para o futuro. De certa forma, está nas mãos da nossa geração aqui e de nós quanto conselheiros e conselheiras, nós reinventarmos os formatos da participação e também o novo ciclo das políticas nacionais de juventude. Quando a política pública foi formulada, foi formulada em nove desafios, um grupo de trabalho interministerial consolidou esses nove desafios,

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

para o Conjuve, para a Secretaria e movimentos juvenis de fazer um balanço dos novos desafios iniciais foram levantados, antes cenários de terras rasadas, quais deles foram atingidos, quais precisam ser renovados e quais as novas apostas. Desse jeito a gente consegue de forma institucional e política, dialogando com as demandas, desejos e anseios dessa nova geração de jovens conseguir projetar o futuro, existe um norte aqui, partir do que foi conquistado e conseguir abrir uma nova agenda. Outra coisa que queria lembrar é que o contexto é muito diferenciado, tivemos uma eleição muito disputada, elegemos o pior congresso desde 64, então é resistência e luta. Fazer a conferência não pode ser tomado pelo Conselho, pela Secretaria como uma tarefa burocrática, mas é uma tarefa de ganhar corações e mentes para um projeto avançado de sociedade, em contraponto a um momento que o presidente da Câmara desenterra uma PEC reacionária e conservadora em relação a reforma política e coloca um relator que é a pior que poderia existir, e é nesse contexto de muito acirramento de projetos para o país e eu acredito que a Conferência vai ser disputada e teremos duas grandes tarefas. A primeira é defender dos ataques a democracia, tem uma geração que já nasceu votando, balançando bandeira e acha que nunca teve ditadura, ouve e não está vendo restrição da participação democrática hoje. O congresso com um todo disse na jornada de junho que iria repercutir tudo que viria das ruas e não o fez. A coisa de mais concreta feita foi os royalties do pré-sal e o Estatuto da Juventude, após isso ignoraram completamente a nossa pauta e imediatamente depois da eleição a resposta foi a derrubada da política de participação social, ainda com as limitações desse nosso ciclo democrático foi o que de mais avançado teve, foi onde teve mesa de negociação permanente entre trabalhadores e governo e empregadores, foi quando inaugurou esse ciclo de conferências, a criação de conselhos de temas, como o CONJUVE, Igualdade Racial, reforçou e deixou um viés mais democrático, a própria derrubada da PNPS já é um indicativo de que como a defesa da democracia, desses espaços participativos, da ampliação, do aprofundamento da democracia é um dos temas que está na ordem do dia da nossa conferência. Outro tema é a disputa de valores dessa nova geração de jovens, às vezes fica burocrático quando a gente começa a falar de política de juventude, não se faz política no Brasil, política institucional, política eleitoral, política pública desconhecendo essa juventude, precisa tirar do burocrático e trazer para a realidade. Eu quero enquanto cidadã, gestora, presidente do conselho, conversar com essa galera do Prouni, do Projovem, do Pronatec, porque não é possível que a gente tenha lutado tanto para a galera achar que é meu mérito, acima do bem e do mal, legal, isso é super meritocrático encarar esses outros elementos, tem de ter também uma disputa de ideológica, mas não para um partido, não é para um governo, mas é sobre a história do nosso país, não vamos conseguir avançar sem levar isso em consideração. E, por fim, os desafios do conselho, a gente não entende a visão de participação a um conselho, mas onde não tem conselho está complicado o diálogo da sociedade civil com o governo, para gente é muito importante o fortalecimento, a reativação da rede de conselhos, o segmento juventude negra, com muita dificuldade, esse tema tem sido recorrente na 1ª e na 2ª,

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

tema de destaque e a juventude negra é a maioria da juventude, o racismo é um tema presente e óbvio que impede a participação desse segmento, precisamos dialogar mais com a juventude negra e suas diversas formas de organização, falou-se dos beneficiários, frutos dessas políticas desse novo ciclo e aproveitar a oportunidade das caravanas para além de mobilização, ser um espaço para um balanço desses 10 anos, conferir as duas conferências anteriores o que já implementado, o que não foi, por que não foi, o que precisa ser levantado como pauta prioritária para esse novo processo, então é nossa tarefa a nova dimensão do controle social das políticas públicas.

- **Auri:** Não basta o ministério indicar alguém para compor a comissão para a construção do processo da conferência, mas a conferência consegue trazer a figura do ministro para negociar, para o diálogo com a sociedade, para que se tenha resultados também concretos. Se tem uma construção de documentos, mas depois de tudo não consegue nem trazer os setores do governo para pactuar compromissos é muito difícil. O processo da conferência tem de trazer os ministérios para pactuar compromissos reais
- **Samuel:** Como tratar a conferência como um marco histórico na construção das políticas públicas de juventude e não mais um evento, porque evento acaba e o que nós queremos construir todo um processo e por isso essa discussão aqui. E mais do que levar nossas pautas para as bases e discutir tanto sociedade civil organizada e não organizada, mas ter um feedback de como nossas demandas estão sendo vividas e sentidas na base. Cidades pequenas os jovens podem não estar discutindo desmilitarização da polícia, mas é comum na vida deles ter medo da polícia, não discute estado laico, mas nos eventos da prefeitura, não gosta do momento da oração. E para além dessas pautas, existem demandas locais, muito próprias da juventude que vi ali, então como esse processo de conferência pode servir para despertar nessa juventude desejo de organização de grupo para além dessas demandas, enfrentar suas demandas locais. Quando a gente fala sobre conferência não virar evento, a gente sente muito isso na base, pois tem muito político que aproveitam essas oportunidades para fins eleitoreiros. De todas as nossas pautas, o cerne das nossas lutas deve ser reforma política para que os jovens deixem de ser massa de manobra, porque todas as outras pautas já discutidas, o centro é reforma política. Essa conferência serve para mostrar que não queremos qualquer coisa, nossas lutas são muito mais no sentido de construir um Brasil para nós e para outros jovens.
- **Délio:** Ressaltar a participação das minorias de juventude no Brasil, podemos perceber hoje mesmo que não temos toda a participação da juventude brasileira aqui e tem muitas juventudes desorganizadas para nós, mas para elas estão organizadas. Precisamos chamar essa juventude que está lá para compor essa construção de Brasil. Então, é muito importante essa consulta para os povos e comunidades tradicionais, é uma preocupação nossa, tem de ter a participação dos jovens ciganos, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, agricultores, etc. Várias dessas juventudes estão organizadas, mas não participam, porque nós temos aquela correlação de forças que, por exemplo, eu quero ter mais delegado, não, você vai ter menos, importante

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

desconstruir esse pensamento e construir uma nova política participativa no Brasil e temos várias formas de fazer isso e a gente se coloca a disposição. A Amazônia hoje é diferenciada para o resto do Brasil, um concurso daquele não representa os povos e comunidades tradicionais que estão sendo afetados pela construção da usina de belo monte, a gente espera que isso não seja uma consulta para os povos de lá. A gente está aí para construir e pode dizer as metodologias e as formas de chegar até esses povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

- **Ademir:** A inclusão digital deve ser o norteador da metodologia da Conferência. Entende-se isso por perceber que a juventude já está inserida nesses espaços e que a tecnologia é o caminho para abrir uma nova frente de diálogo. Tornando possível a garantia de uma participação efetiva de todos na conferência. Fazer a conexão entre o que é falado no território e as Políticas Públicas é o papel a conferência, aproximação que a tecnologia pode facilitar. Sendo assim, o Conselho terá de dialogar com o novo para expandir a participação e impedir que a metodologia abra espaço somente para os mesmo de sempre.
- **Pablo:** A Conferência não pode ser uma ação artificializada do debate com a juventude e nem a ação inorgânica dos nossos pensamentos acerca da juventude. Além de retomar as manifestações de junho como nosso guia seria justo salientar que esse ano completamos os 10 anos do fim da Área de livre comércio da Américas – ALCA e aqui no Brasil, temos que lembrar, nós tivemos uma luta extraordinária de construção de uma infraestrutura social de mobilização pautada principalmente pela juventude contra a manifestação do neoliberalismo no país. Dessa forma, a proposta das caravanas vem no sentido de fortalecer a construção que parte das etapas preliminares nos municípios e nos territórios, ou seja, na rua, que é onde se deve realizar a disputa política do jovem.
- **Tamara:** Na juventude brasileira tem muito jovem curioso e que precisa ser instigado a se tornar pesquisador a proposta da uma mostra de trabalhos científicos é muito interessante e nós (movimento dela) podemos ajudar a construir isso. O Brasil tem avançado, mas é preciso ampliar o nível cultural do povo brasileiro para combater o ódio e a intolerância. Isso se dá por uma disputa ideológica, pela educação, pela cultura pelo trabalho pautas que não podem ser tradas como menor na conferência. Outro encaminhamento para a conferência é que ela termine com uma passeata que atraia a atenção da imprensa para que se noticie e impulse a articulação para que se consiga incidência no Congresso Nacional.
- **Daniel Gaspar:** Não basta apenas participar da Conferência, entregar para os ministérios e seguir. Temos de criar mobilização nos territórios, uma ideia concreta seria construir um manual para ajudar esses jovens a se organizarem, orientando quem procurar para resolver um problema, uma passo a passo de organização. A conferência é um processo de participação, mas tem outro tipo de participação e acabando a conferência temos de entrar em diálogo e a SNJ tem de participar de como é que aquilo ali vira mais participação, se gera outros mecanismos de participação. Auri, você não contrapôs o que eu falei, para envolver esses ministérios, temos de

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

amarrar politicamente cada vez mais os ministérios. Délio, pelo o que eu li sobre a consulta sobre a conferência, houve uma dificuldade e o objetivo dessa conferência é envolve, para mim é um dos temas centrais dessa comissão organizadora na mobilização tem de ter estratégias direcionada ao envolvimento dessas populações e o Poppi tem experiência e precisamos dialogar com vocês, com a Seppir. Sobre a ideia de festival, não existe essa polêmica, vai ter espaço para debate institucional e festival, tem de ser tudo, tem de abarcar as várias dimensões de organização para ser uma política para jovens, a gente está falando de juventudes, além de auxiliar politicamente a pressionar o governo. Marcelo, sobre amostra, pode-se organizar uma amostra acadêmica e alguns painéis podem ficar perto das salas de discussões e antes de entrar para o debate a pessoa passa por um monte de painéis sobre o tema e já entra com dados para discutir, melhorar a discussão. É possível fazer. Para finalizar, quero falar do local, a pessoa pode pensar o local, mas vocês têm de pensar como relacionar o global com o local. Algo da realidade local tem haver com reforma política, com desmilitarização da polícia e está relacionado ao macro diretamente. Esse é um discurso político que a comissão organizadora vai ter de ter, de fazer essa relação. A gente vive numa realidade complexa, nós temos uma realidade que por mais que o nosso congresso seja conservador, ela está na ordem do dia, temos o ministro Berzoini pensando no marco de regularização da mídia, teremos problemas com o congresso e isso tem de sair da conferência também, como envolver mais a juventude nessas pautas. A conferência pode ajudar na luta política.

- **Poppi:** É possível trabalhar a metodologia da conferência de uma forma muito proveitosa, inclusive apropriada para os povos e comunidades tradicionais. É possível a apropriação da metodologia, temos um guia básico geral, mas as oficinas de propostas, a lógica dos debates acontecia da maneira que os próprios coletivos definiam. No exemplo das comunidades ribeirinhas, eles produziram as propostas dentro do desenho de um peixe, a cabeça do peixe era a ideia força da proposta, o corpo tinha o detalhamento da proposta e o rabo fica os parceiros que ajudavam a impulsionar as propostas. Foi a grande surpresa. Temos de cuidar para que o processo seja tão aberto ao ponto de ser apropriado por povos e comunidades tradicionais. Não pode ser uma coisa quadradinha, fechada. E isso não tem nada a ver com consulta, aquele processo é um processo de levantar uma agenda pro PRS, não passou por ali. Não temos como dizer que foram consultadas as comunidades tradicionais em relação à mobilização, nós tivemos outra experiência importante que foi uma oficina numa escola que tinha como objetivo inicial trazer propostas para o concurso, mas a escola tinha um problema de água potável e contaminada e sem resposta da prefeitura para construir a cisterna, então pela oficina surgiu uma manifestação na qual cada aluno levou uma garrafa pet, encheu com água contaminada e levar para a reunião do Comitê Gestor do BDRS que estava acontecendo na cidade. Disparou um processo na prefeitura local, são exemplos que mostra que precisamos estar disponíveis para esse tipo de ocupação.

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

desconstruir esse pensamento e construir uma nova política participativa no Brasil e temos várias formas de fazer isso e a gente se coloca a disposição. A Amazônia hoje é diferenciada para o resto do Brasil, um concurso daquele não representa os povos e comunidades tradicionais que estão sendo afetados pela construção da usina de belo monte, a gente espera que isso não seja uma consulta para os povos de lá. A gente está aí para construir e pode dizer as metodologias e as formas de chegar até esses povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

- **Ademir:** A inclusão digital deve ser o norteador da metodologia da Conferência. Entende-se isso por perceber que a juventude já está inserida nesses espaços e que a tecnologia é o caminho para abrir uma nova frente de diálogo. Tornando possível a garantia de uma participação efetiva de todos na conferência. Fazer a conexão entre o que é falado no território e as Políticas Públicas é o papel a conferência, aproximação que a tecnologia pode facilitar. Sendo assim, o Conselho terá de dialogar com o novo para expandir a participação e impedir que a metodologia abra espaço somente para os mesmo de sempre.
- **Pablo:** A Conferência não pode ser uma ação artificializada do debate com a juventude e nem a ação inorgânica dos nossos pensamentos acerca da juventude. Além de retomar as manifestações de junho como nosso guia seria justo salientar que esse ano completamos os 10 anos do fim da Área de livre comercio da Américas – ALCA e aqui no Brasil, temos que lembrar, nós tivemos uma luta extraordinária de construção de uma infraestrutura social de mobilização pautada principalmente pela juventude contra a manifestação do neoliberalismo no país. Dessa forma, a proposta das caravanas vem no sentido de fortalecer a construção que parte das etapas preliminares nos municípios e nos territórios, ou seja, na rua, que é onde se deve realizar a disputa política do jovem.
- **Tamara:** Na juventude brasileira tem muito jovem curioso e que precisa ser instigado a se tornar pesquisador a proposta de uma mostra de trabalhos científicos é muito interessante e nós (movimento dela) podemos ajudar a construir isso. O Brasil tem avançado, mas é preciso ampliar o nível cultural do povo brasileiro para combater o ódio e a intolerância. Isso se dá por uma disputa ideológica, pela educação, pela cultura pelo trabalho pautas que não podem ser tradas como menor na conferência. Outro encaminhamento para a conferência é que ela termine com uma passeata que atraia a atenção da imprensa para que se noticie e impulse a articulação para que se consiga incidência no Congresso Nacional.
- **Daniel Gaspar:** Não basta apenas participar da Conferência, entregar para os ministérios e seguir. Temos de criar mobilização nos territórios, uma ideia concreta seria construir um manual para ajudar esses jovens a se organizarem, orientando quem procurar para resolver um problema, uma passo a passo de organização. A conferência é um processo de participação, mas tem outro tipo de participação e acabando a conferência temos de entrar em diálogo e a SNJ tem de participar de como é que aquilo ali vira mais participação, se gera outros mecanismos de participação. Auri, você não contrapôs o que eu falei, para envolver esses ministérios, temos de

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos

Data: 25 a 27/02/2015

Horário: 09h às 18h

Local: Secretaria Nacional de Juventude

- **Ângela:** Informes sobre o turno da tarde, posse de Gabriel Medina e lançamento da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Reafirmar compromisso do horário para o dia seguinte. Será a reunião dos 04 grupos de trabalhos que irão elaborar seu plano de trabalho, definir seu produto, fazer eleição dos coordenadores e apontar as agendas para incorporar na agenda de planejamento das comissões, debate sobre a incidência do CONJUVE no PPA e a parte da tarde a gente inicia com os desafios e estratégias para o enfrentamento contra a juventude negra e depois a consolidação do planejamento com todas as datas, uma proposta mais consistente da carava, do CONJUVE e os outros temas que foram elencados.
- Conselheiro alega que a maioria estava presente às 09h50 e os trabalhos não se iniciaram porque a mesa não estava.
- **Ângela:** Teve uma reunião da mesa e acabou atrasando e nos comprometemos a não marcar nada antes.
- **Gilmara:** Letra da lista de presença para o William e o nome social que está errado.
- **Tâmara:** Preencher as listas presença e atualização de e-mails, a ideia é almoçar e ficar por lá para o lançamento que vai ser ao vivo e algumas agitações pela página do CONJUVE e SNJ. Então é para usar a hashtag #3ªconfjuventude e #eumudoobrasil.

DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015

- **Ângela:** Temas para o grupo aprofundar: O foco do genocídio da juventude negra, denúncia sobre militarização das escolas.
- **Sérgio:** Numa cidade do Goiás, os alunos que no primeiro semestre, janeiro a agosto, não tivessem nota acima de 05 foram transferidos para outra escola, uma escola estadual e se lá você não tivesse o cabelo cortado, não entrava na escola. Se não enquadrasse, você não entra na escola.
- **Tâmara:** Os movimentos negros que pautam o combate ao racismo no Brasil e no mundo devem se apropriar do debate da política de drogas, porque é um dos aspectos que mais influenciam no crescimento dos homicídios, assassinatos da juventude negra. Seria interessante trabalhar junto o GT de Políticas sobre Drogas e o GT juventude negra. O extermínio da juventude negra no Brasil e no mundo tem muito a ver com o tráfico de drogas numa rede nacional e internacional, de tráfico de armas, de financiamento de campanhas políticas, de lavagem de dinheiro no exterior e não se consegue colocar isso no debate e que acaba muitas vezes em reforçar o racismo institucional. Atenção a pauta das mulheres negras, no GT de Juventude Negra. Esse ano acontece a 1ª marcha da juventude negra em Brasília e são as mais atingidas no mercado de trabalho, aborto legal e seguro e também no extermínio da juventude negra seja no aborto seja no encarceramento em massa da mulheres que estão no tráfico de drogas. Necessário aprofundar esses temas.
- **Isadora:** Estava com a Senad em São Paulo, tem essa parceria com a Senad e algumas entidades no Brasil, algumas prefeituras e alguns organizações sem fins lucrativos forma também contempladas com os projetos. 80% das entidades que estão

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

participando são voltadas para políticas públicas para a comunidade negra. É um avanço, mas temos de ampliar e o diálogo com a Senad é um caminho.

- **Giovanny:** Destaca as pautas do debate da PL 4471, redução da maioria penal, encarceramento, as drogas, ampliação do tempo de reclusão que serão discutidas no seminário, nossa intenção não foi limitar, nossa ideia é que na segunda reunião possa elencar de fato algumas questões que possamos debater nesse seminário e ele deve ser em 03 dias, porque precisa incluir todos esses temas, seria ruim restringir em um só tema e deve acontecer em agosto. É a nossa primeira reunião, pois na anterior nós estávamos numa mobilização na Câmara.
- **Marcelo:** Sobre as câmaras temáticas, foi uma proposta que se difundiu no grupo para poder realizar workshops, debates, rodas de conversa em temas específicos. É só uma nomenclatura, pegar um tema específico, por isso o nome câmara temática.
- **Giovanny:** A ideia é chegar no seminário com o debate já acumulado e tirar indicativos no seminário.
- **Daniel Santos:** Chamo a mesa os coordenadores eleitos dos grupos de trabalho – juventude negra, novas políticas sobre drogas, cultura e territórios, relações internacionais.
- **Carlos:** Anuncia que ele e Henrique ficaram na coordenação de cultura e territórios e iniciamos uma discussão pautada no plano de trabalho muito vinculada ao que o CONJUVE tem pensado aproveitar as caravanas, articulação forte com a mesa diretora para dialogar diretamente com os ministérios que abordam mais a questão da cultura e territórios, muito focados na questão da identidade e diversidade, mas principalmente focados na defesa dos direitos humanos da juventude. Encaminharemos uma programação para a mesa, acredito que vamos pautar o governo federal em muitas políticas públicas.
- **Marcelo:** Foi a primeira reunião do GT hoje e ficou na coordenação eu e Ana. A questão das drogas está enraizada historicamente com o extermínio da juventude negra. Os panteras negras, as drogas sintéticas foram encomendadas para o extermínio da juventude revolucionária, temos de debater esse tema. Acontece em São Paulo, na próxima semana, uma reunião para alinhar nossas metas e calendário. Pretendemos lançar um seminário até agosto, vamos fechar e encaminhar para a mesa.
- **Adrielle:** Estamos muito voltados para a linha do 2º seminário de relações internacionais feito em parceria com o Unfpa, é uma pauta muito grande de juventude internacional e o CONJUVE está começando a incidir e levar nossas pautas para esses espaços. Nós dividimos em eixos e sub-eixos, por exemplo, no eixo da ONU, nós temos a discussão do tema Habitat III, não tem incidência nenhuma da juventude nesse processo, de que forma a juventude brasileira por meio do CONJUVE incide nesse espaço, temos uma pauta muito extensa que vai ser tratada dentro do Habitat III e que já inicia seu processo agora, tem um processo on-line para contribuições, como a gente pode fazer para que juventude incida nesse processo. Uma das ações planejadas foi justamente reunir com a ONU-Habitat para entender que agência é essa, o que eles

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

fazem o que é de fato o Habitat III. Outro ponto dentro da ONU foi o Pós-2015, que é uma substituição das metas do milênio, a conferência de mulheres da ONU, o eixo da própria OIJ que é trabalhar a convenção ibero-americana de juventude, trabalhar dentro do âmbito da SELAC, o fórum ibero-americano de juventude, a integração regional, que é trabalhar com o plano social-participativo, a própria cúpula social do Mercosul, trabalhar a própria Unasul e estreitar os laços com a relação de diálogo com as organizações e movimentos de juventude dentro da América Latina e abrir também o diálogo com os Brics, que acontece agora na Rússia, a reunião da juventude do Brics e tem um brasileiro lá, ele não faz parte do CONJUVE, mas participou da reunião no primeiro dia, Rodrigo, ele vai trazer as informações para nossas discussões. Vamos fazer um balanço das PPJs no âmbito do Mercosul, ONU, SELAC, UNASUL e BRICS, buscar o máximo de informações de participação nesses espaços sobre a temática juventude, buscar reunir como Itamaraty e cobrar a participação do MRE, que inclusive tem acento no CONJUVE, reunir com novo assessor de relações internacionais da SNJ, dialogar com os jovens delegados, como está o processo de construção e dentro de cada eixo, se reunir com as agências da ONU. Preparar de fato a elaboração do GT, conversar com os movimentos sociais que têm acento para apoiar essa pauta.

- **Dione:** Alertou Adrielle para lembrar também do desenvolvimento rural, além da mobilidade urbana já que é uma pauta muito recorrente nesses eventos internacionais.
- **Ângela:** Debater de forma mais coletiva as sugestões das comissões para as atividades de abril e maio que é a caravana do CONJUVE, é nossa primeira experiência, circular pelo Brasil. Como um dos temas prioritários da nossa agenda vai ser a produção da 3ª Conferência Nacional de Juventude, a nossa ideia é despertar um processo que antecede a conferência, que esse processo da caravana, com o objetivo de mobilizar a rede de conselhos de juventude, interação e trocas de experiências dentre os movimentos juvenis, o fomento a criação e o fortalecimento de novos conselhos de juventude, mapeamento dessas redes e movimentos, mapear experiências positivas de políticas de juventude e mobilizar para a 3ª Conferência Nacional de Juventude. Dividimos em 04 eixos; agenda política do CONJUVE com foco no tema da reforma política, democratização da comunicação, o PL 4471 e estratégia de enfrentamento do genocídio da juventude negra e redução da maioria penal; políticas públicas de juventude, balanço da PPJs, implementação do estatuto da juventude, o lançamento da matriz de monitoramento e o fortalecimento e ampliação dessa matriz e as oficinas sobre a comunicação inclusiva, direito à comunicação, mídia livre. Dentro de uma agenda institucional faríamos visitas, reuniões com o poder público local e os conselhos de juventude, visitas a experiências de políticas públicas, possivelmente audiências públicas envolvendo Câmara, Assembleia Legislativas. As atividades seriam audiências públicas, rodas de debate, diálogo, atividades culturais, oficinas com diversos temas, reuniões e bilaterais com os movimentos juvenis, reunião com o poder público e também visitas a experiências de políticas públicas de juventude exitosas. Um conjunto de cidades foram listadas e as comissões sugeriram inclusão de temas,

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

incluir o tema jovens mulheres, o tema sobre mídia acessível, são as sugestões da CAD, faltam as sugestões da CAPP e Comunicação para agregar a caravana até o dia 05/03/2015. Apresentaremos uma proposta inicial para ser debatida. Apareceu a sugestão de incorporação de algumas cidades, a ideia geral é percorrer 10 cidades brasileiras fazendo uma divisão regional, sem concentrar em nenhuma região, nem só capitais e regiões metropolitanas. Focar em cidades em que a realização da caravana possa repercutir para a sua região e fomenta a realização de outras atividades com esse formatos ou esses temas, a articulação com os conselhos de juventude estaduais e municipais. A atividade seria em 02 dias e dividiríamos as atividades nesses dois dias. E também ter uma pessoa de cada comissão a cada uma das viagens da caravana para garantir que o tema de cada comissão tenha espaço dentro da caravana. Os critérios de escolha das cidades foram o impacto da caravana na região, articulação com os movimentos, articulação regional com os conselhos, não repetir os estados. Será formada uma comissão executiva de duas pessoas cada uma das quatro comissões para elaborar uma proposta de caravana com base em todas as sugestões que foram dadas. Então a mesa diretora vai sistematizar as propostas que chegaram, devolver para as comissões e estabelecer um período para apresentar. Outra sugestão foi usar o espaço da caravana para fazer conferências livres.

- **Adrielle:** Sugere que além dos dois coordenadores executivos para pensar a caravanas, incluir a escola de gente para pensar a questão da acessibilidade, com a participação da Luana em todo processo e todas as reuniões e não ficasse dentro da CAD uma, mas acompanhar todas as outras indicações das comissões no processo.
- **Daniel Santos:** Têm outras organizações no conselho, dividir para ampliar a participação, essas organizações que trabalham com a causa, se agregarem na caravana. Sugere que as conferências livres fossem tipo assembleia popular, o CONJUVE convocar assembleias populares durante as caravanas. Ouvir outras vozes.
- **Samuel:** Essa caravana não pode estar desconectada das agendas dos estados. Pensar já um local estratégico, período estratégico e quando essa comissão fosse constituída, porque não adianta ir sem estar conectada com a realidade local. Aproveitar movimentos e articulações que já existem no estado e um dos ganhos da caravana é fortalecer o local, importante a comissão ter esse olhar. Conselheiros da mesma região devem trocar ideia para verificar quais são os locais onde as caravanas vão incidir.
- **Dione:** Para as caravanas serem abrangentes, fazer por regiões, 02 por regiões, não concentrar em uma ou duas regiões.
- **Danielle:** Solicita quadro com a divisão.
- **Ângela:** Tinha uma proposta inicial, contemplando várias regiões, sem repetição de região, mas agora vamos fazer uma proposta com base nas sugestões dadas. O quadro não foi refeito porque precisa pegar todas essas contribuições, com a intenção de redistribuição. A comissão vai receber tudo e vai analisar.
- **Isabela:** Aproveitar as caravanas para fazer workshops sobre as experiências das periferias, toda caravana tivesse um workshop que organizado para a periferia e na periferia.

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude


REUNIÃO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE
Pauta: Assuntos diversos
Data: 25 a 27/02/2015
Horário: 09h às 18h
Local: Secretaria Nacional de Juventude

- **Ângela:** Prazo de entrega dos relatórios dos GTs, as contribuições que foram dadas na reunião das comissões de forma sistematizada e também a indicação da comissão das duas pessoas para o comitê operativo.
- **Daniel Santos:** Dia 05/03 é entrega do plano de trabalho, os relatórios das contribuições dos Gts para as caravanas e também da comissão para o comitê.
- **Luana:** Cada comissão vai indicar duas pessoas para compor uma comissão maior, temos eu e o William para ver a questão da acessibilidade.
- **Ângela:** Vocês vão contribuir na concepção com um todo. A entrega dia 05/03 e mais uma semana para fechar. Última coisa para encaminhar é a ata da reunião anterior, vamos fazer uma roda de inscrição para as modificações e acréscimos na ata. 30 segundos para cada para retificação.
- Falta a ata do dia 19 de dezembro de 2014;
- Os nomes da Luana, William, Priscila (Ministério da Saúde) e Marcos (Conade) não estão na ata;
- Aprovação de Comitê Editorial composto por Dione, Rafael e Marcella Berte um plano para avaliar a 2ª Edição da Revista do Meio Ambiente;
- **Vinicius:** Relata que não recebeu Ata da 38ª Reunião Ordinária
- Constatou-se que apenas a relatoria da Mesa Diretora foi encaminhada por e-mail;
- Foi apontado que a aprovação da ata da 38ª RO ficará para a próxima reunião com as devidas retificações
- **Tâmara:** Solicitou atualização dos e-mails na lista de presença repassada durante a reunião;
- **Maria:** Fez a leitura perante o pleno uma proposta de nota para o 8 de março, dia internacional da mulher;
- **Danielle:** Solicitou a inclusão de mulheres lésbicas e bissexuais
- O Vice-Presidente Daniel fez uma solicitação
- **Ângela:** Propôs data para a Reunião Extraordinária para os dias 26 e 27 de março de 2015; reunião tratará sobre a Conferência, regimento e definição da Ascom e incidência no Plano Plurianual.
- **Tâmara:** Os convocados serão os titulares.

TÂMARA CAROLINE ALMEIDA TERSO
Secretária-Executiva
Conselho Nacional da Juventude

Documento disponível no acervo digital do Conjuve. Acesso e divulgação autorizados pela secretária-executiva em exercício no ano de 2015.

APÊNDICE B

Presidência da República
Secretaria-Geral
Comitê Interministerial da Política de Juventude

Minuta de Decreto de Regulamentação do Sistema Nacional de Juventude instituído pelo Título II da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude).

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(COORDENAÇÃO)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Presidência da República

MINUTA DE DECRETO

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pelo Título II a Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 e dá outras providências. Estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na concessão do benefício da meia-entrada para os jovens de baixa renda e aos estudantes, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos V e X do art. 23 da Constituição, no Título II da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, instituído pela Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, é um sistema descentralizado e participativo que organiza o planejamento, o financiamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional.

Art. 2º. O SINAJUVE constitui forma de articulação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil na promoção de políticas públicas de juventude integradas a outros sistemas nacionais e políticas sociais.

Art. 3º. A instância coordenadora do SINAJUVE é a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República– SNJ/SG, com a participação do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE.

Parágrafo único. As secretarias estaduais, distrital e municipais de juventude ou equivalentes coordenam o SINAJUVE com a participação do respectivo conselho de juventude em seu âmbito de atuação.

CAPÍTULO II

DAS DIMENSÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

Art. 4º. As ações, programas, planos e políticas públicas de juventude prioritárias, voltadas em caráter universal ou singular para população jovem entre 15 a 29 anos, bem como sua implementação, financiamento e avaliação devem considerar as seguintes dimensões da Política Nacional de Juventude:

I - Autonomia e emancipação;

II - Participação e controle social;

III - Desenvolvimento integral e inclusão social;

IV - Promoção da experimentação e qualidade de vida;

V - Valorização da diversidade e garantia dos direitos humanos, com a promoção da igualdade de gênero, racial, da diversidade sexual e situação domiciliar.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE

Art. 5º. São diretrizes do SINAJUVE:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política pública de juventude em cada esfera de governo;

II - universalização dos direitos, com o objetivo de tornar o jovem alcançável pelas demais políticas públicas a partir do reconhecimento das singularidades da condição juvenil;

III - descentralização das ações e cooperação intergovernamental entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com comando único em cada esfera de governo;

IV - promoção da participação social, especialmente dos jovens, na formulação, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas e dos planos de juventude em todos os níveis;

V - territorialização das políticas públicas de juventude;

VI - transparência e ampla divulgação dos programas, ações e recursos contidos nos orçamentos públicos para as políticas públicas de juventude.

Art. 6º. São objetivos do SINAJUVE:

I - promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas estruturais, programas e ações governamentais e não-governamentais voltadas à população jovem;

II - integrar a gestão das políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento público anual e plurianual;

III - estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação, formação e produção de conhecimento sobre juventude;

IV - promover a interlocução permanente com os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal; e

V - articular a elaboração, o financiamento e efetivação dos planos de juventude nos respectivos entes da federação.

CAPÍTULO IV

DOS PLANOS DE JUVENTUDE

Art. 7º. O Plano de Juventude é um instrumento de duração decenal que visa articular as diversas esferas do Poder Público para a execução de políticas públicas.

Art. 8º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Juventude, elaborar planos de juventude correspondentes.

Art. 9º. A elaboração dos planos de juventude é de responsabilidade dos órgãos gestores da política, a partir das diretrizes e prioridades emanadas das conferências de juventude e o submetida à aprovação do respectivo Conselho de Juventude.

Art. 10º. Os planos de juventude serão precedidos de um diagnóstico e organizado em descrição de objetivos, metas e ações.

Art. 11. Os planos de juventude deverão proceder sua revisão e atualização em consonância com os instrumentos de planejamento plurianual dos respectivos entes da federação, respeitando as demandas e necessidades dos jovens.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios empenhar-se-ão na divulgação dos planos de juventude e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 13. O Plano Nacional de Juventude, nos termos da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, será organizado a partir dos seguintes eixos prioritários:

I- Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil;

II - Educação;

III - Profissionalização, Trabalho e Renda;

IV - Diversidade e Igualdade;

V - Saúde;

VI - Cultura;

VII - Comunicação e Liberdade de Expressão;

VIII - Desporto e Lazer;

IX - Território e Mobilidade;

X - Sustentabilidade e Meio Ambiente; e

XI - Segurança Pública e Acesso à Justiça.

CAPÍTULO V

DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO

Seção I

Das Conferências de Juventude

Art. 14. As Conferências de Juventude são instâncias responsáveis pela elaboração das diretrizes dos planos de juventude, bem como pela avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas de juventude, nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 15. As Conferências de Juventude se integrarão ao sistema de planejamento e orçamento público, por meio da articulação dos planos de juventude com o ciclo orçamentário anual e plurianual em todos os níveis.

Art. 16. As Conferências Nacionais de Juventude contarão com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, devendo observar as seguintes diretrizes, no mínimo:

- I - Convocação por documento divulgado amplamente, com a definição dos objetivos e etapas;
- II - Garantir a participação dos diversos segmentos e organizações juvenis em seus processos preparatórios e de realização;
- III - Estabelecimento de critérios para a designação dos delegados governamentais;
- IV - Definição de procedimentos democráticos para a escolha da delegação da sociedade civil;
- V - Integração entre etapas municipais, territoriais, estaduais e nacional, virtuais e/ou presenciais;
- VI - Estímulo ao uso de interfaces e ambientes virtuais nas etapas da conferência;
- VII - Definição dos procedimentos metodológicos e pedagógicos a serem adotados nas diferentes etapas;
- VIII - Publicização e ampla divulgação de suas resoluções; e
- IX - Determinação da estratégia de acompanhamento, avaliação e prestação de contas de suas resoluções, considerando as atribuições dos órgãos gestores, conselhos e demais órgãos colegiados ligados a sua temática.

Art 17. Compete à União convocar e realizar a Conferência Nacional de Juventude, em conjunto com o Conselho Nacional de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos e integrado ao ciclo de planejamento plurianual.

Parágrafo único. A realização das Conferências Nacionais de Juventude será antecedida por Conferências Livres e Eletivas.

Art. 18. As Conferências Livres têm caráter mobilizador e propositivo, podem ser promovidas nos mais variados âmbitos da sociedade civil e do poder público, não elegem delegados e podem contribuir com proposições à Conferência Nacional.

§1º. As Conferências Livres não são obrigatórias, podendo ser realizadas presencialmente ou virtualmente em âmbito municipal, estadual, territorial ou temático.

§2º. As Conferências Virtuais, organizadas pelas respectivas comissões organizadoras, tem caráter consultivo e visam ampliar a participação direta dos jovens nas discussões concernentes ao temário das Conferências Nacionais.

Art. 19. São etapas eletivas da Conferência Nacional de Juventude:

- I – Conferências Municipais, Regionais e Territoriais;
- II – Conferências Estaduais e do Distrito Federal;
- III – Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.

§1º. As Etapas Eletivas são obrigatórias, elegem delegados em proporção definida em regimento e aprovam resoluções à etapa subsequente.

§2º. A Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais têm por finalidade garantir a participação dessas populações nos processos de participação social e elegerão seus delegados/as à Conferência Nacional em proporção definida em regimento.

Seção II

Dos Conselhos de Juventude

Art. 20. Os conselhos de juventude, na forma do art. 45 da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, são órgãos permanentes e autônomos, encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos do jovem.

Art. 21. Os conselhos de juventude, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, deverão observar na sua composição a participação da sociedade civil mediante critério, no mínimo, paritário com os representantes do poder público, nos termos do Art. 45 da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. Na composição dos conselhos de juventude é recomendada a participação de 2/3 da sociedade civil.

Art. 22. O Conselho Nacional de Juventude é uma instância de participação e controle social das políticas de juventude e reúne organizações, movimentos, fóruns da sociedade civil e representações dos poderes executivo e legislativo em todos os níveis.

Art. 23. Sem prejuízos às atribuições previstas pelo art. 46 da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, compete aos conselhos de juventude na sua respectiva área de atuação:

I - formular propostas de ação governamental voltadas à promoção dos direitos e das políticas públicas de juventude,

II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social das políticas públicas de juventude, por intermédio de rede nacional de conselhos estaduais, distrital e municipais de juventude;

III - apreciar e aprovar indicações à proposta orçamentária dos programas voltados à população jovem em sua respectiva área de atuação;

IV - Convocar e organizar com o poder público as conferências de juventude bem como acompanhar e avaliar o cumprimento de suas resoluções;

V - promover a integração dos temas da Conferência Nacional de Juventude com as demais conferências de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal;

VI - apreciação e acompanhamento da elaboração dos planos de juventude e manifestação sobre o seu conteúdo final, bem como avaliação da sua implementação e proposição de alterações visando ao seu aprimoramento;

Art. 24. A composição dos membros da sociedade civil nos conselhos de juventude deverá ser realizada com a participação direta da juventude e das organizações da sociedade civil, por meio de conferências, assembleias públicas, eleições diretas ou ambientes virtuais de participação convocados para este fim.

Paragrafo único. Os membros dos conselhos de juventude exercerão função de relevante interesse público, não remunerada, podendo ter custeadas as despesas de participação dos conselheiros em atividades de sua competência pelas dotações orçamentárias dos órgãos gestores de juventude ou equivalentes em cada esfera de governo.

Art. 25. Nos termos da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE terá a seguinte composição:

I - 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público;

II - 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.

Art. 26. Fica garantida a realização do Encontro Nacional de Conselhos de Juventude como espaço de participação do CONJUVE.

Seção III

Dos mecanismos de participação virtual

Art. 27. As interfaces e ambientes virtuais são mecanismos de interação social abertos à população, que utilizam tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo e a participação direta nas decisões do governo atinentes a juventude.

Paragrafo único. O poder público utilizará preferencialmente, nas interfaces e ambientes virtuais, programas desenvolvidos em software livre e com o código aberto.

Art. 28. O Participatório - Observatório Participativo da Juventude é um ambiente virtual interativo integrado com as redes sociais que se organiza a partir dos seguintes objetivos:

I - promoção da participação em ambientes virtuais;

II – mobilização social dos jovens, a partir da divulgação de campanhas e diálogo com temas presentes nas redes sociais e ambientes virtuais sobre o tema juventude; e

III - produção e publicização de conhecimento sobre juventude em rede.

CAPÍTULO VI

DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO E ARTICULAÇÃO

Seção IV

Dos Órgãos Gestores de Juventude

Art. 29. Os órgãos gestores de juventude são instâncias da administração pública responsáveis pela articulação, cofinanciamento e gestão das políticas públicas de juventude em seu respectivo âmbito de atuação.

Art. 30. Sem prejuízos das atribuições específicas previstas na Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, são competências dos órgãos gestores de juventude:

I – Formular e coordenar, com a participação da sociedade e dos conselhos de juventude, a política pública de juventude;

II – Coordenar e organizar o funcionamento do Sistema Nacional de Juventude nos respectivos níveis;

III – Elaborar, com os respectivos conselhos de juventude, os Planos de Juventude;

V – Cofinanciar a execução das políticas públicas de juventude;

VI – Coordenar as instâncias de articulação intersetorial das políticas públicas de juventude no âmbito dos governos.

Seção V

Das Reuniões Intergestores Tripartite e Bipartite

Art. 31. As Reuniões Intergestores Tripartite e Intergestores Bipartites são instâncias de negociação e pactuação dos órgãos gestores de juventude sobre a gestão descentralizada e participativa do SINAJUVE.

Parágrafo único. As pactuações no âmbito dessas comissões devem ser publicizadas, inseridas na rede de informações do SINAJUVE e encaminhadas, pelos órgãos gestores, para conhecimento dos respectivos conselhos de juventude.

Art. 32. A Reunião Intergestores Tripartite é um espaço de articulação entre os órgãos gestores federal, distrital, estaduais e municipais de juventude e será composta paritariamente por representantes dos três níveis de governo, considerando-se as regiões do país.

Art. 33. As Reuniões Intergestores Bipartites serão espaços de articulação entre os órgãos gestores estaduais e municipais de juventude e será composta paritariamente por representantes dos dois níveis de governo, considerando-se as regiões do estado.

Seção VI

Dos Comitês ou Câmaras Intersetoriais de Juventude

Art. 34. Os Comitês ou Câmaras Intersetoriais de Juventude são instâncias governamentais permanentes de gestão intersetorial das políticas de juventude composta prioritariamente pelas áreas relacionadas aos direitos previstos pela Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, com os seguintes objetivos:

I - Subsidiar a formulação, gestão e monitoramento das políticas públicas de juventude, de acordo com as deliberações das conferências nacionais de juventude, os planos plurianuais e as diretrizes do Plano Nacional de Juventude;

II - Garantir a formulação e implementação de estratégias e planos voltados à efetivação das políticas públicas de juventude;

III - Contribuir para o processo de construção de um sistema de informação, monitoramento e avaliação da política pública de juventude;

IV - Monitorar a implementação no território nacional da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, e do SINAJUVE;

V - Monitorar e propor encaminhamentos para as demandas recebidas dos movimentos juvenis pelo poder público.

Art. 35. O COIJUV - Comitê Interministerial da Política de Juventude é o órgão permanente para gestão, monitoramento e articulação intersetorial das políticas públicas do Governo federal para a juventude.

Parágrafo único. A coordenação do COIJUV será realizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude.

Seção VII

Do Subsistema de Informação, Monitoramento e Avaliação

Art. 36. Fica instituído no âmbito do SINAJUVE o Subsistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, com a finalidade de integrar a gestão da informação, monitoramento e avaliação do SINAJUVE.

Art. 37. O Subsistema utilizar-se-á de instrumentos, metodologias e recursos capazes de articular a produção de conhecimento com informações e indicadores existentes a serem disponibilizados ao público.

Art. 38. No âmbito do Subsistema serão desenvolvidos indicadores relativos à população jovem e à institucionalidade da política pública de juventude, incorporando componentes de tecnologia de informação, comunicação e ambientes informacionais georreferenciados.

Art. 39. O Participatório - Observatório Participativo da Juventude é o órgão da Secretaria Nacional de Juventude responsável, em âmbito federal, pela implementação do Subsistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, em colaboração com os órgãos equivalentes nas diferentes unidades da federação.

Art. 40. O Subsistema fomentará a realização de programas de formação na área de juventude, visando a capacitação de gestores públicos, conselheiros e jovens na gestão das políticas públicas de juventude.

Seção VIII

Das Unidades de Juventude

Art. 41. Constituem-se Unidades de Juventude do SINAJUVE os equipamentos públicos e redes de serviços mantidos no território por qualquer dos entes da federação, que sejam destinados ao uso prioritário ou específico dos jovens.

Art. 42. Os equipamentos públicos serão credenciados como Unidades de Juventude por meio de portaria expedida pelo respectivo órgão executivo, em qualquer nível, desde que cumpra os seguintes requisitos:

I – Constituição de uma instância colegiada de gestão do equipamento público com atribuições deliberativas;

II – Aprovação de um regulamento com regras sobre a gestão e o funcionamento do equipamento público;

III – O equipamento deve considerar as especificidades da condição juvenil na definição das metas de atendimento e na elaboração de parâmetros para a qualidade dos serviços oferecidos, garantindo a acessibilidade e ambiente livre de preconceitos e intolerância.

Parágrafo único. As instâncias colegiadas de gestão da Unidade de Juventude deverão observar na sua composição a participação dos jovens, da comunidade e dos usuários do equipamento público.

Art. 43. Fica criado o Cadastro Nacional das Unidades de Juventude, no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

CAPÍTULO VII

DO FINANCIAMENTO

Art. 44. Os entes que aderirem ao SINAJUVE devem assegurar, em seus orçamentos, recursos para a implementação de Políticas Públicas de Juventude e promover medidas de transparência quanto à alocação desses recursos.

Art. 45. Nos termos da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, as políticas públicas de juventude no âmbito serão cofinanciadas pela União e os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 46. O mecanismo de financiamento do Sinajuve, em âmbito federal, compreende recursos oriundos:

I - das ações orçamentárias previstas na lei orçamentária anual direcionadas às políticas públicas de juventude;

II - de doações voluntárias de particulares, de empresas privadas e de organizações não governamentais;

III - de doações voluntárias de fundos nacionais e internacionais; e

IV - de doações de Estados estrangeiros, por meio de convênios, tratados e acordos internacionais.

Art. 47. As transferências voluntárias de recursos federais para apoio à promoção dos direitos e políticas públicas de juventude deverão priorizar os entes estaduais, distrital e municipais que tiverem aderido ao SINAJUVE.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá selecionar projetos de Estados, Distrito Federal e Municípios por editais, priorizados aqueles apresentados por entes que tiverem aderido ao SINAJUVE.

Art. 48. O apoio a iniciativas de organizações da sociedade civil será feito por meio de parcerias com entidades selecionadas mediante editais de chamamento público.

Art. 49. O CONJUVE e os conselhos estaduais, distrital e municipais de juventude poderão elaborar proposições aos respectivos orçamentos, a serem enviadas ao respectivo Poder Executivo, previamente à elaboração dos projetos da lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, propondo, inclusive, as ações prioritárias.

CAPÍTULO VIII

DA ADESÃO DOS ENTES FEDERADOS

Art. 50. A adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao SINAJUVE dar-se-á por meio de termo de adesão, devendo ser respeitados os princípios e diretrizes enunciados deste Sistema.

Art. 51. São requisitos mínimos para a formalização de termo de adesão:

I - a instituição de conselho estadual, distrital ou municipal de juventude;

II - a instituição de órgão gestor ou instância governamental de gestão intersetorial das políticas públicas de juventude; e

III - o compromisso de elaboração do plano estadual, distrital ou municipal de juventude, no prazo de um ano a partir da sua assinatura.

ANEXO A

ROTEIRO DE ENCONTRO E ENTREVISTA

COORDENADORES/ REPRESENTANTES/ ATIVISTAS

APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA E CONVITE À PARTICIPAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Contato: (tel, e-mail)

FORMAÇÃO (PESSOAL/ESCOLAR)

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS /ATUAÇÃO TÉCNICA

EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTO/ATUAÇÃO POLÍTICA

TEMAS

- **HISTÓRIA DO COLETIVO/MOVIMENTO:** contexto/razões do surgimento, fundadores/ articuladores; percurso;
- **OBJETIVOS DO COLETIVO/MOVIMENTO:** filosofia/missão, propósitos e ações;
- **FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO COLETIVO/MOVIMENTO:** princípios, estrutura, mecanismos de participação, mecanismos de tomada de decisões e realização de ações; financiamento;
- **FOCALIZANDO O MOMENTO ATUAL:** mudança ou manutenção da filosofia/missão, linhas de ação, organização, estrutura, mecanismos de participação, mecanismos de tomada de decisões e realização de ações; financiamento;
- **“RESULTADOS” - ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ATIVISMO JUVENIL;**
- **GESTÃO CONJUVE 2012-2013:**
 - Razões/Motivações da Candidatura;
 - Projetos da Candidatura
 - Sobre o Conjuve;
 - Sobre a PNJ;
 - Experiência e Processo de Gestão;
 - Demandas e Alguns Resultados;
 - Possibilidades;
 - Limites e Desafios;
 - Críticas e Propostas;
 - Expectativas;
- **AVALIANDO O SALDO PARA A ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, ATIVISMO E ACESSO JUVENIL**

OUTROS COMENTÁRIOS, QUESTÕES, OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS/MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Políticas Públicas e Juventude: a participação juvenil para o acesso ao fundo público*”.
2. Seu objetivo geral é compreender como os movimentos e organizações juvenis operam e quais estratégias de formação e atuação políticas lançam mão na busca de acesso ao fundo público para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude. Seu objetivo específico visa compreender o processo de formulação e de financiamento das ações do Estado no campo da juventude.
 - a. A escolha dos sujeitos da pesquisa teve como base a compreensão de que o coletivo/movimento do qual você participa e/ou coordena tem um lugar nos níveis organizacionais presentes na sociedade civil brasileira, inclusive por ter integrado a direção do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), 2012-2013.
 - b. Sua participação nessa pesquisa se dará por meio da concessão de uma entrevista, que seguirá um roteiro temático, a fim de conhecer sua perspectiva acerca da questão da participação juvenil para o acesso ao fundo público no Brasil, a partir do coletivo/movimento do qual você participa e/ou coordena.
3. A pesquisa poderá ser acompanhada em todo o seu processo pelos colaboradores, se assim o desejarem.
4. Comprometemo-nos a realizar qualquer tipo de esclarecimento no decorrer do processo.
5. Você tem a primazia da liberdade em recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma ou prejuízo.
6. Garantimos o sigilo que assegure sua privacidade quanto a dados confidenciais que poderão estar envolvidos na pesquisa.
7. A divulgação dos resultados desta pesquisa se dará no âmbito acadêmico, bem como nos comprometemos a discutir seus resultados com esse coletivo/movimento.
8. Nesta pesquisa não se aplicam formas de ressarcimento ou de indenização.
9. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os contatos das pesquisadoras envolvidas, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento, a saber.

Denise Maria Reis - denisebv@terra.com.br / (19) 99606-2950

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes - relopes@ufscar.br / (16) 3351-8640

Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Rodovia Washington Luís - km 235 – São Carlos (SP) - Telefone: 3351-8640 e 3351-8637

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local - _____, ____/____/____.

Nome e Assinatura do sujeito da pesquisa: